



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA DA
VIDA E SAÚDE

DEISI NORO

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: A
HETERONORMATIVIDADE DIANTE DAS NEUROCIÊNCIAS**

Porto Alegre
2019

DEISI NORO

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: A
HETERONORMATIVIDADE DIANTE DAS NEUROCIÊNCIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Finimundi Nóbile

Porto Alegre
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Noro, Deisi
DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE:
A HETERONORMATIVIDADE DIANTE DAS NEUROCIÊNCIAS / Deisi
Noro. -- 2019.
147 f.
Orientador: Márcia Finimundi Nóbile.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde,
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências:
Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Diversidade sexual e de gênero. 2. Formação
docente. 3. Estudos de Gênero. 4. Neurociências. I.
Nóbile, Márcia Finimundi, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEISI NORO

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: A
HETERONORMATIVIDADE DIANTE DAS NEUROCIÊNCIAS**

Orientadora: Prof. Dra. Márcia Finimundi Nóbile - UFRGS

Prof. Dr. Edson Luiz Lindner - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Alberto Saraiva Gonçalves – UFRGS

Prof. Prof. Dr. Adriano Martimbianco de Assis - UCPEL

Porto Alegre - RS
2019

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Felipe, com gratidão, respeito e carinho por ser a concretização do meu sonho de ser mãe, facilitador da mais desafiadora aprendizagem da vida, pela descoberta do verdadeiro amor, pelo incentivo ao meu crescimento pessoal e profissional, pelas contribuições precisas e pontuais.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força, presença e amparo em todos os momentos que imaginei não ter a quem recorrer.

À minha mãe Alice, pela dedicação incansável em suprir minhas tarefas quando eu não tinha tempo para fazer, pela paciência com meu cansaço físico e mental e em ouvir minhas produções textuais nos momentos mais inusitados.

Ao meu amor de quinze intensos anos, Luciano, que precisou se customizar para crescer, comprometer-se consigo mesmo, entender a importância dos estudos para mim e respeitar meus tempos e espaços.

À minha orientadora, sempre disposta e empolgada, Prof^a. Dra. Márcia Finimundi Nóbile, pela parceria, dedicação e comprometimento.

Ao Prof. Dr. Diogo Onofre de Souza pela habilidade e disposição em partilhar seu desmedido conhecimento.

À amiga que o Mestrado trouxe para a minha vida, Prof^a Ma. Livia Saiani Crespi, parceira de sonhos, decepções, escritas, escolhas de revistas, pela disponibilidade, ideias, horas de interação, companheirismo e intensa dedicação.

Ao amigo Prof. Dr. Vágner Peruzzo, encanto que entrou, saiu e voltou para o meu caminho, por despertar inspiração e vontade de estar mais ao seu lado, desde a primeira seleção da UFRGS, em cada disciplina cursada, pelas sugestões e incentivo nos artigos escritos.

Ao Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de cursar o doutorado, qualificando meus estudos e aperfeiçoando o acolhimento no ensino público.

Ao Prefeito Municipal, Claiton Gonçalves, seguro e determinado em acolher a todos/as e a cada um/a na educação de Farroupilha/RS, por me instigar, involuntariamente, na busca de argumentos científicos para sustentar o que, para nós, sempre foi o óbvio.

Aos/Às docentes do município de Farroupilha/RS pela disponibilidade colaborativa com os meus escritos, através de seus questionamentos e contribuições.

A todas as pessoas que, de uma forma ou outra, incitaram, mesmo que momentaneamente, a minha indignação, por me proporcionarem acessar uma força interior que eu desconhecia, a transmutar minha mágoa e meu choro em vontade de escrever, em energia de acolhimento e inclusão social.

RESUMO

A complexidade do conhecimento associada à realidade sobre a diversidade sexual e de gênero constituem um dos sustentáculos para uma educação acolhedora, que promova a interconexão de saberes e a aplicabilidade da íntegra que significa a palavra respeito. Para isso, é necessário investir na formação docente inicial e continuada, de forma que os/as professores/as compreendam e conduzam criticamente as questões trazidas pelas comunidades escolares. A interdisciplinaridade dos estudos de gênero tem sido assombrada pelo desconhecimento, preconceito, interesses político-partidários e crenças religiosas que se sobrepõem aos direitos humanos, o que favorece pensar nas contribuições das neurociências para contrapor a heteronormatividade. Considerando fatores como a aversão em nominar a diversidade sexual e de gênero, o (des) conhecimento prévio dos docentes sobre o tema, a ausência de informações passíveis de identificar os casos de evasão e exclusão escolar que possam ter ligação com a homofobia, as controvérsias presentes em diferentes setores da sociedade capazes de alterar o texto da Base Nacional Comum Curricular, o impacto do uso do nome social na educação básica diante da negação do Programa Escola Sem Homofobia, os limites da interferência social na educação que expõe a visão, as crenças e valores presentes nos comentários de pessoas contrárias à formação docente sobre gênero, esta pesquisa busca qualificar os conceitos, desmistificar ações no ambiente escolar e desconstruir expressões estigmatizadas e difamatórias através dos níveis de análise das neurociências, pela ótica de diferentes autores/as. O referencial metodológico está ancorado numa abordagem qualitativa de natureza aplicada, com o objetivo de ser exploratória, utiliza a revisão documental, bibliográfica e contatos diretos como procedimentos para obtenção dos dados. O campo de pesquisa são docentes das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Farroupilha/RS. Entre os instrumentos facilitadores estão a aplicação de questionário, o Projeto de Lei 068/2015, apresentado na Câmara Municipal de Vereadores do mesmo município, as referências ao tema nas discussões e aprovação da BNCC, na Resolução do Conselho Nacional de Educação sobre o uso do nome social para travestis e transexuais, livros e artigos relacionados à temática. Os resultados da pesquisa compuseram oito artigos que são apresentados nos capítulos desta tese. A análise dos resultados indica que a imersão nos exemplos de contribuições das neurociências sobre a diversidade sexual e de gênero favorece o conhecimento da importância em distinguir sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. A necessidade de uma oficina didática, proposta nos encontros de formação, estabelece uma interlocução entre possíveis expressões de gênero e a sua respectiva organização corporal e identitária, impactando, assegurando e conferindo aos estudos de gênero a certeza das afirmações necessárias para a incompatibilidade entre conhecimento e heteronormatividade.

Palavras-chave: Diversidade sexual e de gênero. Formação docente. Estudos de Gênero. Neurociências.

ABSTRACT

The complexity of the knowledge associated with the reality of sexual and gender diversity is one of the pillars to a welcoming education that promotes the interconnection of knowledge and the full applicability of the word respect. Thus, it is essential to invest in initial and continuing teacher training, so that teachers understand and critically address the issues raised by school communities. The interdisciplinarity of the gender studies has been haunted by ignorance, prejudice, political-partisan interests and religious beliefs that overlap with human rights, which favors thinking about the contributions of neurosciences to oppose heteronormativity. Considering facts such as the aversion to disinclination to nominate sexual and gender diversities, the lack of prior knowledge of the teachers on the subject, the lack of information that could identify cases of school dropout and exclusion that may be related to homophobia, the controversies present in different sectors of society able to change the text of the National Curricular Common Base, the impact of the use of the social name in basic education in the face of the negation of the School Without Homophobia Program, the limits of social interference in education that exposes the vision, beliefs and values present in the comments of people who oppose teacher training on gender, this research seeks to qualify the concepts, demystify actions in the school environment and deconstruct stigmatized and defamatory expressions through the levels of neuroscience analysis, from the perspective of different authors. The methodological framework is anchored in a qualitative approach of an applied nature, with the objective of being exploratory, using documentary, bibliographic review and direct contacts as procedures to obtain the data. The field of research are teachers of the Municipal Schools of Primary Education of Farroupilha/RS. Among the facilitating instruments are the application of a questionnaire, Law 068/2015, presented at the Municipal Council of Councilors of the same municipality, the references to the subject in the discussions and approval of BNCC, in the Resolution of the National Council of Education on the use of the social name for transvestites and transsexuals, books and articles related to the subject. The results of the research composed eight articles that are presented in the chapters of this thesis. The analysis of the results indicates that immersion in the examples of neuroscience contributions on sexual and gender diversity favors the knowledge of the importance of distinguishing between biological sex, sexual orientation, gender identity and gender expression. The need for a didactic workshop, proposed in the training meetings, establishes an interchange between possible gender expressions and their respective body and identity organization, impacting, assuring and conferring to gender studies the certainty of the necessary statements for the incompatibility between knowledge and heteronormativity.

Keywords: Sexual and gender diversity. Teacher training. Gender Studies. Neurosciences.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FIGURAS - CAPÍTULO III

Figura 1- Percentagem de estudantes que se sentem inseguros/as na instituição educacional por causa de uma característica pessoal, 2016	58
Figura 2- Frequência com que estudantes LGBT vivenciaram outros tipos de agressão na instituição educacional no último ano, 2016	59

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE GRÁFICOS - CAPÍTULO VIII

Gráfico 1: Percentual de docentes por formação inicial. Farroupilha, 2018.....	128
Gráfico 2: Percentual de docentes por idade. Farroupilha, 2018.....	129
Gráfico 3: Percentual de docentes por anos de experiência docente. Farroupilha, 2018.....	129
Gráfico 4: Percentual de docentes que participou de algum curso de extensão sobre gênero e sexualidade. Farroupilha, 2018.....	130
Gráfico 5: Percentual de docentes que concordaram com as afirmações – questões de 1 a 4. Farroupilha, 2018.....	131
Gráfico 6: Percentual de docentes que discordaram da afirmação – questões de 1 a 4. Farroupilha, 2018.....	131
Gráfico 7: Percentual de docentes que não tinham opinião – questões de 1 a 4. Farroupilha, 2018.....	132
Gráfico 8: Percentual de docentes diante da pergunta aberta sobre a heteronormatividade. Farroupilha, 2018.....	133

LISTA DE QUADROS

LISTA DE QUADROS - CAPÍTULO IV

Quadro 1 - Nível de análise, Área de pesquisa neurocientífica e a Correlação com a diversidade sexual e de gênero, 2017.....	70
---	----

LISTA DE QUADROS - CAPÍTULO V

Quadro 1: Quadro comparativo entre a versão entregue ao MEC e a entregue ao CNE, 2018	85
--	----

LISTA DE QUADROS - CAPÍTULO VII

Quadro 1 – Entendimento dos comentários contrários à formação docente, 2018.....	120
---	-----

LISTA DE QUADROS - CAPÍTULO VIII

Quadro 1: Questões apresentadas antes e depois da formação continuada, 2018.....	130
---	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA - Associação Americana de Psiquiatria

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ACPeds - American College of Pediatricians

AAP - American Academy of Pediatrics

AMB - Associação Médica Brasileira

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CFM - Conselho Federal de Medicina

CID - Classificação Internacional de Doenças

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CP – Conselho Pleno

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

DG - Disforia de Gênero

DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FICAI - Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente

FEE - Fórum Estadual de Educação

FME - Fórum Municipal de Educação

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Intersexuais

LGBTTTTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais

MEC - Ministério da Educação

MPF – Ministério Público Federal

OMS - Organização Mundial da Saúde

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PEE - Plano Estadual de Educação

PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

PL - Projeto de Lei

PNE – Plano Nacional de Educação

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDUC - Secretaria Municipal de Educação

SUS - Sistema Único de Saúde

TIG - Transtorno de Identidade de Gênero

UNESCO - Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CAPÍTULO I - A resistência dos/as legisladores/as em nominar a diversidade	24
2. CAPÍTULO II - O entendimento prévio dos/as docentes da disciplina de Ciências sobre gênero e sexualidade	40
3. CAPÍTULO III - A exclusão no espaço escolar: um olhar sobre o respeito e o reconhecimento à diversidade sexual e de gênero	55
4. CAPÍTULO IV - As contribuições das neurociências para a compreensão da diversidade sexual e de gênero	65
5. CAPÍTULO V - A diversidade sexual e de gênero na Base Nacional Comum Curricular	76
6. CAPÍTULO VI – O nome social na educação básica: abordagens sobre gênero na escola	96
7. CAPÍTULO VII – Os limites da interferência social na educação: a contestação da diversidade sexual e de gênero na formação docente	113
8. CAPÍTULO VIII - Formação docente sobre gênero e sexualidade: conhecimento, relevância e caminhos	124
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
10. REFERÊNCIAS	140
11. ANEXOS	142

INTRODUÇÃO

“Tudo aquilo que o homem ignora, não existe para ele. Por isso o universo de cada um, se resume no tamanho do seu saber.”
Albert Einstein

Um dos grandes desafios da Educação Básica é manter o/a estudante na escola e despertar o seu interesse de forma que se assegure, além da sua presença, uma aprendizagem efetiva. O Brasil computa números elevados de evasão e de exclusão escolar e esta é uma problemática originada, entre outros fatores, pela violência física e psicológica sofrida por quem, de uma forma ou de outra, encontra distanciamento dos padrões sociais estabelecidos.

A diversidade sempre esteve na escola. Embora sexo e gênero tenham sido negados no currículo formal, encontram pertencimento nas discussões entre uma aula e outra, no recreio, nos sussurros, nos desenhos em diferentes locais e fora do ambiente escolar.

Mesmo que a intimidação à figura do/a professor/a tenha se alastrado pelas redes sociais e por outros meios de comunicação, a liberdade de cátedra está garantida constitucionalmente, a presença social da homossexualidade e da transgeneridade se impõe, se apresenta, se posiciona à luz do conhecimento.

Esta tese está ancorada na preocupação com a permanência dos/as estudantes na escola e na conclusão de cada etapa na idade esperada. Baseada no tripé: educação, estudos de gênero e neurociências, utiliza como fonte de reflexão os avanços e retrocessos das discussões que permeiam à temática gênero e sexualidade. A formação docente é empregada como ferramenta na elaboração e consecução de políticas públicas acolhedoras da diversidade sexual e de gênero e tem como foco o conhecimento para favorecer ao respeito.

A importância deste trabalho advém da dificuldade em esclarecer e cumprir os objetivos das “questões de gênero” previstos no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, perpassa as discussões acaloradas que retiraram as estratégias do PNE, em 2014 e, posteriormente, dos planos estaduais e municipais, alicerce da dissertação de que tive a oportunidade de apresentar, em outubro de 2016. A dedicação a esta temática escorregadia e falaciosa clama pelo deslinde das diferentes orientações sexuais, identidades de gênero e expressões de gênero, dissociadas das distintas possibilidades de sexo biológico, possível forma de esclarecer expressões estigmatizadas e difamatórias como: “ideologia de gênero” e “kit gay”.

A frase “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, de Simone de Beauvoir, escrita na obra *O Segundo Sexo*, em 1949, marca a presença dos Estudos de Gênero e a revolta deflagrada e nominada de “ideologia de gênero”. As discussões e embates estabelecidos reportam a alguns jargões pinçados aleatoriamente e que consagram o que Miskolci (2007), chama de “pânicos

morais”. O entendimento necessário à compreensão da diversidade sexual e de gênero passa pela organização dos conceitos, que preconiza a vontade de respeitar e acolher a não-heterossexualidade e a não-cisgeneridade.

Os estudos de gênero compõem um campo de pesquisa acadêmica interdisciplinar que procura compreender as relações de gênero, sejam elas do feminino, do masculino ou da transgeneridade, relações estas que implicam diretamente na luta que reivindica direitos civis para as mulheres, iniciada no cenário internacional, no século XIX e que, no Brasil, em 1962, possibilitou às mulheres casadas deixarem de viver sob a tutela dos maridos.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (SCOTT, 1990, p.92).

Dentre as oito abordagens contemporâneas para a educação sexual, descritas por Furlani (2011), duas merecem relevância nesta reflexão: a religioso-radical e a *queer*. A abordagem religioso-radical que impõe à homossexualidade o caráter de sexualidade subordinada, o apego literal à Bíblia – definido como Fundamentalismo, elevado à “incontestável verdade” na determinação da sexualidade “normal”, na manutenção da família patriarcal. A abordagem *queer* remonta às reflexões e críticas do movimento de liberação gay e do feminismo lésbico, rompendo com o que definia e legitimava apenas a identidade homossexual e deixava fora as pessoas transgêneras, por exemplo.

A instabilidade, proporcionada pela teoria *queer*, atua especialmente no sistema discursivo em que vivemos, onde cada identidade sexual (homo, hetero ou bissexual) é construída através do eixo sexo/gênero, claramente identificável e interdependente, pois se espera a convergência lógica entre um corpo sexuado (que deve ser homem-macho ou fêmea-mulher), sua identidade de gênero (masculina ou feminina) e seu objeto de desejo (dirigido ao sexo oposto) (FURLANI, 2011, p. 36-37).

A polarização está estabelecida entre entender apenas a heterossexualidade como “sexualidade normal”, abrindo mão de toda a compreensão que envolve a condição da orientação sexual ou afetiva e assimilar como cerne o questionamento de Louro (2004), ao perguntar sobre como a Educação, tradicionalmente um espaço de normatização e ajustamento, pode articular-se à teoria *queer*, um movimento que remete ao estranho e ao excêntrico?

O distanciamento entre a sociedade e os conceitos que envolvem a diversidade sexual e de gênero possibilitou a utilização do pânico moral como propaganda partidária. A temática foi tão bem “desconstruída” que possibilitou uma tamanha aversão capaz de cercear o/a docente

com ameaças de prisão, inclusive. A tentativa de impedir a informação aos/às estudantes num ambiente de aprendizagem parece desconhecer as outras formas de acesso possíveis no mundo digital do século XXI, embora os/as docentes para promover o conhecimento necessitem algumas horas de estudo.

A formação docente inicial e a formação docente continuada chegam para fortalecer a escola como sítio propício e transformador que possibilita ao/à estudante a segunda oportunidade de acolhimento da diversidade, uma vez que a primeira é a família. O ambiente pedagógico favorece o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, afetivos, motores e investe no social quando minimiza as injúrias, as violências, as injustiças deflagradas pelo preconceito, desconhecimento e interesses político-partidários que beneficiam a evasão e a exclusão escolar.

Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes, violentas, presentes nos contextos escolares e não escolares. É da natureza da atividade docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando os modos de pensar, sentir, agir e de produzir e distribuir conhecimentos (DELIZOICOV, ANGOTTI, PERNAMBUCO, 2011, p. 14).

O conhecimento dedica seu foco a conceitos clássicos e necessários, o que reporta ao determinismo biológico e ao dimorfismo sexual. O determinismo biológico, alvo de inenarráveis críticas, pondera a diversidade sexual e de gênero a partir de um prisma que amplia o preconceito e a revolta oriunda do desconhecimento sobre o tema.

O determinismo biológico está presente em diversos estudos na área da genética e neurociências, na medida em que tais estudos buscam identificar e justificar as diferenças comportamentais e cognitivas entre indivíduos, restringindo-as à informação genética e processos neurofuncionais. Eles exercem um enorme fascínio na sociedade, que historicamente busca explicações para tais diferenças. Porém, em muitos desses estudos, não são identificadas interpretações interacionistas dialéticas, de modo que tendem a minimizar o valor das explicações ambientais em decorrência de uma interpretação dualista que reduz a relação entre genes e ambiente ao somatório dos efeitos parciais de causas genéticas e ambientais nitidamente separadas. (ANDRADE, 2016, p. 23).

Sobre o dimorfismo sexual, Herculano-Houzel (2005, p. 48-49) traz que “as diferenças entre o comportamento sexual de homens e mulheres são lendárias”, discorre sobre o interesse dos homens e afirma que difere do das mulheres, infere que o cérebro é a “fonte das discrepâncias comportamentais entre uns e outras”. Afirma que o exame por ressonância magnética funcional é o grande aliado da neurociência nessa área, assim como em várias outras e contribui: “estudos como esses mostram que estímulos visuais provocam a ativação de uma extensa rede de estruturas no cérebro masculino, que vai do hipotálamo posterior, possivelmente relacionado à excitação sexual e diretamente à ereção peniana”.

Em Bailey (2016), encontramos uma análise sobre as diferenças na excitação sexual humana onde os autores especificam que “homens homossexuais mostram excitação genital por homens (ou, em pesquisas laboratoriais, estímulos sexuais representando homens), enquanto homens heterossexuais mostram excitação genital por mulheres (ou em pesquisas laboratoriais, estímulos sexuais representando mulheres)” (BAILEY et al., 2016, p. 54).

Distinguir determinismo biológico de dimorfismo sexual implica entender que os cérebros, feminino e masculino, embora apresentem um comportamento, desencadeiem a produção de hormônios e contribuam para algumas condutas de forma diferente um do outro (dimorfismo sexual), não podem receber um padrão social masculino ou feminino único (determinismo biológico). É possível relacionar o gênero, feminino ou masculino, ao papel social, bem como o sexo biológico, macho ou fêmea, ao estabelecido através da estruturação anatômica e fisiológica, porém, não obrigatoriamente associado a modelos rígidos e patologizadores de quem venha a ser diferente do que é imposto como “normal”.

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social (LOURO, 2003, p. 21).

Reconhecer a fragilidade do binarismo significa sair da visão restritiva, que justifica comportamentos masculinos infieis e agressivos pela testosterona e conseguir visualizar o sujeito no seu pertencimento transgênero (como além do gênero). A exigência de respeito na autodenominação como: travesti, transexual, transgênero, *drag*, *queer* ou qualquer outra nomenclatura que permita o autoconhecimento sem culpa em relação ao que sente, remete à compreensão da transgeneridade no marocampo da não-cisgeneridade e coroa o entendimento necessário do não-binarismo.

A intersexualidade contribui fortemente para o entendimento do quão distantes estamos, no Brasil. Questionar o sexo biológico no formato estanque imposto como macho ou fêmea possibilita refazer a norma ou, numa condição mais óbvia, romper a função política que significa submeter o real à dúvida, mostrando que outras formas de “corpo normal”, também são possíveis. Conforme Cabral (2003), a intersexualidade não é uma doença, mas uma condição de não conformidade física com os critérios culturalmente definidos de normalidade corporal.

A rigidez social que mostra níveis extremados de “normalização” compulsória do sexo biológico em consonância com a identidade de gênero evidencia a restrição ao binarismo

homem-mulher. Quando o cartório de registro civil pergunta: É menino ou menina? E a medicina, de uma forma ou de outra, dá a resposta, imediatamente ou o mais rápido possível, desconsidera os casos dúbios originários da intersexualidade e são resolvidos através de exames ultrassonográficos, reunindo constatações anatômicas e, posteriormente, através de intervenções cirúrgicas e/ou tratamentos hormonais para atingir o padrão macho ou fêmea.

São corpos que deslizam nas representações do que se considera como verdadeiramente humano, situando-se nos interstícios entre o que é normal e o que é patológico. Esta “não-humanidade” ou “anormalidade” justificará as intervenções médicas com o intuito de adequá-lo ao ideal do dimorfismo sexual (PINO, p. 2007, p. 153).

Uma das polêmicas estabelecidas no sintagma funcional “ideologia de gênero” é “deixar que cada criança escolha se quer ser menino ou menina”, advinda de debates profícuos em países que procedem o registro de nascimento de crianças intersexuais e, adolescentes/adultos transexuais como “terceiro sexo” ou indeterminado, intersexual, não-especificado (*indeterminate/intersex/unspecified*). Dentre os países que já legalizaram a ação, podemos citar: Nepal (2007), Índia (2009), Paquistão (2009), Bangladesch (2013), Austrália (2014), Quênia (2014), Malta (2015), Canadá (2017) e Alemanha (2018).

Em outras palavras, uma associação entre a intersexualidade e a teoria *queer* problematiza e reforça os interesses em negar direitos à população não-heterossexual e não-cisgênera. Os esclarecimentos necessários para evitar a correlação entre os estudos de gênero e o incentivo ao aborto, sexualidade precoce e pedofilia não fazem parte do foco de interesse para quem desconhece o número de suicídios, evasão e exclusão escolar entre adolescentes que são reprimidos nas suas expressões de gênero.

Cabe enaltecer a visão da medicina nos aspectos citados. Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM), embora somente em 1990 a Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) tenha publicado a versão 10 da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), sem o termo na lista. Em 2018, chegou a vez da transgeneridade. A identidade de gênero, distinta do sexo biológico designado ao nascer, não caracteriza mais transtorno mental, ainda que o CID-11 necessite assegurar na classificação como garantia de políticas públicas para atender os direitos da população não-cisgênera.

A grande dificuldade está na resistência, reforçada pelas divergências dentro das ciências que esbarram no conhecimento necessário para a diminuição do preconceito, harmonização da convivência, diminuição da violência contra mulheres, homossexuais e transgêneros/as. A

distância de quase trinta anos entre a retirada da homossexualidade da CID e a atual intolerância faz pensar em quantos anos serão necessários para o entendimento da transgeneridade. O pânico social estabelecido entre o conhecimento aprofundado dos estudos de gênero e a negação absoluta da homossexualidade como variação da função sexual enrijece o aprofundamento e a aceitação da transgeneridade.

A inserção das neurociências nas discussões relacionadas à diversidade sexual e de gênero busca reunir as pesquisas e os estudos sobre a fisiologia do cérebro humano, seu funcionamento, sua plasticidade, sua capacidade de reorganização para desfazer a rígida compreensão da homossexualidade como resultado de uma influência do meio, favorecer a instrumentalização dos/as docentes em minimizar o preconceito e proporcionar o acolhimento de cada pessoa na sua individualidade e inteireza.

Na sociedade brasileira contemporânea novas exigências são acrescentadas ao trabalho dos professores. Têm-se cobrado dos professores responsabilidades que ultrapassam suas atribuições no plano individual. Cabe-lhes, sim, apontar coletivamente caminhos institucionais para enfrentar essas novas demandas.

Neste meio tempo, da metade do século XX para cá, paralelamente à grande expansão mundial dos sistemas de ensino, estruturou-se e se desenvolve com grande rapidez uma nova área de conhecimento, a neurociência, que reúne as pesquisas e estudos sobre a fisiologia do cérebro humano, seu funcionamento, sua plasticidade e sua capacidade de reorganização (LIMA, 2016, p. 4-5).

A proposta de pesquisa do doutorado surgiu na etapa final da elaboração da dissertação de mestrado, intitulada “Discussões relacionadas a gênero nos planos de educação: o respeito à diversidade nas políticas públicas educacionais”. Diferentes instituições solicitaram formação docente em função da lacuna identificada e da curiosidade estabelecida. Logo após as primeiras discussões e, posteriormente, formações, ao analisar as críticas recebidas por Projeto de Lei, redes sociais e pessoalmente, foi possível entender o incômodo provocado pela forma deturpada de apropriação dos estudos de gênero, indicando a necessidade de outros campos de aprofundamento para desconectar a visão rasa de que “o meio favorece uma pessoa a tornar-se gay”.

O principal questionamento da pesquisa indaga se “é possível desmistificar a heteronormatividade através de formação docente associando as contribuições das neurociências aos estudos de gênero?” Assim, a pesquisa objetivou contrapor os posicionamentos heteronormativos apresentando as contribuições das neurociências e os estudos de gênero na formação docente inicial e continuada, em Projeto de Lei, em documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na implantação da Resolução sobre o uso

do nome social e demais oportunidades direcionadas a diminuição da evasão e da exclusão escolar.

A metodologia do trabalho partiu de uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com o objetivo de ser exploratória e utilizou como procedimentos: documental, bibliográfico, de caso e de levantamento. O campo de pesquisa foram docentes do Sistema Municipal de Educação de Farroupilha/RS, mais especificamente os docentes que lecionam em Escolas Municipais de Ensino Fundamental. Os instrumentos facilitadores foram o Projeto de Lei 068/2015, apresentado na Câmara Municipal de Vereadores deste município, os questionários aplicados aos/às docentes, as referências ao tema nas discussões e aprovação da BNCC, na Resolução do Conselho Nacional de Educação sobre o uso do nome social para travestis e transexuais, livros e artigos relacionados à temática.

O presente trabalho, inserido na linha de pesquisa “Educação científica: processos de ensino e aprendizagem na escola, na universidade e no laboratório de pesquisa”, organizado a partir dos seus objetivos específicos, apresentado em capítulos, referente a oito artigos. No primeiro capítulo: “A resistência dos/as legisladores/as em nominar a diversidade”, analisa o Projeto de Lei 068/2015, que busca excluir as estratégias relacionadas a gênero do Plano Municipal de Educação (PME), exibindo a aversão em nominar a diversidade sexual e de gênero, pontualmente ocorrida no Município de Farroupilha/RS.

O segundo capítulo desvela “O entendimento prévio dos/as docentes da disciplina de Ciências sobre gênero e sexualidade”, artigo que, através da aplicação de um questionário misto, revisão documental e bibliográfica traz o perfil dos/as profissionais, a lacuna deixada pela formação inicial quanto ao entendimento sobre a temática e a relevância da formação continuada.

O terceiro capítulo reflete sobre “A exclusão no espaço escolar: um olhar sobre o respeito e o reconhecimento à diversidade sexual e de gênero” e problematiza os elevados números de infrequência e evasão que, sem identificação do real motivo na ficha gerada pela escola e encaminhada ao Conselho Tutelar, decorrem também da violência física e psicológica sofrida por estudantes lésbicas, gays, travestis e transexuais e pela discriminação das famílias homoafetivas.

O quarto capítulo pondera sobre “As contribuições das neurociências para a compreensão da diversidade sexual e de gênero” e analisa os estudos de gênero e a correlação com as neurociências, nos níveis de análise: moleculares, celulares, de sistemas, comportamentais e cognitivas, pela ótica de diferentes autores sobre a diversidade sexual e de gênero, contrapondo o discurso heteronormativo na formação docente.

No quinto capítulo está pontuada “A diversidade sexual e de gênero na Base Nacional Comum Curricular”. Neste texto, a terceira versão elaborada da Base é comparada com o texto alterado entregue ao Conselho Nacional de Educação e a participação da Associação Médica Brasileira durante o processo. Revela contradição aos atos normativos do Conselho Nacional de Educação, ao Conselho Federal de Medicina e ao posicionamento da Sociedade Brasileira de Pediatria. Observa-se que as controvérsias presentes no apoio incondicional dos setores que negam a diversidade sexual e de gênero nas escolas brasileiras, contrariam a implantação de políticas públicas necessárias para a diminuição da evasão escolar.

O sexto capítulo “O nome social na educação básica: abordagens sobre gênero na escola” analisa o impacto do direito ao uso do nome social por transgêneros nos registros escolares. A pesquisa perpassa os atos exarados pelo Conselho Nacional de Educação, as diferenças conceituais da transgeneridade e pondera sobre a resistência à aplicação do Programa Escola Sem Homofobia.

O sétimo traz “Os limites da interferência social na educação: a contestação da diversidade sexual e de gênero na formação docente”, direcionado aos comentários posteriores a uma formação pontual sobre gênero e sexualidade para docentes da Educação Infantil no município de Farroupilha/RS. Ademais, reflete sobre os comentários em uma rede social de uma temática controversa ao considerar a multiplicidade de visões, crenças e valores, atravessada por embates, permeada de repressões e resistências advindas de erros conceituais.

O oitavo, e último capítulo, analisa a “Formação docente sobre gênero e sexualidade: conhecimento, relevância e caminhos”, revela o conhecimento prévio e a relevância de uma formação docente continuada sobre gênero e sexualidade, ministrada para professores de quartos e quintos anos do ensino fundamental da rede municipal de Farroupilha/RS.

Objetivo da pesquisa

Propor formação docente pautada nas contribuições dos estudos de gênero e das neurociências para a desconstrução da heteronormatividade.

Espaço da Pesquisa

A pesquisa tem como campo o município de Farroupilha/RS, que possui 68.000 habitantes, mais especificamente os/as docentes de Ciências do 6º ao 9º ano e de 4^{os} e 5^{os} anos da Rede Pública Municipal. A Capital Nacional do Moscatel tem uma população majoritariamente de descendentes de europeus, destacando-se os italianos que chegaram no fim do século XIX e início do século XX.

Os italianos marcaram significativamente as características populacionais da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, em especial no que tange à influência do catolicismo, a integridade social, no que diz respeito a mútua colaboração para as questões econômicas, à luta política na formação das cooperativas, abertura de estradas e mercados, a identidade cultural étnica, costumes e hábitos que se enraizaram potencialmente.

O município de Farroupilha, está localizado no Planalto da Serra Geral, Encosta Superior do Nordeste. Pertence à mesorregião Nordeste do Rio Grande do Sul e microrregião de Caxias do Sul. Sua área é de 359,30 km², sendo 40,32 km² de área urbana e 318,98 km² de área rural. Distancia-se 111,4 km da capital do Estado, Porto Alegre (PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA, 2018).

Em junho de 2015, foi aprovado o Plano Municipal de Educação (PME) e, em julho do mesmo ano, num pronunciamento efusivo do Prefeito Municipal, Claiton Gonçalves, quando da visita da primeira dama do Estado do Rio Grande do Sul, disse estar orgulhoso do registro respeitoso à orientação sexual e identidade de gênero no PME de Farroupilha. Fato este que deflagrou um movimento pelas redes sociais para a retirada das estratégias relacionadas do documento.

De julho até setembro de 2015, a tensão e as discussões fizeram-se presentes nos meios de comunicação locais e regionais, bem como nas rodas de conversa das mais diversificadas concentrações de pessoas, até a rejeição do Projeto de Lei (PL) 068/2015 que, através do voto de minerva, na segunda convocação, tendo em vista a interrupção na primeira pela invasão de um munícipe, aos gritos, no plenário da Câmara de Vereadores.

As dúvidas, incertezas e a convicção da ausência de informações suficientes para sustentar os questionamentos dos/as professores/as e demais profissionais das vinte e sete escolas municipais e vinte e sete escolas particulares de educação infantil deram relevância a esta pesquisa que iniciou com as perspectivas da dissertação de mestrado e ganhou forma na execução das formações solicitadas pelos/as cidadãos/ãs.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja amostra é não aleatória e intencional (docentes de Ciências e dos 4^{os} e 5^{os} anos da Rede Pública Municipal de Farroupilha), os instrumentos utilizados são questionários; o procedimento é documental (Nota Técnica MPF/PFDC. n° 02 de 15 de março de 2017, Parecer CNE/CP n° 14/2017, Resolução CNE/CP 2/2017, Resolução CNE/CP n° 1/2018; estudo de caso (técnica de análise do discurso para refletir sobre as postagens numa rede social e sobre o PL 068/2015, não aprovado) e bibliográfica através de autores que aprofundam os estudos de gênero e as neurociências.

Nas páginas que seguem, encontra-se descrita a importância da preocupação com uma sociedade plural. A preservação dos direitos de negros, brancos, índios, heterossexuais, homossexuais, transexuais, católicos, protestantes, evangélicos, ou seja, com todos/as, para que saibam ou aprendam a respeitar. O respeito está presente apenas quando se conhece, efetivamente, a diversidade, preservando o acolhimento e dialogando com a afetividades de cada um/a. A diversidade sexual e de gênero é um universo de dúvidas e incertezas recheada de preconceitos e medos. A afetividade é o grande mote capaz de reunir pessoas num ambiente agradável e respeitador, onde ocorrem também experiências e aprendizagens.

1. CAPÍTULO I

A RESISTÊNCIA DOS/AS LEGISLADORES/AS EM NOMINAR A DIVERSIDADE



[CAPA](#) [SOBRE](#) [PÁGINA DO USUÁRIO](#) [NOTÍCIAS](#)

[Capa](#) > [Usuário](#) > [Autor](#) > [Submissões Ativas](#)

Submissões Ativas

[ATIVO](#) [ARQUIVO](#)

ID	MM-DD ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
179644	05-07	ART	Noro, Nobile	A RESISTÊNCIA DOS/AS LEGISLADORES/AS EM NOMINAR A...	EM AVALIAÇÃO

1 a 1 de 1 itens

Submetido na Revista Lua Nova em 07/05/2017

ISSN: 0102-6445

São Paulo/SP

Brasil: 2018.

[http:// submission.scielo.br/index.php/ln/index](http://submission.scielo.br/index.php/ln/index)

RESUMO

O trabalho tem por objetivo analisar a resistência em nominar a diversidade sexual e de gênero, pontualmente ocorrida no Município de Farroupilha/RS. Busca a análise do texto proposto no Projeto de Lei (PL) 068/2015, que exclui as estratégias relacionadas a gênero do Plano Municipal de Educação (PME). Através de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e cunho documental, fazendo uso da técnica de análise do discurso, o artigo expõe o histórico da aprovação do PME, revela as citações do PL quanto ao entendimento da presença das palavras gênero e sexualidade no anexo da Lei Municipal que aprova o Plano. O escrito indica a importância das estratégias elencadas nas metas do anexo do PME, através da formação docente através do respeito à orientação sexual e à identidade de gênero para o combate ao estereótipo social da heteronormatividade.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Legisladores/as.

THE RESISTANCE OF LEGISLATORS TO NOMINATE DIVERSITY

ABSTRACT

This study aims to analyze the resistance to nominate sexual gender diversity in the district of Farroupilha/RS. It investigates the text proposed by the Bill (Law Project – LP) 068/2015, which excludes gender-related strategies of the Municipal Education Plan (MEP). This is a qualitative research conducted through documentary and applied methodology. By using discourse analysis techniques, the article exposes the history of the approval of the PME, revealing quotations taken from the LP regarding the understanding of the presence of the words gender and sexuality in the Municipal Law that approves the Plan. The present paper indicates the importance of the strategies listed in the goals of the PME annex, through teacher training

and respect for sexual orientation and gender identity to combat the social stereotype of heteronormativity.

Key words: Education; Gender; Legislators.

Um breve histórico da elaboração e aprovação do PME de Farroupilha/RS

A sistematização da elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) de Farroupilha foi realizada por uma Comissão Técnica, composta por representações do Conselho e Secretaria Municipal de Educação e, posteriormente, efetivada pelo Fórum Municipal de Educação (FME), instituído para esse fim.

Para a primeira Audiência Pública, foram convidados todos os segmentos da sociedade, através da lista de precedência do Gabinete do Prefeito Municipal, para conhecer a proposta e a dinâmica dos trabalhos, definir os horários de estudos e escolher os eixos de interesse.

O FME, a partir do princípio da gestão democrática, foi instituído pelo Decreto Municipal 5.664/2014, em treze de outubro de 2014 e inicialmente ficou constituído por 58 membros, representantes de 17 órgãos e instituições sociais com diferentes competências, entre elas a elaboração, o planejamento e a organização dos espaços de debates sobre o PME.

O PME foi elaborado com o objetivo de nortear a educação nos próximos dez anos. Através de estratégias para o cumprimento de cada uma das vinte metas segue a disposição dos Planos Nacional e do Estado do Rio Grande do Sul, que estabelecem o prazo de cumprimento e o público para o qual estão direcionadas, organizadas em seis eixos temáticos.

O FME realizou o chamamento à comunidade, esteve em cinco momentos na Câmara de Vereadores, explanou sobre o tema para diretores/as, orientadores/as educacionais e professores/as. A gestão democrática foi o princípio da elaboração do PME, com respeito às opiniões, ao cumprimento dos prazos e às manifestações pelas vias legais e no momento certo, buscando o conhecimento científico como alicerce dos debates.

O PME de Farroupilha anterior, sancionado em 2006, já trazia o tema no subtítulo “Questões de Gênero” e abordava a preocupação com o assunto, muito embora não tenham sido efetivados os objetivos. Os membros do FME, atentos ao documento-base elaborado pelo Fórum Estadual de Educação-RS (FEE-RS), sentiram a necessidade de registrar através de estratégias das metas 2, 3, 4 e 10, o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero dos diferentes públicos e de dar sugestões para o cumprimento da meta direcionada aos alunos de 18 a 29 anos, assim descritas:

8.3 Implementar, a partir da aprovação deste PME, em regime de colaboração, sob a coordenação da SEDUC-Farroupilha e instituições de Ensino Superior, programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais que estejam fora da

escola e com defasagem idade-série, associando esses programas às estratégias sociais que possam garantir a continuidade da escolarização, com acesso gratuito ao Ensino Fundamental, ao Ensino Médio e Médio Integrado à educação profissional para os jovens, adultos e idosos, respeitando a orientação sexual, a identidade de gênero e os direitos humanos;

8.6 Promover, sob coordenação da SEDUC-Farroupilha em parceria com as áreas da saúde, assistência social, conselhos tutelares e Ministério Público, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados na meta, identificando motivos de afastamentos e colaborando com os sistemas e redes de ensino na garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública, respeitando a orientação sexual, a identidade de gênero e os direitos humanos;

8.22 Construir, em regime de colaboração, proposta para que nos currículos das graduações das Instituições de Ensino Superior se incluam conteúdos disciplinares e nas atividades curriculares dos cursos que ministram temáticas relacionadas à sexualidade e a história dos movimentos feminista e LGBTs;

8.23 Desenvolver, a partir da aprovação deste PME, políticas para os alunos e as alunas LGBTs, excluídos do sistema de ensino, criando um ambiente social mais favorável e com equidade, no qual a escola seja um espaço em que as discussões sobre a sexualidade façam parte do cotidiano de modo a minimizar toda forma de evasão ou a exclusão por motivo de homo, lesbo ou transfobia, promovendo ações que favoreçam a autoestima e a autoimagem do aluno ou aluna LGBT e combatam a violência contra esses grupos;

8.26 Garantir, sob responsabilidade da SEDUC-Farroupilha, instituições de Ensino Superior e mantenedoras de instituições privadas de ensino, a partir da aprovação deste PME, a inserção da realidade indígena e afro-brasileira e LGBT em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com as comunidades, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior, promovendo o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, surda e dos Movimentos LGBTs e Cultura Indígena, nos termos da Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;

8.28 Desenvolver, a partir da aprovação deste PME, políticas para os alunos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e com HIV/AIDS, excluídos do sistema de ensino, criando um ambiente social mais favorável e com equidade, no qual a escola seja um espaço em que as discussões sobre gênero, sexualidade e epidemia de aids façam parte do cotidiano de modo a minimizar toda forma de evasão ou a exclusão por motivo de discriminação sexual e de gênero, promovendo ações que favoreçam a autoestima e a autoimagem dessa população, com enfoque no processo cultural, histórico e social, para que se possa discutir a formação das identidades sexuais e a história da epidemia de aids no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Farroupilha, garantindo que o ensino das histórias e culturas indígenas nas redes de ensino seja efetivado a partir das realidades e histórias locais, da participação e do protagonismo dos povos e comunidades Kaingang, Guarani, Charrua e Xokleng e com materiais didáticos elaborados a partir de seus pontos de vista (FARROUPILHA, 2015a).

No dia da votação, o PME recebeu questionamentos pontuais de vereadores e de uma vereadora, alheios ao tema gênero, porém foi aprovado por unanimidade. O Prefeito Municipal sancionou a Lei do Plano em junho de 2015, e em julho do mesmo ano, num pronunciamento de boas-vidas à primeira dama do Estado do Rio Grande do Sul, ele enalteceu a importância do respeito à orientação sexual e à identidade de gênero, presente no documento.

Um movimento pelas redes sociais acumulou postagens e comentários avessos à presença dos termos no documento norteador da educação. Em agosto, sete vereadores e uma vereadora, que representam a maioria da Casa Legislativa local, assinaram o Projeto de Lei (PL) 068/2015 para a retirada das menções a gênero, sexualidade e suas normativas, presentes na Lei Municipal 4.124/2015.

O Projeto de Lei que visa eliminar a “ideologia de gênero” do PME

Os legisladores anuentes ao PL apresentaram elementos que julgaram cabíveis para solicitar a alteração do anexo da Lei Municipal. Em especial, direcionados ao eixo da Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos, relatando na justificativa que o PME introduz a “ideologia de gênero” ao fazer várias referências à identidade de gênero e à orientação sexual.

O texto afirma ser imperativa a exclusão das referências citadas, uma vez que os dispositivos apresentados ferem a Constituição Federal, outras legislações e o Pacto de San José da Costa Rica, pois ao utilizar as expressões “homem” e “mulher” o documento internacional mantém a distinção de gênero, sem qualquer discriminação em relação àqueles que não desejam assim serem intitulados.

A justificativa do PL traz que, em 2014, o Congresso Nacional, “consciente do problema”, retirou do Plano Nacional de Educação (PNE) todas as menções à orientação sexual e identidade de gênero, garantindo o respeito, o combate à discriminação e à violência escolar e registra:

Assim, a Lei Federal nº 13.005/2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), determina em seu artigo 2, inciso III, que são diretrizes do referido Plano “a superação das desigualdades educacionais e a erradicação de todas as formas de discriminação”. Esta redação, aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, derrubou a redação inicialmente proposta pelo MEC que propunha a ideologia de gênero como diretriz do PNE (FARROUPILHA, 2015b).

Quanto ao Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (PEE-RS), aprovado através da Lei Estadual nº. 14.705 em junho de 2015, o escrito retrata a eliminação de qualquer referência a identidade de gênero, garantindo respeito à Lei maior, referindo-se ao PNE e afirmando que “o PME de Farroupilha não seguiu as determinações da Lei Federal (PNE)” (FARRUPILHA, 2015b).

A ausência de dados que comprovem a discriminação de homossexuais, a homofobia, bem como motivos para o debate sobre a descriminalização do aborto, mesmo que, no texto,

apareçam na meta que diz respeito aos alunos de 18 a 29 anos, encontram lugar na justificativa, quando cita:

Também há outro importante fator a ser considerado para que se proceda a exclusão das referências ora apontadas: este fator está no campo prático, no nosso dia a dia, no nosso cotidiano, qual seja, no âmbito do Município de Farroupilha, não há estatísticas de ocorrências que envolvam a questão de discriminação de homossexuais, de ocorrências de casos de homofobia, bem como não há dados que justifiquem a inclusão da discussão da descriminalização do aborto (FARROUPILHA, 2015b).

O texto ressalta que algumas estratégias do PME distorcem o conceito de homem e mulher ao propor que o sexo biológico seria um dado do qual deveríamos nos libertar em busca da composição livre e arbitrária da identidade de gênero. Afirma também que “É uma ideologia que defende a absoluta irrelevância dos dados biológicos e psíquicos naturais na construção da identidade da pessoa humana, considerando o gênero de cada indivíduo como uma elaboração puramente pessoal” (FARROUPILHA, 2015b).

Durante as sessões em que o PL foi pauta de votação, muitos momentos marcaram discursos em defesa da família, explicitando a preocupação em impedir que à escola fosse dada a autonomia para orientar sexualmente seus filhos. O PL, defendido por algumas pessoas que nem sempre sabiam o motivo da sua presença na Casa Legislativa, elencava os motivos da discórdia, com ênfase num suposto interesse em ludibriar pais zelosos e encontraram um representante mais afoito que atingiu o ápice ao invadir o Plenário da Câmara, apontou o dedo para os membros do FME, apoiado por um vereador e apaziguado pela única vereadora da Casa, lembrando o texto em votação:

A ideologia de gênero traz diversos inconvenientes para a educação:

- 1) a confusão causada nas crianças e adolescentes no processo de formação de sua identidade, fazendo-as perder as referências;
- 2) a sexualização precoce, na medida em que a ideologia de gênero promove a necessidade de uma diversidade de experiências sexuais para a formação do próprio “gênero”;
- 3) a abertura de um perigoso caminho para a legitimação da pedofilia, uma vez que a “orientação” pedófila também é considerada um tipo de gênero;
- 4) a banalização da sexualidade humana, dando ensejo ao aumento da violência sexual, sobretudo contra mulheres e homossexuais;
- 5) a usurpação da autoridade dos pais em matéria de educação de seus filhos, principalmente em temas de moral e sexualidade, já que todas as crianças serão submetidas à influência dessa ideologia, muitas vezes sem o conhecimento e o consentimento dos pais e/ou responsáveis (FARROUPILHA, 2015b).

A mesma conformação textual circulou entre as Casas Legislativas do Brasil

Os grupos religiosos conservadores pressionaram para que os Planos de Educação não contemplassem qualquer menção às palavras: gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Cartilhas, textos e vídeos, muitas vezes sem autoria nem referência bibliográfica, disponibilizados por bispos, padres, pastores entre outros/as, mobilizaram uma parte da sociedade para que, em contato com deputados/as e vereadores/as, exigissem que não fossem aprovados textos contendo esses termos.

No Congresso Nacional, em maio de 2015, um requerimento de informações do deputado Izalci, afirmou textualmente que todas as “expressões clássicas da ideologia da gênero: orientação sexual e identidade de gênero” foram suprimidas do PNE assim como “todas as demais alusões a esses termos” (BRASIL, 2015).

Na justificativa do documento citado, explica que a “ideologia de gênero” teve início nos anos 80, quando o conceito de gênero passou a ser adotado pelo movimento marxista e feminista como justificativa científica para as teses de Karl Marx e Friedrich Engels. Depois, nos anos 90, na Universidade de Berkeley, com a obra de Judith Butler, é que o conceito foi “ardilosamente” introduzido por meio do trabalho das Fundações Internacionais na Conferência sobre a Mulher promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Pequim.

O documento segue com o interesse em “destruir as famílias” para o pleno êxito da revolução socialista, com trechos do padre José Eduardo de Oliveira, do livro *Sexual Politics* de Kate Millett, publicado em 1969, agrega o conceito de gênero desenvolvido pelo Dr. John Money, nos anos 60, bem como cita Shulamith Firestone e Judith Butler para conduzir a humanidade à “mente polimorficamente sexuada que destruiria a família”.

E-mails e panfletos foram distribuídos aos deputados estaduais e vereadores para acelerar a mobilização nacional. Em Farroupilha/RS, quando a informação chegou à Casa Legislativa, o PME já estava aprovado e sancionado.

A votação do PL em Farroupilha/RS

Em agosto de 2015, um dos vereadores da bancada de oposição ao Prefeito Municipal assinou um requerimento solicitando ao Poder Executivo “a retirada das expressões gênero do PME”, levando em conta, entre outras considerações, “a flagrante destruição do modelo tradicional de família”, bem como “não ser papel da escola dar orientação sexual e moral às crianças e jovens”.

As sessões acaloradas proporcionaram debates constantes em diferentes pontos de encontro dos moradores da cidade de 68.000 habitantes. Opiniões diversas revelaram claramente o preconceito, o desconhecimento sobre o tema e os interesses político-partidários.

Na sessão que sucedeu o posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça como favorável à presença da “ideologia de gênero” no texto da Lei, ocorreu a já citada invasão ao Plenário. A atitude do cidadão, aclamado pela maioria dos presentes, contando com a perplexidade dos membros do FME, resultou na exigência de evacuação da Casa, pelo Presidente da Câmara.

A semana seguinte ficou marcada pela votação. Vendo e ouvindo as últimas intercorrências, um dos vereadores, provido de correto e propício discernimento, concluiu que seria um momento de maior agressividade verbal e quiçá física dos/as integrantes do movimento. O FME, então, reuniu-se no Núcleo Tecnológico da Prefeitura Municipal para assistir à sessão por um telão.

A votação iniciou e um dos vereadores que havia assiando o PL reverteu seu posicionamento, cabendo ao Presidente da Câmara o voto de minerva. Com oito votos contra sete, a sessão foi encerrada e, não longe do previsto, assessores parlamentares foram agredidos, carros foram riscados e a Brigada Militar foi acionada.

O ocorrido concedeu visibilidade ao PME depois de aprovado. Foi possível compreender que cada meta era direcionada à uma etapa da educação e que as metas estavam agrupadas por eixos temáticos com distinção entre as estratégias direcionadas à educação infantil e Educação de Jovens e adultos, entre tantos outros entendimentos significativos.

Todo o empenho foi válido. As discussões estabelecidas revelaram a intolerância social, o proselitismo religioso, o proselitismo político e partidário e resultaram na manutenção das estratégias destinadas à superação da discriminação que viola o direito humano à educação dos farroupilhenses.

Uma educação de qualidade se faz também com equidade, gestão democrática, famílias presentes, professores/as atuantes e legisladores/as inclusivos/as, repensando as práticas e reconhecendo que a escola e os professores isolados não conseguem acolher nem dirimir lacunas sociais.

Toda a divulgação da elaboração do PME, que demandou meses de trabalho dos membros do FME, não recebeu nenhum destaque na mídia local. O questionamento tardio sobre questões ditas alheias ao conhecimento público, gerou inclusive a capa de um dos jornais local.

Contrapondo a “ideologia de gênero”

Leis já sancionadas e projetos em tramitação pretendem proibir o/a professor/a de falar em gênero. Os/As professores/as que desrespeitarem a norma podem sofrer pena de prisão. A preocupação dos/as defensores/as dos projetos citados se sobrepõe aos princípios da escola

como instituição acolhedora que precisa antever a diversidade, garantir um ambiente seguro e receptivo para a aprendizagem.

É importante pontuar e esclarecer cada uma das afirmações do PL de Farroupilha/RS fazendo uso de citações com referência bibliográfica ou documental. O contraponto à “ideologia de gênero” busca elucidar e discernir as abordagens através do conhecimento científico para posicionar e questionar as afirmações empíricas de uma parcela da sociedade.

Inicialmente a reflexão recai sobre o entendimento que o PME de Farroupilha não seguiu as determinações do PNE, presente na frase: “derrubada da redação que propunha a ideologia de gênero na Lei 13.0005/2014”. No corpo da citada Lei, num dos seus artigos revela: “superação das desigualdades educacionais e a erradicação de todas as formas de discriminação”. A afirmação é satisfatória para que o Município organize seu sistema educacional quanto ao combate à discriminação e respeite a orientação sexual e a identidade de gênero de cada um/a.

Para o questionamento de que “(...) não há estatísticas de ocorrências que envolvam a questão de discriminação de homossexuais, de ocorrências de casos de homofobia (...)” (FARROUPILHA, 2015b), já estava disponível na época, a Pesquisa Nacional Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (Fipe, MEC, Inep, 2009), revelando que as atitudes discriminatórias mais elevadas se relacionam a gênero (38,2%) e a orientação sexual (26,1%), que revelavam de forma velada ou explícita, a violência e a discriminação relacionadas ao gênero.

A Unesco – Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura compilou um estudo desenvolvido por várias organizações internacionais, conhecido por Consulta Internacional sobre o Bullying Homofóbico, revelando dados que confirmam a importância de um olhar atento sobre a temática:

Evidências claras obtidas em muitos países mostram que a exposição ao bullying homofóbico provoca:

- ✓ Redução da frequência escolar
- ✓ Abandono escolar precoce
- ✓ Queda de desempenho e rendimento acadêmico

O bullying homofóbico, particularmente quando os alunos são intimidados, ridicularizados em público e roubados, está fortemente associado à evasão escolar. Em alguns casos, os alunos faltam às aulas ou fingem estar doentes para não ter que admitir a perda de livros, equipamentos ou dever de casa (UNESCO, 2013).

A Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional, 2016, apresenta análises e resultados da primeira pesquisa nacional virtual realizada no Brasil com 1016 adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no ambiente escolar revelando que

73% são agredidos verbalmente e 36% fisicamente, com afirmações de alguns que cogitaram tirar a própria vida.

Por meio das 1016 respostas efetuadas no questionário disponibilizado on-line, o relatório retrata níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas, além de violência física; ao mesmo tempo expõe níveis baixos de respostas nas famílias e nas instituições educacionais que fazem com que tais ambientes deixem de ser seguros para muitos estudantes LGBT, resultando em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições por vezes hostis.

Estamos num momento crucial na história brasileira em que precisamos ter resistência e persistência. Resistência para enfrentar a onda obscurantista que gostaria de tomar conta e retroceder as instituições sociais, incluindo a educação. Persistência para continuar atuando com determinação para alcançar uma sociedade de paz e justiça em que todos e todas sejam respeitados/as em suas diferenças, sem distinção de qualquer natureza (ABGLT, 2016).

O texto da pesquisa acima citada justifica a ausência de dados num município que reserva a característica de uma população que, no entrelace de parentes, vizinhos/as, amigos/as ou colegas, se conhece ou, pelo menos, conhece alguém que conhece uma determinada pessoa. Fato esse que afasta o interesse em explicar, aos docentes ou ao Conselho Tutelar, as ausências ou evasão escolar por bullying homofóbico, na pior das hipóteses na delegacia, quando o caso chega até lá.

Na colocação sobre a “ideologia que defende a absoluta irrelevância dos dados biológicos e psíquicos naturais na construção da identidade da pessoa humana, considerando o gênero de cada indivíduo como uma elaboração puramente pessoal”, podemos pautar a explicação no conceito de gênero incorporado aos marcadores sociais desde os anos oitenta, para discutir expectativas em torno da masculinidade e da feminilidade, Scott (1995), traz:

Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.80).

Sobre os “diversos inconvenientes para a educação”, elencados e numerados de um a cinco, pode-se esclarecer que, desde 1990, as orientações não-heterossexuais deixaram de fazer parte do CID (Código Internacional de Doenças). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM V, publicado em 2014, retrata a necessidade de introduzir o termo “gênero” e traz:

Assim, o termo gênero é utilizado para denotar o papel público desempenhado (e em geral juridicamente reconhecido) como menino ou menina, homem ou mulher; porém, diferentemente de determinadas teorias construcionistas sociais, os fatores biológicos, em interação com fatores sociais e psicológicos, são considerados como contribuindo para o desenvolvimento do gênero (DSM V, 2014).

Os vereadores e a vereadora confirmam através de suas assinaturas, que escrever os termos orientação sexual e identidade de gênero num PME favorece: “a abertura de um perigoso caminho para a legitimação da pedofilia, uma vez que a “orientação” pedófila também é considerada um tipo de gênero”. Esse posicionamento reporta à afirmação da heterossexualidade por meio do repúdio à homossexualidade, atribuindo à essa experiência um caráter doentio ou, ao menos, condição de desenvolvimento inferior à heterossexualidade (RIOS, 2011, p. 37).

Os Transtornos Parafílicos, que incluem o Transtorno Pedofílico, citado como doença que acomete pessoas com foco sexual em crianças é pontuado no entendimento do DSM V, explicita a “orientação pedófila” e distingue do conceito de gênero já citado:

Exemplos de revelação dessa parafilia incluem reconhecer abertamente interesse sexual intenso por crianças e a indicação de que o interesse sexual por crianças é maior ou igual ao interesse sexual por indivíduos fisicamente maduros. Se essas pessoas também se queixam de que suas atrações e preferências sexuais por crianças lhes estão causando dificuldades psicossociais, podem ser diagnosticadas com transtorno pedofílico. No entanto, se relatam ausência de sentimentos de culpa, vergonha ou ansiedade em relação a esses impulsos, não apresentam limitação funcional por seus impulsos parafílicos (conforme autorrelato, avaliação objetiva ou ambos), e seu autorrelato e sua história legal registrada indicam que jamais colocaram em prática esses impulsos, essas pessoas, então, apresentam orientação sexual pedofílica, mas não transtorno pedofílico (DSM V, 2014, p. 698).

No que concerne à indicação da “banalização da sexualidade humana, dando ensejo ao aumento da violência sexual, sobretudo contra mulheres e homossexuais”, fica duvidoso o sentido dado ao entendimento. Citar o respeito à orientação sexual e identidade de gênero e direcionar estudos sobre o tema com alunos de 18 a 29 anos, excluídos da escola, são ações que minimizam a violência sexual.

A violência precisa ser exterminada e configura a importância de nos reportarmos pontualmente à homofobia, no que carece esclarecer:

A homofobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são homossexuais mas são percebidas como tais. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos (JUNQUEIRA, 2007, p. 60-61).

Não parece cabível acreditar que o conhecimento científico, proporcionado à população excluída da escola, pode, em qualquer tempo ou espaço, fomentar a violência. Torna-se pertinente crer que o desconhecimento deflagra um dos gatilhos sociais da fobia, que vai desde pequenos insultos até a sua revelação como doença:

Os tipos específicos dessa fobia incluem lesbofobia (contra lésbicas), bifobia (contra bissexuais) e transfobia (contra travestis e transexuais). A homofobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, na rua, no posto de saúde e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem a comunidade LGBT (GÊNERO, 2009, p. 150-151).

Quanto à “usurpação da autoridade dos pais em matéria de educação de seus filhos”, torna-se nítido o equívoco no emprego da expressão orientação sexual. Em 1997, há vinte anos, as escolas receberam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), trazendo a orientação sexual como tema transversal e referendando o tratamento da sexualidade nas séries iniciais, como forma de permitir ao aluno encontrar na escola um espaço de informação e de formação.

A primeira parte deste documento justifica a importância de se incluir Orientação Sexual como tema transversal nos currículos, isto é, discorre sobre o papel e a postura do educador e da escola, descrevendo, para tanto, as referências necessárias a melhor atuação educacional ao se tratar do assunto, trabalho que se diferencia do tratamento da questão no ambiente familiar (BRASIL, 1997, p. 287).

A orientação sexual, segundo os PCN, devia propiciar aos/às alunos/as, informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilitando o desenvolvimento de atitudes coerentes com valores próprios e diferenciava-se da educação sexual que era aquela disponibilizada pela família.

O fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não e a forma como o faz, determina em grande parte a educação das crianças. Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais construirá sua sexualidade na infância (BRASIL, 1997, p. 291).

No decorrer desses vinte anos, a compreensão, a realidade e os anseios dos/as estudantes vem mudando. Também passam por alterações o conhecimento, a compreensão e a abordagem dada à orientação sexual, assim descrita em 2006:

Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p.7).

Os debates sobre o tema fazem pensar sobre uma carência latente de informações, passam pelos interesses individuais em cada posicionamento pessoal e aportam no preconceito existente. Refletindo sobre o esclarecimento conceitual de orientação sexual visto pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT):

Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade). Estudos demonstram que as características da orientação sexual variam de pessoa a pessoa (ABGLT, 2016, p. 73).

Considerações finais

Os legisladores, divididos entre o segmento que apoiou o Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) e o segmento que rejeitou explicitamente as trinta e cinco menções, presentes nas estratégias relacionadas aos termos identidade de gênero e orientação sexual, encontram correligionários nos Estados e Municípios brasileiros, inclusive em Farroupilha/RS.

O tempo despendido nas discussões, estruturação de novos projetos de lei, organização de associações que orientam pais de alunos que “podem estar sendo vítimas de doutrinação ideológica” e demais entidades preocupadas até mesmo em “criminalizar os/as docentes”, barram o foco da educação acolhedora, que problematiza, reconhece os diferentes modelos de famílias e visa minimizar a evasão escolar.

Os argumentos contrários à permanência das palavras que mencionam respeito à população LGBT revelam o desconhecimento quando, entre outras demonstrações, ignoram estatísticas comprobatórias do bullying homofóbico. Revelam o preconceito ao repetir incessantemente a expressão “ideologia de gênero”. Apontam os interesses político-partidários pois a bancada de oposição insiste veementemente na aprovação do PL que altera o PME.

O citado DSM V, 2014, referenda a Disforia de Gênero como “sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa”. Importante ressaltar que o “sofrimento” é prerrogativa para o diagnóstico. O Manual traz também, nas consequências funcionais da Disforia de Gênero, que “a preocupação com desejos transgêneros pode se desenvolver em todas as idades depois dos primeiros 2 a 3 anos de infância e frequentemente interfere nas atividades diárias”, explicando:

A disforia de gênero, juntamente com a expressão atípica de gênero, está associada a níveis elevados de estigmatização, discriminação e vitimização, levando a autoconceito negativo, taxas elevadas de comorbidade de transtorno mental, abandono escolar e marginalização econômica, incluindo desemprego, com todos os riscos

correspondentes na área social e de saúde mental, principalmente no caso de indivíduos de famílias pobres (DSM V, 2014, p. 458).

Os referenciais teóricos mostram a necessidade de o educador ter acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, a fim de construir uma postura profissional e consciente que possibilite a desconstrução social da heteronormatividade.

As tentativas de cercear direitos apontam para a inconstitucionalidade, uma vez que violam a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Soma-se números absurdos de exclusão escolar que, embora nem sempre seja revelado o real motivo, são decorrência da humilhação, do medo da violência física e/ou psicológica sofrida no ambiente escolar ou pela discriminação das famílias homoafetivas.

A homofobia tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um *status* superior e natural. Enquanto a heterossexualidade é definida pelo dicionário como a sexualidade (considerada normal) do heterossexual, e este, como aquele que experimenta uma atração sexual (considerada normal) pelos indivíduos do sexo oposto, a homossexualidade, por sua vez, encontra-se desprovida dessa normalidade (BORRILLO, 2009, p. 17).

Conviver e viver numa sociedade efetivamente democrática e necessariamente laica é direito da população brasileira. Para tanto, é indispensável o respeito às raças, orientação sexual, igualdade e identidade de gênero, uma vez que favorece a presença do/a estudante na escola. Possibilitar a convivência com a diversidade e censurar as manifestações homofóbicas enaltece os direitos humanos na educação.

A preocupação com a autoestima precisa estar presente no ambiente escolar. A escola, além de ser um ambiente de produção de conhecimentos, é um espaço de formação identitária e cidadã, de interações, vivências, diálogos, autoconhecimento, criatividade, persistência, resistência, habilidades físicas do/ estudante e ele/a como um todo.

A possibilidade de conviver com gays e lésbicas e a abertura para o outro são fatores importantes para impedir o desenvolvimento de sentimentos homofóbicos. Finalmente, a crença numa suposta base genética da homossexualidade facilita a emergência de uma maior tolerância (BORRILLO, 2009, p. 41).

Com uma sociedade plural, é inconcebível excluir. Primordial é a preservação dos direitos dos negros, brancos, índios, heterossexuais, homossexuais, católicos, protestantes, evangélicos, ou seja, que todos saibam ou aprendam a respeitar o direito do/a outro/a, preservando o acolhimento e dialogando com a afetividade de cada um/a. A afetividade é o grande mote capaz de reunir pessoas num ambiente agradável e respeitador, onde também ocorrem experiências e aprendizagens.

As expectativas e as perspectivas concernem para que se desenvolva uma visão mais justa do mundo no que diz respeito à convivência das diferenças na escola. A mensagem de que a partir da escola podemos trilhar caminhos mais justos e igualitários precisa ser postulada pelo maior número possível de instituições. Os direitos das pessoas precisam ser respeitados.

A clareza de que as diferenças aprimoram a convivência necessita ser constante. O acolhimento das diferenças deve ser fonte de realização para os cidadãos e cidadãs na sociedade. A evasão escolar provocada pela falta de acolhimento na instituição educacional precisa atingir índices irrisórios. A avaliação dos Planos de Educação precisa de maior compreensão e acolhimento do tema.

Diante do complexo e significativo debate, pondera-se a necessidade de abrir espaços para a formação docente, onde não lampeje dúvida sobre o assunto. Neste sentido, a permanência das estratégias em cada uma das metas do PME permite apresentar produções e compartilhar vivências na formação continuada dos professores, em cursos de extensão oferecidos na formação docente inicial, bem como organizar momentos de debate social sobre a temática, a quem demonstrar interesse no próprio Município e região, com respeito à convivência das diferenças na escola e na sociedade em geral.

Referências Bibliográficas

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://www.abglit.org.br/docs/IAE-Brasil>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BORRILLO, Daniel. **A Homofobia. Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio** / Tatiana Lionço; Debora Diniz (Organizadoras). Brasília: Letras Livres: Ed. UnB, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação**. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. Requerimento de Informação de maio de 2015. Requer ao Ministro de Estado da Educação Saúde informações sobre o Documento Final do Conae- 2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, como passo na articulação da educação nacional como política de Estado, no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a votação do PNE nesta casa, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE, o planejamento e

as políticas educacionais no Brasil. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1337320.pdf>. Acesso em: 02 jan.2017.

DSM V. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. American Psychiatric Association. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cldfile/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeeducador/2015/DSM%20V.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

FARROUPILHA. Lei 4.125 de 10 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.farroupilha.rs.gov.br/novo/wp-content/uploads/2014/01/Plano-Municipal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

FARROUPILHA. PL 068 de 01 de setembro de 2015. Altera o Anexo da Lei Municipal nº. 4.125/2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação. Disponível em: http://camarafarroupilha.rs.gov.br/images/stories/projetos_lei/pl_068-2015.pdf. Acesso em: 15 nov. 2016.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. **Livro de conteúdo**. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar**. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; SOUZA, N. G. S.; GOELLNER, S. V.; SOUZA, J. F. (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

UNESCO. Consulta Internacional sobre o Bullying Homofóbico. Brasília: UNESCO, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006. In: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://www.abgl.org.br/docs/IAE-Brasil>. Acesso em: 18 jan. 2017.

RIOS, Raupp Rios. **O Conceito de Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais**. Semana de Direitos Humanos da UFCSPA: Combate à Homofobia e Promoção da Diversidade 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação&Realidade**. Porto Alegre, vol.20, nº 2, jul./dez, 1995.

2. CAPÍTULO II

O ENTENDIMENTO PRÉVIO DOS/AS DOCENTES DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE



The screenshot shows the journal's header with the title 'Educação (Porto Alegre)' and the publisher 'Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul'. Below the header is a navigation menu with links like 'CAPA', 'SOBRE', 'PÁGINA DO USUÁRIO', etc. The main content area is titled 'Submissões Ativas' and contains a table with one entry.

ID	MM-DD ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
32554	11-18	ART	Noro, Crespi, Nóbile	O ENTENDIMENTO PRÉVIO DOS/AS DOCENTES DA DISCIPLINA DE...	EM AVALIAÇÃO

1 a 1 de 1 itens

Submetido na Revista Educação em 18/11/2018

ISSN: 1981-2582

Porto Alegre/RS

Brasil: 2018.

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/author/index>

O ENTENDIMENTO PRÉVIO DOS/AS DOCENTES DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

Esse trabalho tem por finalidade analisar o conhecimento prévio dos/as docentes da disciplina de Ciências da rede municipal de Farroupilha/RS, através de um questionário que objetivou identificar o perfil dos/as docentes participantes, verificar o conhecimento prévio dos mesmos sobre gênero e sexualidade e analisar o entendimento sobre a correlação entre a formação docente e a diminuição da evasão escolar. Como procedimento metodológico, optou-se pela aplicação de um questionário misto, revisão documental e bibliográfica, envolvendo o conceito de heteronormatividade e a sua visão diante das neurociências e dos estudos de gênero. Os resultados indicam que um número significativo de docentes compreendem a não-heterossexualidade como oriunda de causas sociais, apresentam pouco conhecimento científico sobre a temática, o que encaminha para a formação docente continuada como facilitadora para minimizar a evasão escolar.

Palavras-chave: Formação Docente Continuada; Gênero; Evasão Escolar.

THE PREVIOUS UNDERSTANDING OF THE TEACHERS OF THE DISCIPLINE OF SCIENCE ON GENDER AND SEXUALITY

ABSTRACT

This work aims to analyze the previous knowledge of the teachers of the discipline of the city of Farroupilha/RS, through a questionnaire that aimed to identify the profile of the participating teachers, verify their prior knowledge about gender and sexuality and to analyze the

understanding of the correlation between teacher education and the reduction of school dropout. As a methodological procedure, a mixed questionnaire, documentary and bibliographical review was applied, involving the concept of heteronormativity and its vision in the face of neurosciences and gender studies. The results indicate that a significant number of teachers understand non-heterosexuality as coming from social causes, have little scientific knowledge about the subject, which leads to continued teacher education as a facilitator to minimize school dropout.

Keywords: Continuing Teacher's Education; Gender; School Dropout.

EL ENTENDIMIENTO PREVIO DE LOS / LAS DOCENTES DE LA DISCIPLINA DE CIENCIAS SOBRE GÉNERO Y SEXUALIDADE

RESUMEN

Este trabajo tiene por finalidad analizar el conocimiento previo de los/las docentes de la disciplina de Ciencias de la red municipal de Farroupilha/RS, a través de un cuestionario que objetivó identificar el perfil de los / las docentes participantes, verificar el conocimiento previo de los mismos sobre género y sexualidad y analizar el entendimiento sobre la correlación entre la formación docente y la disminución de la evasión escolar. Como procedimiento metodológico, se optó por la aplicación de un cuestionario mixto, revisión documental y bibliográfica, envolviendo el concepto de heteronormatividad y su visión ante las neurociencias y los estudios de género. Los resultados indican que un número significativo de docentes comprenden la no heterosexualidad como oriunda de causas sociales, presentan poco conocimiento científico sobre la temática, lo que encamina hacia la formación docente continuada como facilitadora para minimizar la evasión escolar.

Palabras clave: Formación Docente Continuada; Género; Evasión Escolar.

Em 2015, a presença dos discursos fundamentalistas tomou conta das Assembleias Legislativas, durante a aprovação dos Planos Estaduais de Educação e das Câmaras de Vereadores, na aprovação dos Planos Municipais. O êxito logrado na esfera federal, em 2014, fortaleceu as arenas legislativas contra os estudos de gênero e as políticas públicas educacionais voltadas para as discussões sobre gênero e sexualidade.

A incessante polêmica desencadeada pela publicação de uma Portaria do Ministério da Educação (MEC) que criou o Comitê de Gênero, em setembro de 2015, durou 12 (doze) dias, até uma nova Portaria substituir o nome para Comitê de Combate à Discriminação, alterando os trechos que se referiam aos direitos relacionados às questões de gênero por citações generalizadas. A explicação do MEC demonstrou a preocupação em tornar o Comitê abrangente, o que não convenceu os movimentos sociais envolvidos.

Em 2017, a resistência em nominar a diversidade e a luta para a retirada específica dos termos “orientação sexual e identidade de gênero”, revelaram a urgência em falar sobre um tema que, mesmo após a Nota Técnica 02/2017, do Ministério Público Federal, que considera inconstitucional o ato de coibir as discussões sobre questões de gênero e orientação sexual nas escolas, recebe a retirada das expressões também da Base Nacional Comum Curricular.

O conhecimento visto como pressuposto para dirimir preconceitos e falta de informação, encontra amparo legal. Para tanto, não cabe às minorias levantarem suas bandeiras de autodefesa, cabe ao mundo acadêmico iniciar o movimento defendido pelo Judiciário e pelo conhecimento científico espargido no país, mesmo que silenciado pelos interesses dos desconhecedores do tema e das pessoas que não tiveram a oportunidade de conversar sobre o assunto nos bancos escolares, nem tampouco na vida diária.

Para que o conhecimento chegue à sociedade ele precisa ter origem no meio acadêmico, necessita conquistar grupos de estudos e cursos de extensão universitária que oportunizem o acesso às pessoas de toda e qualquer identidade de gênero e/ou orientação sexual, que favoreça o respeito a realidade individual, que propicie o reconhecimento e a valorização das famílias dos/as estudantes, a fim de efetivar o segundo artigo da Lei 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, e traz: “erradicação de todas as formas de discriminação”.

A escola, considerada como um espaço de extrema relevância para que se aprenda a respeitar, compreender e elucidar as dúvidas que possam ser corroboradas pela sociedade, que minimize a evasão escolar por preconceito, precisa projetar um trabalho que estabeleça novas formas de entendimento nos núcleos familiares, nas comunidades escolares e na sociedade como um todo, começando pela formação docente.

A preocupação com a autoestima, necessária no espaço escolar, manifesta que, além de ser um ambiente de produção de conhecimentos, a escola precisa ser um espaço de formação identitária e cidadã, de interações, vivências, diálogos, autoconhecimento, que favoreça o desenvolvimento da criatividade, persistência, resistência, habilidades físicas do/a estudante como um todo.

O pouco conhecimento e acesso ao conceito das diferentes concepções teóricas de gênero e diversidade sexual como construções históricas, dos movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero e dos desafios ético-políticos que desconsideram os direitos sociais, civis e políticos relacionados à população LGBTTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais), deflagram a necessidade de ações propositivas na formação docente, ampliando assim o acesso à informação a uma parcela progressivamente maior da população.

A Lei Municipal 4.125 de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação (PME), em Farroupilha/RS contemplou, no seu anexo, metas e estratégias relacionadas ao respeito à diversidade sexual e de gênero. Para a implantação, tendo em vista a polêmica que se instaurou após a sanção da Lei, tornou-se essencial desmistificar o interesse em “incentivar a homossexualidade” nos/as estudantes da rede pública municipal.

O presente artigo é fruto de uma investigação realizada no primeiro semestre do ano de 2017, com os professores de Ciências da Rede Pública Municipal de Farroupilha/RS. A pesquisa traz como objetivos: a) identificar o perfil dos/as docentes da rede pública municipal; b) verificar o conhecimento prévio dos/as participantes sobre a temática; c) analisar o entendimento da correlação entre a importância da formação docente e a diminuição da evasão escolar; d) identificar o conhecimento sobre a heteronormatividade diante dos estudos de gênero e das neurociências. O escopo da pesquisa foi avaliar o conhecimento prévio dos/as docentes regentes da disciplina de Ciências sobre gênero e sexualidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O esclarecimento para minimizar a resistência sobre o tema exige aprofundamento e trabalho docente na formação continuada. Para Santos (2011), a resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais.

Os estudos de gênero são um campo de pesquisa interdisciplinar e acadêmica que procura compreender as relações de gênero como feminino, transgênero e/ou masculino. Apresenta “gênero” como um conceito social, oriundo das ciências humanas. Suas origens voltam-se para os Estados Unidos, com o desenvolvimento dos estudos feministas e pós-estruturalistas na década de 1960, a partir das influências de Judith Butler e Michel Foucault.

Os estudos feministas, em especial no âmbito acadêmico, no Brasil, consolidaram-se a partir das décadas de 1970 e 1980. No início, os estudos sobre a mulher passaram a se utilizar da categoria “gênero” inspirados no artigo de Joan Scott (“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”) (FURLANI, 2011, p. 58).

O conceito de gênero foi incorporado aos marcadores sociais, desde os anos oitenta, para discutir expectativas em torno da masculinidade e da feminilidade e refuta as justificativas do comportamento humano associadas às questões biológicas, como Scott (1995), traz:

Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.90).

O contexto brasileiro colaborou registrando nos seus atos legislativos e normativos, a preocupação em minimizar o preconceito, negando a discriminação e dedicando-se às questões de gênero ao longo de décadas, mesmo assim uma lacuna estanque e enraizada que, por motivos diversos e alheios aos interesses de uma educação acolhedora, vem crescendo e precisa ser dirimida.

Sobre a formação continuada do docente, Imbernón (2010) considera que esteja atrelada com a realidade social e aos contextos educacionais daquele que a busca. Neste sentido, justifica-se levantar entre os docentes o entendimento que os mesmos têm sobre a temática, buscando aproximar a formação oferecida à realidade que os mesmos encontram no ambiente escolar.

Souza (2006, p. 487) complementa esse entendimento ao ponderar que “os professores são diferentes, tem histórias diversas, concepções distintas sobre formação continuada, sobre ensino, sobre possibilidades de desenvolvimento próprio e de seus alunos”, e que, portanto, as propostas de formação para este profissional devem considerar esses elementos para que possam dialogar com os professores.

As instituições que ofertam formação docente inicial e continuada, mesmo após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2010, mantiveram a lacuna que gerou a deficiência no processo de preparação docente no que tange às temáticas de gênero e sexualidade, também dos/as professores/as de Ciências. Dessa forma, é necessário vislumbrar de imediato todas as oportunidades de aportar os dizeres descabidos, através do momento e dos/as profissionais adequados, com conhecimento científico.

Carvalho e Gil-Pérez (1995) argumentam que superar tais deficiências formativas no processo de preparação docente não constitui nenhum obstáculo intransponível, e que tais problemas podem ser solucionados por meio de um processo criativo e satisfatório. Nessa perspectiva, a orientação, o acesso ao conhecimento científico e a diferentes correntes metodológicas se torna de extrema relevância.

Alguns coletivos educacionais conseguiram aprovar estratégias específicas nos seus Planos de Educação que visam reduzir a evasão escolar e a harmonia entre a idade e a série dos/as estudantes, para tanto, torna-se imperativo pensar na formação docente como uma construção social que responda com uma compreensão íntegra das questões de gênero.

Para Teixeira (2011), atualmente, um dos objetivos centrais da educação é a formação de cidadão e cidadãs, o que implica dizer que as escolas devem buscar a equidade e o respeito entre as pessoas. Essa não é apenas uma questão pedagógica, mas também política. É necessário

eliminar, ou pelo menos reduzir, os argumentos de longa data que misturam as questões científicas com as questões políticas.

O respeito à orientação sexual e à identidade de gênero somente estará assegurado quando o conhecimento científico conquistar o merecido espaço para o debate. A mordaza impetrada pelas afirmações de que o reconhecimento, a aceitação e o acolhimento de todas as pessoas, independentemente da forma de vestir, ao lado de quem vivam ou sintam-se atraídos, denota a necessidade de silenciar para não precisar pensar sobre a temática e isso apenas amplia o preconceito.

Para Herculano-Houzel (2005), pais e filhos também deveriam encontrar conforto nos conhecimentos da neurociência sobre a identidade e preferência sexual. Ambas, descobrem-se na adolescência, e não dependem da vontade ou das ações de uns nem de outros. Infelizmente, isso não é garantia de que a minoria que se interessa sexualmente pelo mesmo gênero ou que não se identifica com seu sexo genético ou genital receberá de seus pais, e muito menos da sociedade, o mesmo tratamento digno que a maioria recebe.

A reação doentia, chamada de homofobia, mas que também pode ser transfobia, bifobia e/ou lesbofobia, clama por um espaço para receber o acompanhamento e a atenção devida. Enquanto as discussões permanecem pautadas na proibição de falar sobre determinados assuntos em sala de aula, o real foco de estudo e quem necessita ser visto para o favorável desenvolvimento social, ficará camuflado e novos casos estarão surgindo, sem que seja colocada luz sobre essa grande e crescente sombra.

Os estudos de gênero encontram força na abordagem presente nos países que aceitam os relacionamentos entre pessoas não-heterossexuais, como orientação sexual e não como uma “opção sexual”. Estes estudos dão vazão à contraposição do determinismo biológico, bem como a importância da distinção entre sexo e gênero sem com isso menosprezar um em detrimento do outro.

Para Rios (2011), a naturalização da heterossexualidade acaba por distinguir, restringir, excluir ou preferir, com a conseqüente anulação ou lesão, o reconhecimento, o gozo ou o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais de tantos quantos não se amoldarem ao parâmetro heterossexista.

Ponderando que as tentativas de cercear direitos são inconstitucionais, já que violam a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, somamos números absurdos de exclusão escolar que, muitas vezes ocultado o motivo, decorrem da humilhação, do medo da violência física e/ou psicológica sofrida no ambiente escolar ou pela discriminação das famílias homoafetivas.

Em Borrilo (2009), encontramos que a homofobia tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um status superior e natural. Enquanto a heterossexualidade é definida pelo dicionário como a sexualidade (considerada normal) do heterossexual, e este, como aquele que experimenta uma atração sexual (considerada normal) pelos indivíduos do sexo oposto, a homossexualidade, por sua vez, encontra-se desprovida dessa normalidade.

A visão dogmática da heteronormatividade, presente de forma velada ou ostensiva, gera inquietação e incômodo todas as vezes que é contraposta em documentos oficiais ligados à educação no Brasil. As palavras: gênero, orientação sexual e identidade de gênero, provocam reações imediatas dos setores conservadores da sociedade e encontram anuência entre os que desconhecem o tema, tem interesses político-partidários, são preconceituosos ou homofóbicos.

A heteronormatividade, é reforçada por aqueles que propõem proteção ao conceito peculiar de família, confronta a importância e a relevância da inserção dos estudos de diversidade sexual e de gênero como política pública de combate ao bullying homofóbico e a consequente evasão escolar. Abrem discussões controversas, com a utilização dúbia de palavras que ensejam apenas ocultar a não aceitação da homossexualidade.

Em Bailey, Vasey, Diamond, Breedlove, Vilain e Epprecht (2016, p. 48), o questionamento sobre o nascer não-heterossexual ou o tornar-se, ocorre fora dos contextos acadêmicos, uma vez que o conceito empírico domina sobre o conhecimento científico. A explanação através das Neurociências associadas aos estudos de gênero direciona o entendimento de que uma pessoa nasce não-heterossexual e desbanca o desrespeito e o preconceito.

Viver e conviver numa sociedade efetivamente democrática e necessariamente laica é direito de toda a população brasileira, para tanto é indispensável o respeito à orientação sexual, igualdade e identidade de gênero, assegurando a presença do/a estudante na escola, possibilitando a convivência com a diversidade, censurando as manifestações homofóbicas e enaltecendo os direitos humanos na educação brasileira.

CONTEXTO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A identidade docente caracteriza-se pela singular definição do/a professor/a como produtor/a de saberes. Como sujeito epistemológico, o/a professor/a, ao realizar a transposição didática, transforma pedagogicamente a matéria (Campos, 2013).

Considerando que aquele que ensina transpõe em sua prática didática um pouco do que é como sujeito, o questionário aplicado aos participantes, visou não apenas levantar o

conhecimento dos/as docentes da disciplina de Ciências sobre questões relacionadas a gênero, mas também coletar informações relevantes como idade, formação, tempo de atuação na área, criando assim um perfil detalhado sobre os participantes.

Os docentes que responderam o questionário correspondem a 77,8% dos professores regentes da disciplina de Ciências na Rede Pública Municipal de Farroupilha/RS, que totalizam 18 professores. O Município de 68.000 habitantes conta com 27 escolas municipais de Ensino Fundamental. Destas, 16 ofertam anos finais, apresentando assim, em suas grades curriculares, a disciplina de Ciências.

Os questionários foram distribuídos durante a formação continuada que ocorreu em maio de 2017 e compreendem a parte quantitativa da pesquisa. Todas as questões foram analisadas e auxiliaram na compreensão sobre o olhar dos/as docentes quanto à necessidade de discutir e aprofundar a temática durante as formações. O viés qualitativo ocorreu através da revisão bibliográfica e documental.

As reflexões relacionadas a gênero como uma teoria com muitas vertentes e como uma construção social, faz pensar na discussão que precisa atender pressupostos teóricos e metodológicos para uma compreensão íntegra das questões de gênero, uma vez que alguns coletivos, como o do Município de Farroupilha/RS, aprovaram estratégias específicas nos seus Planos de Educação.

Esse trabalho apresenta características de uma pesquisa mista: qualitativa e quantitativa, sendo que, segundo Fonseca (2002), a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. A natureza dessa pesquisa é aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, ao passo que envolve verdades e interesses locais (Gerhardt e Silveira, 2009). O procedimento aplicado aponta para pesquisa levantamento, uma vez que, Fonseca (2002) aponta que este tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos.

O levantamento de dados junto aos/às professores/as ocorreu através da elaboração e aplicação presencial de um questionário composto por onze questões, sendo dez fechadas, de múltipla escolha e uma questão aberta. As questões iniciais versaram sobre a formação do/a docente, seu tempo de docência e a área de atuação, a fim de estabelecer o perfil dos/as participantes.

As demais questões foram direcionadas para o conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero, a importância da abordagem na formação continuada de professores, conhecimento

sobre heteronormatividade, relação entre a violência de gênero e preconceito com a evasão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentando-se os dados, a fim de compreender quem são esses docentes e o que conhecem sobre a temática em questão. Em suma, o perfil profissional dos docentes regentes da disciplina de Ciências da rede pública municipal de Farroupilha/RS denota a dedicação exclusiva ao ensino público.

Previamente a este estudo, conhecia-se o fato dos/as docentes lecionarem nos anos finais do Ensino Fundamental, sendo que 71,4% dos docentes lecionam somente nessa etapa, porém, 14,3% dos participantes afirmaram trabalhar também com o Ensino Médio. Os dados indicam também que 7,1% dos docentes lecionam tanto para os Anos iniciais do Ensino Fundamental, quanto para Anos finais, enquanto outros 7,1% lecionam desde os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Os/As professores/as participantes da pesquisa têm acima de 30 anos de idade, levando em conta que 57% dos profissionais estão entre os 30 e os 49 anos e 43% tem mais de 50 anos. A integralidade dos docentes concluiu a formação acadêmica na área em que atuam, sendo 57% com nível superior e 43% com pós-graduação. O tempo de atuação dos/as participantes no magistério aponta um grupo de profissionais com mais de 11 anos de experiência docente.

Quanto à participação em curso de extensão que tenha abordado a temática diversidade sexual e de gênero, 21% dos/as docentes afirmaram ter feito e 79%, não. Sobre a abordagem das temáticas durante a formação continuada, promovida pela Secretaria Municipal de Educação (Seduc), 93% entendem que deva ocorrer e 7% não tem opinião.

No questionamento que verifica se o conhecimento sobre a heteronormatividade diante dos estudos de gênero e das Neurociências pode impactar a prática docente em sala de aula, 36% concordam, 7% pensam que não e 57% não tem opinião.

Um fator que chama a atenção na análise das respostas dos questionários, é que nenhum/a docente respondeu corretamente a pergunta: “O que você compreende por heteronormatividade”, uma vez que 57% erraram a resposta e 43% afirmaram que não sabem o significado do mesmo. As respostas obtidas na questão aberta possibilitam identificar o desconhecimento sobre o termo, tendo em vista a dificuldade de sustentar uma resposta dentro de suposições sobre um assunto em que não tiveram acesso à fundamentação teórica.

Refletindo sobre a possibilidade da violência de gênero e o preconceito serem causa de evasão escolar, bullying e/ou discriminação na escola, 93% dos respondentes acreditam que

sim e 7% acham que não. Sobre a compreensão por parte do/a docente de temas como orientação sexual e identidade de gênero auxiliar na diminuição da evasão escolar, bullying, violência e discriminação no ambiente escolar, 86% acham que sim, 7% entendem que não e 7% não tem opinião formada.

Cabe ressaltar que, antes do início da aplicação dos questionários, ao saber o título da pesquisa, uma participante comentou sobre a necessidade de não propagar o assunto para que os adolescentes não ampliem seu interesse por maquiagem, outros objetos e condutas femininas, o que desvela o entendimento de que é possível escolher a não-heterossexualidade.

É relevante destacar também que, durante a aplicação do questionário foi necessário interferir duas vezes para que os/as docentes respondessem individualmente, uma vez que a insegurança gerou o interesse em trocar informações e conferir respostas com os/as colegas.

Quando questionados/as se a compreensão por parte do docente de temas como orientação sexual e identidade de gênero pode auxiliar na diminuição da evasão escolar, bullying, violência e discriminação no ambiente escolar, um/a assinalou não ter opinião, outro/a assinalou “não” e justificou sua escolha afirmando que somente a compreensão do/a professor/ não tem relação com o que o outro entende e que não diminuiria, enquanto outro/a docente assinalou “sim” e afirmou que a base da educação é o respeito às diferenças. Essa consciência deve ser elaborada nas famílias, que é o verdadeiro alicerce da sociedade.

Elencamos abaixo algumas falas coletadas entre os/as docentes/as que marcaram “sim”. Ressaltamos que nenhum docente será nomeado e visando a preservação da sua identidade, utilizaremos denominações abstratas como D1 (docente 1) e D2 (docente 2), por exemplo.

O D1 afirma que “entendo que o professor “tem” o dever de fazer parte deste processo; orientando, acolhendo da melhor forma possível”;

O D2 explica que “quando compreendermos que a “profe.” de Ciências pode abordar questões sobre entender o ser humano como um ecossistema vulnerável e que a contaminação da H₂O por hormônios, afeta de forma direta o organismo “masculino” e “feminino”. Que fatores externos como a poluição, o uso indiscriminado no “BR” e mundo de agrotóxicos, alimentação processada, a gordura hidrogenada, o açúcar entre outros fatores, afetam esse corpo e logo sua “opção” de gênero, talvez aí pudéssemos estar compreendendo e buscando uma sociedade mais fraterna e tolerante para com o diferente”;

Para o D3 “o conhecimento instiga a discussão dos temas tanto na frequência das discussões como na qualidade delas”;

O D4 aponta que o conhecimento, por parte do docente, sobre a temática em questão “pode diminuir, deixando e explicando sobre a identidade de gênero, os alunos terão mais consciência sobre esse tema, irão respeitar os colegas”;

O D5 afirma “acredito que a maioria dos nossos alunos só terão discussão (conhecimento) sobre o assunto na escola, e temos a obrigação de enfrentar e discutir o assunto”;

O D6 afirma “concordo, pois quanto mais esclarecimentos e orientações sobre determinados assuntos, acredito que exista menos preconceito”;

Para o D7, “muitas dúvidas em relação à sexualidade e à diversidade de gênero são “feitas” para os professores de Ciências e, nem sempre, conseguimos somar ou esclarecer essas dúvidas. Considero que a mídia acaba influenciando na opinião de alunos que, na idade entre 12 a 15 anos, não sabem o que querem para sua vida e nem o “quê” e como lidar com essas situações”;

O D8 pontua “concordo, pois quando o professor tem conhecimento, pode contribuir de forma clara, podendo fazer intervenções, mediar situações (de como agir com segurança)”;

Para o D9, o docente que compreende a temática poderia auxiliar no “acolhimento ao aluno com “confusão sexual” ajudaria o seu “egresso” a escola”;

Segundo o D10, “o diálogo entre as pessoas, os esclarecimentos das dúvidas e clareza nas respostas leva ao fácil acesso de se conhecer e aceitar perante “aos” outros”;

Por fim, o D11, indica que o docente, em posse desses conhecimentos, pode vir a “ouvir, orientar e levar o caso a quem possa ajudar”.

Observou-se, desde a chegada, no início da formação continuada, com a proposição inicial do questionário sobre a temática em questão, que a inquietação tomou conta do grupo e revelou uma clara resistência por parte dos docentes, que se apresentavam cercados de dúvidas e inseguranças sobre os conceitos arraigados até então.

Sobre a participação em curso de extensão que tenha abordado a temática diversidade sexual e de gênero, o fato de 79% não ter participado, corrobora a não-implementação dos objetivos e metas previstos no PME de 2006 e revela, nos 7% que não tem opinião, a dúvida sobre a importância da abordagem da temática durante a formação continuada.

As discussões relacionadas a gênero e orientação sexual em andamento no Brasil e no exterior, disseminam uma preocupação com a aceitação da homossexualidade que contrapõem as controvérsias políticas e, muitas vezes, se sobrepõem ao conhecimento científico. Conforme Bailey, Vasey, Diamond, Breedlove, Vilain e Epprecht (2016, p.45), as pessoas não-heterossexuais vêm ganhando espaço em direitos e também frente a opinião pública.

A demonstração, no grupo pesquisado, da minoria que considera a família como alicerce das informações, denota a imposição midiática e das bases fundamentalistas que entendem as discussões relacionadas a gênero e sexualidade como uma possível disseminação ou propagação da não-heterossexualidade sob a égide da influência social. Em contrapartida a aceitação ocorre como resposta a quem compreende como causas não-sociais, como por exemplo, a origem genética.

O pensamento e conseqüentemente o debate sobre a orientação sexual e identidade de gênero advém de achados empíricos, que são repassados de geração para geração sem o devido contraponto científico e gera fragilidade e desconhecimento sobre um tema que, isoladamente, já é causa de preconceito.

O fato do município de Farroupilha/RS ter elencado como objetivos e metas do seu PME, em 2006, “questões de gênero” e não ter implantado, não o difere dos demais municípios do Brasil e nem dele como um todo. Reforça, apenas, o encaminhamento velado, mesmo sendo uma diretriz reconhecida como necessária.

O questionamento do conhecimento sobre a heteronormatividade diante dos estudos de gênero e das Neurociências podendo impactar a prática docente em sala de aula faz pensar nos 64% oriundos do somatório entre os 7% que pensam que não impacta e os 57% não tem opinião e refletem maioria significativa. O resultado encontra justificativa no completo desconhecimento sobre o significado da palavra “heterormatividade”, uma vez que, mesmo os/as docentes que buscaram desmembrar a palavra para facilitar a compreensão, não conseguiram.

Butler (2015), afirma que dentro da própria orientação sexual, nas relações homossexuais, bissexuais e transexuais há uma ordem de submissão que enseja a incapacidade para o diálogo e ela denomina de heteronormatividade e retrata uma estrutura binária heterossexista que cinzela os gêneros em masculino e feminino.

O entendimento por parte dos/as docentes de que a violência de gênero e preconceito contra a orientação sexual podem ser causa de evasão escolar, bullying e/ou discriminação na escola, associado à compreensão de que o conhecimento deles/as pode auxiliar na diminuição da evasão escolar, por si só já justifica as estratégias elencadas no vigente PME.

A implantação das estratégias do PME como próximo passo é o que denota a possibilidade de vislumbrar o verdadeiro respeito à orientação sexual e a identidade de gênero no ambiente escolar e a conseqüente ampliação dos índices de conclusão da educação básica na idade certa.

CONCLUSÕES

O primeiro objetivo da pesquisa (identificar o perfil dos/as docentes da rede pública municipal) revela um número significativo de docentes com mais de 50 anos de idade e com pós-graduação (especialização e um/a com mestrado). Estes são profissionais que se dedicam exclusivamente ao ensino público, lecionam em sua grande maioria, somente o Ensino fundamental, contam mais de 11 anos de experiência docente. Destaca-se que todos/as participantes afirmaram não terem frequentado curso de extensão que abordasse a temática referida no presente estudo.

A formação docente inicial e continuada propicia a mudança de atitudes, valores, postura frente ao desenvolvimento da comunidade escolar e se expande para os demais núcleos sociais. É necessário o esforço conjunto para superar os obstáculos que dizem respeito às questões arraigadas à formação pessoal e social numa sociedade que precisa conhecer, reconhecer e valorizar as diferenças.

A superação da intolerância à diversidade necessita de conhecimento científico, que se processa através da formação docente como agente facilitador de discussões que versam sobre conceitos e controvérsias, mas sobretudo sobre direitos humanos e ciência em torno da orientação sexual e da identidade de gênero.

O segundo objetivo (verificar o conhecimento prévio sobre a temática) traz a distância do/a professor/a de Ciências sobre o tema e mostra que, pelos questionamentos e comentários eles/as entendem a não-heterossexualidade como oriunda de causas sociais e revelam a distância dos estudos científicos sobre o tema.

No momento em que os movimentos religiosos fundamentalistas opõem-se às discussões sobre gênero na escola e conseguem atingir elevados patamares de seguidores, através de um discurso de visão adepta ao determinismo biológico, que desconhece um diálogo pautado na definição de uma característica humana como produto da natureza ou da experiência sociocultural, surge a importância de pensar junto aos professores com graduação em biologia, que a natureza age por meio da cultura e a cultura age por meio da natureza.

O terceiro objetivo (analisar o entendimento da correlação entre a importância da formação docente e a diminuição da evasão escolar), verificou-se que os/as docentes, como maioria absoluta, concordam que uma melhor compreensão pode auxiliar na diminuição da evasão escolar.

Quanto ao último objetivo (identificar o aprofundamento teórico-científico baseado nos estudos de gênero e nas neurociências), as respostas obtidas na questão aberta sobre a

heteronormatividade possibilitam afirmar que o desconhecimento por parte dos docentes sobre a temática é significativo, embora tenham apresentado dificuldade em sustentar uma resposta dentro de suposições sobre um assunto tão presente e não difundido na sociedade, revelando a importância de mais horas de formação.

Em uma sociedade plural, é inconcebível excluir. A preservação dos direitos de negros, brancos, índios, heterossexuais, homossexuais, católicos, protestantes, evangélicos é primordial, ou seja, que todos saibam ou aprendam a respeitar o direito do/a outro/a, preservando o acolhimento e dialogando com a afetividade de cada um/a. A afetividade pode ser o grande mote capaz de reunir pessoas num ambiente agradável e respeitador, onde também ocorrem experiências e aprendizagens, a escola.

A fala repetitiva: precisamos respeitar, deflagra o desconhecimento e procura manter silenciado o assunto diversidade sexual e de gênero. Uma vez que para respeitar é necessário conhecer e reconhecer a orientação sexual e a identidade de gênero como uma condição humana saudável e inata. O que realmente conta é o conhecimento e esse é oriundo de leituras, estudos, discussões, formações e debates.

Os resultados indicam a necessidade de que o/a docente seja exposto, tanto na sua formação inicial quanto nas formações continuadas que frequenta, aos temas relacionados a gênero e sexualidade. Isso porque, a possibilidade dos/as professores/as saírem da graduação com o entendimento científico sobre gênero e sexualidade favorece o aprofundamento na formação continuada.

Nesse momento, o levantamento mostrou uma lacuna na formação inicial destes docentes que, embora certamente não esteja apenas presente nas formações de professores/as de Ciências, necessita ser sanada. Cabe à Secretaria de Educação e às Instituições de Ensino Superior articular, tanto na formação continuada, quanto na formação inicial docente, para que o conhecimento científico ocupe seu espaço de direito e se sobreponha ao conhecimento empírico amplamente difundido na sociedade e no fazer pedagógico de tantos/as docentes.

REFERÊNCIAS

BAILEY, J. M. et al. Sexual Orientation, Controversy, and Science. **Psychological Science in the Public Interest Cornell University**. USA, v. 17, n.2, p.45-101, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301639075_Sexual_Orientation_Controversy_and_Science. Acesso em: 20 abr. 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar – 9º ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Campos, C. M. (2013). **Saberes Docentes e Autonomia dos Professores**. (pp. 28). Petrópolis: Vozes.

Carvalho, A. M. P., e Gil-Pérez, D. (1995). **Formação de professores de ciências: tendências e inovações**. São Paulo: Cortez.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 190p.

HERCULANO-HOUZEL, S. **Neurociências na Educação**. Coleção Neurociências. São Paulo: Atta, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, B. S. (2011). **A Universidade no Século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol.20, nº 2, jul./dez, 1995. 30p.

SOUZA, D. T. R. Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência. **Educação em Revista**. São Paulo, v. 32, n.3, 2006.

TEIXEIRA, F. S., RONDINI, C. A., BESSA, J. C. (2011). Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. **Revista Educação e Pesquisa**, p. 726. São Paulo. Recuperado de: http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/en_a04v37n4.pdf.

3. CAPÍTULO III

A EXCLUSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE O RESPEITO E O RECONHECIMENTO À DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO



Publicado no IV Congresso Nacional de Educação – CONEDU
15 a 18 de novembro de 2017, em João Pessoa, na Paraíba.

ISSN: 2358-8829

Anais do evento:

http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA7_ID6611_04092017191131.pdf

A EXCLUSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE O RESPEITO E O RECONHECIMENTO À DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Deisi Noro (1); Livia Crespi (2); Márcia Finimundi Nóbile (3)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul; deisinoro@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho problematiza a exclusão no espaço escolar provocada pela violência física e psicológica sofrida por estudantes lésbicas, gays, travestis e transexuais. O Brasil computa números elevados de evasão que, sem identificação do real motivo, decorrem também de humilhações e pela discriminação das famílias homoafetivas. Neste sentido, os objetivos deste trabalho versam sobre os dados e depoimentos de estudantes coletados e apresentados na Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, divulgada em 2016, dizeres de

alguns autores sobre homofobia e sobre a ausência do bullying (homofóbico ou não) como possível motivo da infrequência escolar na ficha gerada pela escola e encaminhada ao Conselho Tutelar. Através de uma pesquisa qualitativa, de procedimento documental e revisão bibliográfica, encontra resultados que apontam para a discriminação no ambiente escolar, através de números e depoimentos de estudantes. A revisão bibliográfica traz autores como Borrillo (2015), Reis (2015) e Rios (2011), a fim de reunir o entendimento dos mesmos sobre homofobia. Em seguida, a pesquisa cogita os aspectos da escrita genérica e o fragilizado reconhecimento dos fatores desencadeantes da evasão escolar nas Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficai) que estabelecem o elo entre as escolas e os Conselhos Tutelares. A pesquisa encaminha suas conclusões inferindo sobre o quão inconcebível é a exclusão escolar por preconceito e intolerância em uma sociedade que afirma o respeito às pessoas, embora tenha dificuldades em reconhecer questões como orientação sexual e identidade de gênero e revela, assim, a importância da formação docente como forma de transpor o conhecimento empírico através do conhecimento científico sobre uma parcela da população que necessita ser progressivamente reconhecida e acolhida.

Palavras-chave: Respeito; Diversidade; Exclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

Viver e conviver numa sociedade efetivamente democrática e necessariamente laica é direito de todos brasileiros. Para tanto, é indispensável o respeito à orientação sexual, igualdade e identidade de gênero, assegurando a presença do/a estudante na escola, possibilitando a convivência com a diversidade, reprimindo as manifestações homofóbicas e enaltecendo os direitos humanos na educação.

As tentativas de cercear direitos são inconstitucionais, uma vez que violam a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. O Brasil computa números elevados de exclusão no ambiente escolar que, sem identificação do real motivo, podem decorrer de inúmeros fatores, entre eles humilhações públicas, medo da violência física e/ou psicológica e, também, pela discriminação das famílias homoafetivas neste ambiente.

Até 2013, eram utilizados os dados das Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como fonte reveladora da importância da temática. Em 2016, foi publicada a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil que retrata níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas sofridas por estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). O resultado destas agressões é o baixo desempenho escolar, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer à instituição.

A atenção dispendida à prevenção da evasão escolar é feita através da Ficai. A ficha é gerada pela escola mediante as ausências do/a estudante e encaminhada ao Conselho Tutelar. Pensando nisso, as atenções se voltam para a ausência do motivo “bullying” na referida ficha,

uma vez que este pode ser um fator desencadeante de intimidações, agressões e posterior evasão escolar.

Este texto objetiva refletir sobre os dados e depoimentos de estudantes LGBT revelados na Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, bem como o entendimento de alguns autores sobre homofobia e a escrita genérica na Ficai quando aponta os motivos: resistência do aluno, problemas de relacionamento ou outros, igualmente genéricos. A preocupação remete ao cerceamento da liberdade de uma convivência harmônica que respeite e reconheça a diversidade sexual e de gênero.

O acesso restrito ao conhecimento do conceito, das diferentes concepções teóricas de gênero e diversidade sexual como construções históricas, dos movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero e dos desafios ético-políticos que desconsideram os direitos sociais, civis e políticos relacionados à população LGBT, deflagra a urgência de ações propositivas na formação docente, ampliando assim o acesso à informação de uma parcela progressivamente reconhecida pela população.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa e de natureza aplicada, com o objetivo de ser explicativa, observando o procedimento documental e revisão bibliográfica, fundamentada em autores como Borrillo (2015), Reis (2015) e Rios (2011). O artigo visa refletir sobre os dados e depoimentos de estudantes coletados e apresentados na Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, objetivando ainda revisitar os dizeres de alguns autores sobre homofobia e refletir sobre a ausência do bullying (homofóbico ou não) como possível motivo da infrequência escolar na ficha gerada pela escola e encaminhada ao Conselho Tutelar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados disponíveis sobre a exclusão no espaço escolar por bullying homofóbico

A pesquisa nacional Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (Fipe, MEC, Inep, 2009), revelou que as atitudes discriminatórias mais elevadas se relacionam a gênero (38,2%) e a orientação sexual (26,1%). As estatísticas trazem de forma velada ou explícita, a violência e a discriminação relacionadas a gênero (BRASIL, 2009).

A Unesco compilou um estudo desenvolvido por várias organizações internacionais, conhecido por Consulta Internacional sobre o Bullying Homofóbico, revelando dados que confirmam a importância de um olhar atento sobre a temática:

Evidências claras obtidas em muitos países mostram que a exposição ao bullying homofóbico provoca:

- ✓ Redução da frequência escolar
- ✓ Abandono escolar precoce
- ✓ Queda de desempenho e rendimento acadêmico

O bullying homofóbico, particularmente quando os alunos são intimidados, ridicularizados em público e roubados, está fortemente associado à evasão escolar. Em alguns casos, os alunos faltam às aulas ou fingem estar doentes para não ter que admitir a perda de livros, equipamentos ou dever de casa (UNESCO, 2013).

Em 2016, foi publicada a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil que apresenta análises e resultados da primeira pesquisa nacional virtual realizada no Brasil com 1.016 adolescentes e jovens LGBT no ambiente escolar revelando que 73% são agredidos verbalmente e 36% fisicamente, com afirmações de alguns que cogitaram tirar a própria vida. O resultado é o baixo desempenho escolar, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições.

Estamos num momento crucial na história brasileira em que precisamos ter resistência e persistência. Resistência para enfrentar a onda obscurantista que gostaria de tomar conta e retroceder as instituições sociais, incluindo a educação. Persistência para continuar atuando com determinação para alcançar uma sociedade de paz e justiça em que todos e todas sejam respeitados/as em suas diferenças, sem distinção de qualquer natureza (ABGLT, 2016).

Quando questionados sobre o motivo que gera insegurança na sua instituição educacional, os/as estudantes responderam:

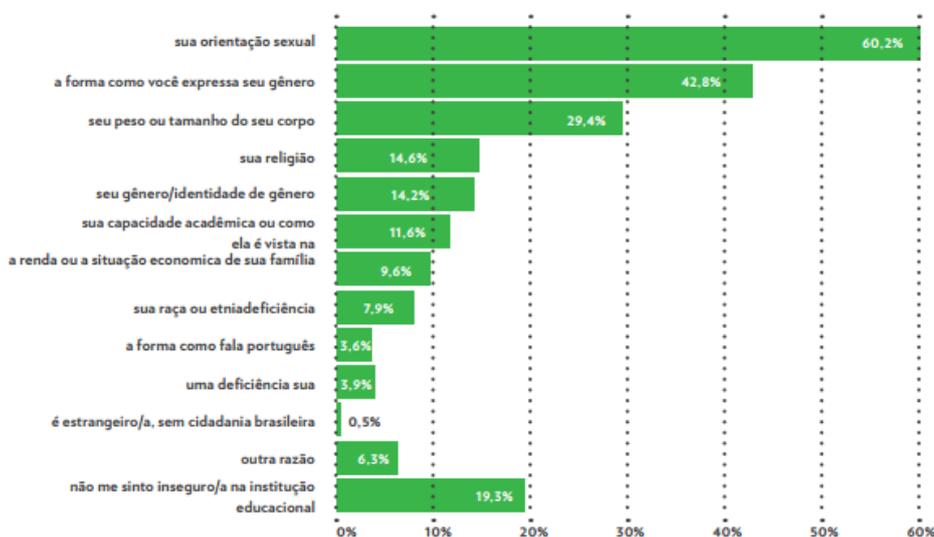


Figura 1- Percentagem de estudantes que se sentem inseguros/as na instituição educacional por causa de uma característica pessoal /Fonte: ALGBT - 2016

Na análise da frequência com que estudantes LGBT vivenciaram outros tipos de agressão na instituição educacional no último ano, podemos inferir que 76,8% dos/as estudantes LGBT relataram que se sentiram propositalmente excluídos/as ou “deixados/as de lado” por outros/as estudantes, e 34,4% vivenciaram isso frequentemente ou quase sempre.

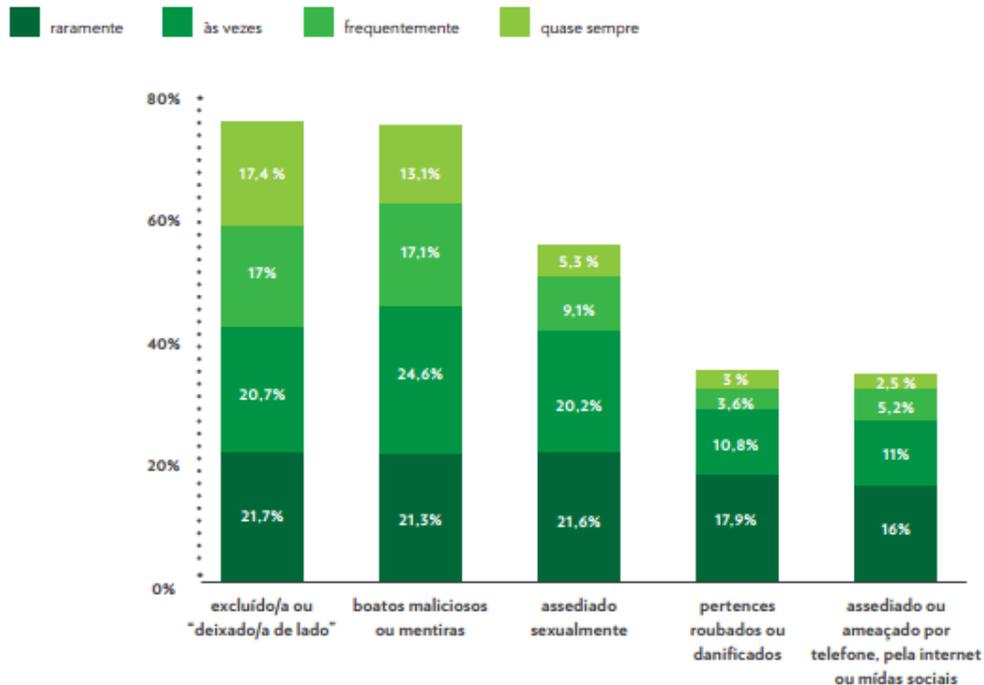


Figura 2- Frequência com que estudantes LGBT vivenciaram outros tipos de agressão na instituição educacional no último ano /Fonte: ALGBT - 2016

Reflexão sobre alguns depoimentos de estudantes LGBT na Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil

Recortes históricos demonstram que sempre houve a preocupação em lutar contra o preconceito no ambiente escolar. Esta preocupação pode ser observada através dos documentos que marcaram a educação Nacional, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado na Lei 10.172/2001. Nesse último, o registro escrito não garantiu a implementação das “questões de gênero”, o que poderia ter minimizado o volume de debates ao nascer de 2014, uma vez que abarcava o assunto também nas diretrizes dos cursos de formação docente.

A temática não esclarecida vem a somar relatos entristecidos e magoados de estudantes que vivenciam agressões físicas e verbais na escola e são obrigados, pelos conselheiros/as

tutelares e pelo Ministério Público, a manter a frequência escolar. A pesquisa traz o depoimento de um estudante transgênero, de 17 anos, do Distrito Federal, que afirma:

Muitas vezes chego em casa chorando, pois fui constrangido, sofri preconceitos ou exclusão. Dói o meu peito ao pensar que se fosse cisgênero minha vida seria melhor, seria um menino branco de classe média alta, com notas boas e muitos amigos (ABGLT, 2016).

O depoimento de um estudante gay, de 16 anos, do estado do Paraná reitera a dificuldade da permanência na escola, a expectativa frustrada da instituição como ambiente acolhedor, onde seja possível também a obtenção do respeito.

Muitas vezes ameaçado, humilhado, separado e desamparado. Mesmo assim continuei firme e forte determinado a completar os anos em que perdi por medo, insegurança, e mais medo, com a esperança de que um dia as escolas sejam uma segunda casa, onde além de se aprender sobre apenas fazer expressões matemáticas ou poemas arcaicos, mas também sobre igualdade, sobre respeito, sobre amar o próximo, porque é isso o que deveria ser ensinado nas escolas, respeito (ALGBT, 2016).

Em ALGBT (2016), encontramos o depoimento de uma estudante lésbica, de 17 anos, do estado do Rio Grande do Sul, no qual podemos perceber o que representa a obrigatoriedade da frequência escolar. Nas palavras da estudante: “o meu ensino médio foi horrível, graças aos meus colegas estudantes e aos funcionários da minha escola. Era difícil para mim acordar todos os dias e ir para aquele inferno”.

Os profissionais que estão nas escolas, não raro, desconhecem conceitos e conhecimentos básicos sobre orientação sexual e identidade de gênero, o que pode remeter ao discurso da perversão do aluno não-heterossexual e não-cisgênero, além de contribuir veementemente para a exclusão. Na fala da estudante lésbica, de 17 anos, do estado de Alagoas, encontramos:

Me chamam de coisas como “sapatona”, “bolacheira”, etc, na brincadeira, e eu finjo que não me importo, mas na verdade eu me magoo e me incomodo bastante. A coordenação também já tentou me afastar de algumas garotas, inclusive chamaram as mães dessas estudantes pra “alertar” sobre mim (ALGBT, 2016).

O entendimento de alguns autores sobre a homofobia

A presença no ambiente escolar de inferências discriminatórias e preconceituosas dirigidas contra pessoas que se distanciam do padrão social heteronormativo indica homofobia. Esta uma reação doentia, também pode se apresentar como transfobia, bifobia e/ou lesbofobia, ainda não encontra lugar para receber acompanhamento e a atenção devida.

Enquanto as discussões permanecerem pautadas na proibição em falar sobre determinados assuntos na sala de aula, o real foco de estudo e quem realmente necessita ser

visto para o favorável desenvolvimento social, fica camuflado e novos casos surgem, sem que seja colocada luz sobre essa grande e crescente sombra.

A naturalização da heterossexualidade acaba por distinguir, restringir, excluir ou preferir, com a consequente anulação ou lesão, o reconhecimento, o gozo ou o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais de tantos quantos não se amoldarem ao parâmetro heterossexista (RIOS, 2011).

As rupturas na expressão do processo dialógico propõem o incentivo e o reforço à homofobia uma vez que a incapacidade de abertura para o diálogo quer seja por preconceito, desconhecimento ou interesses político-partidários, reiteram a ordem heteronormativa.

A homofobia tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um status superior e natural. Enquanto a heterossexualidade é definida pelo dicionário como a sexualidade (considerada normal) do heterossexual, e este, como aquele que experimenta uma atração sexual (considerada normal) pelos indivíduos do sexo oposto, a homossexualidade, por sua vez, encontra-se desprovida dessa normalidade (BORRILLO, 2009).

Borrillo (2015) apresenta uma definição significativa sobre as reações homofóbicas mais violentas, afirmando que estas provêm, em geral, de pessoas que lutam contra seus próprios desejos homossexuais. Partindo disso entendemos a importância de envidar esforços no acompanhamento de quem pratica o bullying, uma vez que ele diz ainda:

A violência contra homossexuais é apenas a manifestação do ódio de si mesmo ou, melhor dizendo, da parte homossexual de si que o indivíduo teria vontade de eliminar, A homofobia seria uma disfunção psicológica, resultado de um conflito mal resolvido durante a infância e que provocaria uma projeção inconsciente contra pessoas, supostamente, homossexuais (BORRILLO, 2015).

A apropriação de conhecimentos e práticas inclusivas, que favoreçam formação inicial e continuada dos/das profissionais de educação elevam a temática do respeito à diversidade sexual e de gênero a um patamar de compreensão e significado que favorecem a superação gradativa do desrespeito, agressão e violência contra estudantes LGBT.

A generalização do motivo das faltas na Ficai

A Ficai foi instituída em 1997, oriunda de uma parceria entre o Ministério Público, Secretarias de Educação e Conselhos Tutelares e visa estabelecer o controle da infrequência e do abandono escolar de crianças e adolescentes. Em 2012, foi implantada a Ficai on-line através de um sistema informatizado, para dar maior agilidade aos encaminhamentos e aumentar a possibilidade do/a estudante retornar à escola.

O sistema facilita o fluxo de informações e permite o cruzamento de dados entre os órgãos envolvidos para garantir o direito à educação, auxiliar na aplicação de medidas protetivas em

favor das crianças e/ou adolescentes que tiveram seus direitos fundamentais ameaçados ou violados por quem quer que seja, muito embora essas medidas deixem a desejar:

No Brasil ainda não se tem tomado medidas oficiais contra a prática do bullying por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero, enquanto em outros países já há políticas expressas há mais de uma década, como no Reino Unido, por exemplo, onde é obrigatório para as escolas tomarem medidas efetivas contra todas as formas de bullying (REIS, 2015).

Um dos objetivos da Ficaí on-line é diagnosticar o motivo da infrequência, muito embora os maiores números registrados encontram-se nos motivos: resistência do aluno, suspeita de negligência e outros. A suspeita de negligência é um motivo descartado para o nosso foco de raciocínio. Por outro lado, os códigos: resistência do aluno, problemas de relacionamento escolar e outros, como não são detalhados, podem ser desencadeados por inúmeras possibilidades que não aparecem nomeados na ficha, entre elas o bullying.

O desafio dos docentes frente à diversidade sexual e de gênero

A formação docente sobre a temática possibilita a análise dos fatos ocorridos, das vivências dos professores, além de favorecer a aproximação entre o discurso e o entendimento do significado da promoção dos princípios do respeito à diversidade sexual e de gênero.

É preciso educar os educadores. Os professores precisam sair de suas disciplinas para dialogar com outros campos de conhecimento. E essa evolução ainda não aconteceu. O professor possui uma missão social, e tanto a opinião pública como o cidadão precisam ter a consciência dessa missão (MORIN, 2014).

A superação da intolerância à diversidade necessita de conhecimento científico, que se processa através da formação docente como agente facilitador de discussões que versam sobre conceitos e controvérsias, mas sobretudo sobre direitos humanos e ciência em torno da orientação sexual e da identidade de gênero.

Campos (2013, p. 46) cita o saber comum, fruto da dimensão cultural, que se estabelece como saberes gestados no cotidiano das famílias, pela errância dos pais, provocadas pela experiência da própria vida e diz ainda:

Na escola, as questões que movem o saber dos professores estão na base das suas interpretações e entendimentos destes sobre a família. Talvez os professores tenham elaborado não propriamente um saber, mas concepções sobre o cotidiano ou representações aprendidas nas situações espontâneas, enfim, crenças, fruto de uma razão prática (CAMPOS, 2013).

A formação docente inicial e continuada propicia a mudança de atitudes, valores, postura frente ao desenvolvimento da comunidade escolar e se expande para os demais núcleos sociais.

É necessário o esforço conjunto para superar os obstáculos que dizem respeito às questões arraigadas à formação pessoal e social em uma sociedade que precisa conhecer, reconhecer e valorizar as diferenças.

O modelo de família tradicional mudou. O paradigma comum outrora, clama pela fidelidade à realidade. A família de cada estudante é aquela que ele/a reconhece como sua. A escola deve propiciar oportunidades iguais e justas para todos, para isso é necessário o conhecimento, ou seja, a oferta de formação docente para esclarecimentos e entendimentos quanto à importância do seu papel em sala de aula, no sentido de evitar a exclusão do espaço escolar.

CONCLUSÃO

Em uma sociedade plural, é inconcebível excluir. A preservação dos direitos de negros, brancos, índios, heterossexuais, homossexuais, católicos, protestantes, evangélicos é primordial, ou seja, que todos saibam ou aprendam a respeitar o direito do/a outro/a, preservando o acolhimento e dialogando com a afetividade de cada um/a. A afetividade é o grande mote capaz de reunir pessoas num ambiente agradável e respeitador, onde também ocorrem experiências e aprendizagens, a escola.

A fala repetitiva: precisamos respeitar, deflagra o desconhecimento e procura manter silenciado o assunto diversidade sexual e de gênero. Uma vez que para respeitar é necessário conhecer e reconhecer a orientação sexual e a identidade de gênero como uma condição humana saudável e inata. O que realmente conta é o conhecimento e esse é oriundo de leituras, estudos, discussões, formações e debates.

A formação docente sobre a temática visa mitigar o preconceito, o desconhecimento e compreender a realidade social. O senso comum sobre orientação sexual e identidade de gênero clama pelo conhecimento científico. A possibilidade de compartilhar vivências, registrar momentos de debate social, aproximar o discurso e o entendimento do significado da promoção dos princípios do respeito à diversidade, inicia pela formação docente.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes

educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/IAE-Brasil>. Acesso em: 18 de jun. de 2017.

BORRILLO, Daniel. **A Homofobia**. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs) Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009.

_____. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BRASIL. Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf. Acesso em: 22 de jul.2017.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes Docentes e a Autonomia dos Professores**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORIN, Edgar. **A educação não pode ignorar a curiosidade das crianças**. Jornal "o Globo", 2014. Entrevista concedida à Andrea Rangel. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/a-educacao-nao-pode-ignorar-curiosidade-das-criancas-diz-edgar-morin-13631748>. Acesso em: 20 ago. 2017.

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando**. Ed. Appris: Curitiba, PR, 2015.

RIOS, Roger Raupp. O Conceito de Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais. Semana de Direitos Humanos da UFCSPA: Combate à Homofobia e Promoção da Diversidade, 2011.

UNESCO. Respostas do Setor de Educação ao Bullying Homofóbico – 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf>. Acesso em: 04 de ago. de 2017.

4. CAPÍTULO IV

AS CONTRIBUIÇÕES DAS NEUROCIÊNCIAS PARA A COMPREENSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO



Publicado na Revista Pedagogia em Foco (Pedagog. Foco) V.13, n.10, jul./dez. ISSN: 2178-3039. Iturama, Minas Gerais – Brasil: 2018. (Qualis B1).
<http://revista.facfama.edu.br/index.php/PedF/article/view/362/314>

RESUMO

A diversidade sexual e de gênero no âmbito escolar, ao receber veementes críticas de grupos específicos da sociedade brasileira, estaciona entre a importância da formação docente para o acolhimento e as controvérsias geradas sobre a temática. Este estudo, através de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e cunho bibliográfico, analisa os Estudos de Gênero e a correlação das Neurociências pela ótica de diferentes autores com a diversidade sexual e de gênero, contrapondo o discurso heteronormativo na formação docente. Os resultados apontam para a importância da associação entre campos de estudos interdisciplinares que credibilizem e assegurem o avanço das políticas públicas educacionais sobre o tema.

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Neurociências; heteronormatividade.

THE CONTRIBUTIONS OF NEUROSCIENCES TO THE UNDERSTANDING OF SEXUAL AND GENDER DIVERSITY

ABSTRACT

Sexual and gender diversity at the school level, when receiving vehement criticism from specific groups of Brazilian society, sticks between the importance of teacher training for the reception and the controversies generated on the subject. This study, through a qualitative research, of an applied nature and bibliographical character, analyzes Gender Studies and the correlation of the neurosciences from the perspective of different authors with the sexual and gender diversity, opposing the heteronormative discourse in the teacher formation. The results point to the importance of the association between fields of interdisciplinary studies that can provide credibility and ensure the advancement of educational public policies on the subject

Keywords: Gender Studies; Neurosciences; heteronormativity.

INTRODUÇÃO

A visão dogmática da heteronormatividade, presente de forma velada ou ostensiva, gera inquietação e incômodo quando é contraposta em documentos oficiais ligados à educação no Brasil. As palavras: gênero, orientação sexual e identidade de gênero, provocam reações imediatas em grupos sociais específicos da sociedade e encontram anuência, por variados motivos, entre pessoas de diferentes faixas etárias, religiões, classe social e grau de instrução.

Antes de tudo, é preciso reter que a escola é um espaço de reprodução social, um espaço de construção e transmissão de saberes, valores e preconceitos onde fabricamos sujeitos e produzimos identidades, em geral, a partir da perspectiva heteronormativa, masculina, branca, adulta, urbana... Nesse sentido, para que a escola possa fazer a sua parte da solução, será necessário reconhecer que, antes, ela faz parte do problema (JUNQUEIRA, 2007, p. 64).

A heteronormatividade é reforçada por aqueles/as que propõem proteção ao conceito peculiar de família, que confrontam a importância e a relevância da inserção dos estudos sobre sexualidade e gênero como política pública de combate ao bullying homofóbico e a consequente evasão escolar. Discussões controversas se abrem com a utilização dúbia de palavras que ensejam apenas ocultar a rejeição aos não-heterossexuais e não-cisgêneros.

A heteronormatividade, entendida como “a norma é ser heterossexual”, traz o esclarecimento de orientação sexual como “a capacidade de atração emocional, afetiva ou sexual”, passa pela conceito de cisgênero como o indivíduo “que apresenta consonância entre o sexo biológico e a identidade de gênero”, sendo contrário à palavra transgênero, definida como “sexo biológico diferente da identidade de gênero” (ALGBT, 2016, p. 18, 73 – 75).

O retrocesso do embate entre a Direita e a Esquerda, transforma as políticas públicas voltadas para a diversidade sexual e de gênero num palco reduzido à visão partidária, que desconhece a importância da educação inclusiva. Segundo Bruno Latour (2012, p. 358) “politizar a ciência equivale a privar os explorados da única chance de corrigirem o desequilíbrio, invocando a objetividade e a racionalidade”.

A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional, (ALGBT, 2016), apresenta análises e resultados da primeira pesquisa nacional virtual realizada no Brasil com 1.016 adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no ambiente escolar revelando que 73% deles são agredidos verbalmente e 36% fisicamente, com afirmações de alguns que cogitaram, até mesmo, tirar a própria vida.

Estamos num momento crucial na história brasileira em que precisamos ter resistência e persistência. Resistência para enfrentar a onda obscurantista que gostaria de tomar conta e retroceder as instituições sociais, incluindo a educação. Persistência para continuar atuando com determinação para alcançar uma sociedade de paz e justiça em que todos e todas sejam respeitados/as em suas diferenças, sem distinção de qualquer natureza (ABGLT, 2016, p. 13).

O respeito à orientação sexual e à identidade de gênero somente estará assegurado quando o conhecimento científico conquistar o merecido espaço para o debate. Os questionamentos e a supressão dos termos nas Casas Legislativas brasileiras e no Ministério da Educação revelam um aglomerado de motivos equivocados que prejudicam avanços sociais, educacionais e acadêmicos.

A utilização corriqueira da expressão “opção sexual”, que pretende reportar-se a orientação sexual, direciona o entendimento e a compreensão do assunto desprovidos de cientificidade e aponta para a possibilidade da influência social como fator determinante aos não-heterossexuais e não-cisgêneros. A discussão das causas da orientação sexual e da identidade de gênero corrobora uma visão patologizadora e repressiva da homossexualidade e da transgeneridade.

Os grupos sociais que estabelecem controvérsias nas discussões de gênero, remontam ao que Latour (2012, p. 358), preconiza: “um grupo de consultores que ensinam os libertos da disciplina da razão a serem ainda mais maquiavélicos, mais maquinadores e até mais indiferentes à diferença entre ciência e ideologia”.

Uma das cinco grandes incertezas das ciências sociais, segundo Latour (2012, p.42), é a “natureza dos fatos: os vínculos das ciências naturais com o restante da sociedade parecem ser constantemente fonte de controvérsias”, reportam à falácia denominada “ideologia de gênero”, combatida como uma fera do social que consegue reiteradamente disseminar o preconceito contra a diversidade de gênero.

O entendimento científico da orientação sexual e da identidade de gênero, seja através de abordagens contemporâneas para a educação sexual (FURLANI, 2011), seja nos estudos das Neurociências debruçados sobre sexo e sistema nervoso que correlacionam grupos de neurônios com a orientação sexual (BEAR, CONNORS, PARADISO, 2008), sintetizam a necessidade de falar sobre um tema que exige dedicação, conhecimento, avanços e pesquisas, e não o retrocesso conceitual e social.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e cunho bibliográfico. Objetiva, primeiramente, refletir sobre a interdisciplinaridade dos estudos de gênero, através da análise conceitual de autores como Scott (1995), Louro (1999), Butler (2010), Furlani (2011) e Borrillo (2015).

Na sequência, o artigo apresenta as contribuições das neurociências, através dos escritos de Herculano-Houzel (2005), Domingues (2007), Bear, Connors e Paradiso (2008) e Muotri (2017). Aponta aspectos performativos da diversidade sexual e de gênero como forma de credibilizar as discussões de gênero na formação docente, fazendo uso do conhecimento científico como anteparo ao discurso heteronormativo.

A INTERDISCIPLINARIDADE DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Os Estudos de Gênero são um campo de pesquisa interdisciplinar e acadêmica que procura compreender as relações de gênero como feminino, transgênero e/ou masculino.

Apresenta “gênero” como um conceito social, oriundo das ciências humanas. Teve início nos Estados Unidos, com o desenvolvimento dos estudos feministas e pós-estruturalistas na década de 1960, a partir das influências de Judith Butler e Michel Foucault.

Os estudos feministas, em especial no âmbito acadêmico, no Brasil, consolidaram-se a partir das décadas de 1970 e 1980. No início, os estudos sobre a mulher passaram a se utilizar da categoria “gênero” inspirados no artigo de Joan Scott (“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”) (FURLANI, 2011, p. 58).

O conceito de gênero foi incorporado aos marcadores sociais, desde os anos 1980, para discutir expectativas em torno da masculinidade e da feminilidade e refutar as justificativas do comportamento humano associadas às questões biológicas, como Scott (1995 p. 90), traz:

Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.90).

O contexto nacional colaborou registrando nos seus atos legislativos e normativos, a preocupação em minimizar o preconceito, negando a discriminação e dedicando-se às questões de gênero ao longo de décadas, mesmo assim uma lacuna estanque e enraizada que, por motivos diversos e alheios aos interesses de uma educação acolhedora, vem crescendo mas precisa ser dirimida e assegurada como política pública.

As discussões teóricas sobre gênero esbarram no desconhecimento e são reforçadas quando aparecem citações de obras como *O Segundo Sexo*, escrita em 1949, por Simone de Beauvoir, que afirmava em seu livro: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. A afirmação remete ao papel social e construído para a mulher e gera um desconforto aos ávidos defensores do determinismo biológico, atualmente fomentado pela parcela conservadora da sociedade e combatido por autores dedicados aos Estudos de Gênero:

Entretanto, o determinismo biológico perdurou, em muitas dessas vertentes argumentativas, quase que intocável e inquestionável, ou seja, o entendimento de que “a diferença biológica remetia à diferença sexual e esta, por sua vez, ‘justificava’ a desigualdade social (LOURO, p. 20-21, 1999).

Os Estudos de Gênero encontram força nos países que aceitam o relacionamento afetivo entre pessoas não-heterossexuais, como orientação sexual e não como uma escolha, uma “opção sexual”. Contrapõem-se ao determinismo biológico uma vez que entendem que as diferenças

genéticas nem sempre determinam as diferenças culturais, bem como a importância da distinção entre sexo e gênero sem com isso menosprezar um em detrimento do outro.

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTTLER, 2010, p.26).

A inexistência de acesso e conhecimento do conceito, das diferentes concepções teóricas de gênero e diversidade sexual como construções históricas, dos movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero e dos desafios ético-políticos que desconsideram os direitos sociais, civis e políticos relacionados à população, deflagram a urgência de ações propositivas na formação docente, ampliando assim o acesso à informação de uma parcela progressivamente mais assumida da população, como aponta Furlani (2009):

[...] buscar causas ou origens não é o mais importante. Muitos estudos atuais – médicos, antropológicos, sociológicos, psicológicos, jurídicos e educacionais – tendem a compreender a atração e envolvimento entre pessoas do mesmo sexo como uma variável erótica humana, tão possível quanto a heterossexualidade – ambas representadas e significadas na cultura e na história de cada sociedade (FURLANI, p.158, 2009).

Tendo em vista as severas contraposições dos fundamentalistas aos Estudos de Gênero, cabe o respaldo científico das Neurociências, uma vez que, segundo Borrillo (2015), a interpretação proposta pela medicina e, na mesma linha, pela psicanálise, a respeito da homossexualidade será, por si só, uma forma de homofobia, já que a diferença nunca é procurada com o objetivo de integrá-la em uma teoria pluralista da sexualidade normal, mas exatamente o contrário, vai situá-la nas categorias da doença, neurose, perversão ou excentricidade.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS NEUROCIÊNCIAS

A tentativa de justificar todo o tipo de comportamento humano através da genética ou da neurociência não agrada os pesquisadores dedicados aos Estudos de Gênero e nem a Muotri (2017), que entende que o cérebro transgênero é proveniente de alterações que, por menores que sejam, no desenvolvimento embrionário, têm como consequência um cérebro mais feminino ou masculino.

A complexidade das pesquisas relacionadas ao Sistema Nervoso, mais especificamente ao encéfalo, conduz ao desdobramento dos neurocientistas para uma análise sistêmica e experimental que estabelece níveis de análise. A apresentação desse panorama complexo e

interdisciplinar sobre o cérebro humano, segundo Bear, Connors e Paradiso (2008), descreve, em ordem ascendente de complexidade, os níveis de análise das Neurociências em: moleculares, celulares, de sistemas, comportamentais e cognitivas.

Será o gênero determinado pela genética, pela anatomia ou pelo comportamento? A resposta não é simples. Há casos de identidade de gênero que não correspondem a fatores biológicos e comportamentais. E o que dizer da orientação sexual? Uma atração por membros do sexo oposto ou do mesmo sexo é determinada por experiências na infância ou pela estrutura do encéfalo? Essas são questões desafiadoras, que dizem respeito a como percebemos a nós próprios e aos outros (BEAR; CONNORS; PARADISO, 2008, p. 534).

O quadro 1 traz o nível de análise e sua respectiva área de pesquisa neurocientífica, conforme Bear, Connors e Paradiso (2008), e a correlação com a diversidade sexual e de gênero, de acordo com o/a respectivo/a autor/a:

Quadro 1 - Nível de análise, Área de pesquisa neurocientífica e a Correlação com a diversidade sexual e de gênero

Nível de Análise	Área de Pesquisa Neurocientífica	Correlação com a diversidade sexual e de gênero	Autor/a
Neurociências Moleculares	A matéria encefálica consiste de uma fantástica variedade de moléculas. Essas diferentes moléculas têm diferentes papéis que são cruciais para a função cerebral.	O que ocorre na adolescência é a expressão da preferência sexual que se formou durante a gestação. E de todo o arsenal de novos comportamentos dos adolescentes, é aqui que os hormônios sexuais de fato têm culpa no cartório.	Herculano-Houzel, 2005
		Do pescoço para cima, os hormônios sexuais tornam o cérebro não só sensível ao sexo oposto como também capaz de responder a ele – inclusive através da produção de ainda mais hormônios sexuais à simples visão ou cheiro de indivíduos do sexo de interesse.	
		A neurociência nos demonstra que os hormônios sexuais influenciam também o desenvolvimento dos neurônios.	Domingues, 2007
		Em um processo chamado de masculinização, a testosterona (o hormônio masculino) é liberada por um determinado período durante o desenvolvimento cerebral e age alterando o cérebro.	
Neurociências Celulares	Enfoca o estudo de como as moléculas trabalham juntas para dar ao neurônio suas propriedades especiais. Aborda os tipos de neurônios, suas funções, como	Alguns estudos sugerem que o INAH-3 em homossexuais é a metade do tamanho do INAH-3 dos homens heterossexuais, sendo semelhante ao tamanho do das mulheres.	LeVay, 1991 e Byne, 2000/2001 in Bear, Connors e Paradiso, 2008

	<p>uns neurônios influenciam outros, como se interconectam no desenvolvimento fetal, como fazem suas computações.</p>	<p>Evidências do envolvimento do INAH – 1, INAH - 2 e INAH – 3 no comportamento sexual são até agora inconclusivas. Vários neurônios na área pré-óptica medial de macacos <i>rhesus</i> machos disparam vigorosamente durante fases específicas do comportamento sexual, incluindo a excitação e a cópula. Adicionalmente, pode haver diferenças sutis no tamanho de certos núcleos hipotalâmicos que se correlacionam com a orientação sexual.</p>	<p>Bear, Connors e Paradiso, 2008</p>
<p>A comissura anterior e o núcleo supraquiasmático são maiores em homens homossexuais do que em homens heterossexuais.</p>			
<p>A comissura anterior (conjunto de fibras que conectam os dois hemisférios cerebrais através da linha média e o núcleo supraquiasmático (centro primário de regulação dos ritmos circadianos mediante a estimulação da secreção de melatonina pela glândula pineal), são maiores em homens homossexuais do que em homens heterossexuais.</p>			
		<p>O número de neurônios no Núcleo intersticial da estria terminal (BST) é duas vezes maior nas pessoas que se identificavam como homens do que nas que se identificavam como mulheres – tivessem elas nascido geneticamente homens ou mulheres, sido tratadas com hormônios sexuais ou não, e preferido contato sexual com homens ou mulheres.</p>	<p>Herculano-Houzel, 2005</p>
<p>Um estudo holandês publicado em 2000, forneceu a indicação mais forte de que é a biologia do cérebro – de novo-, mais ou menos neurônios em uma determinada estrutura – que determina algo tão fundamental como sentir-se homem ou mulher. Ao examinar o cérebro de 42 pessoas, entre elas homens e mulheres hetero-, homo- e transexuais.</p>			
<p>Neurociências de Sistemas</p>	<p>Estudo de como diferentes circuitos neurais analisam informação sensorial, formam a percepção do mundo externo, tomam decisões e executam movimentos.</p>	<p>A tomografia por emissão de pósitrons revelou que o cérebro de mulheres homossexuais (M-homo) responde aos feromônios de forma diferente do de mulheres heterossexuais (M-hétero) e similar ao de homens heterossexuais (H-hétero).</p>	<p>Herculano-Houzel, 2006.</p>
<p>Pesquisadores suecos mostraram, em 2006, que nem todo hipotálamo masculino responde</p>			

		a feromônios femininos e vice-versa. Usando ressonância magnética funcional, eles observaram que o padrão de respostas dos neurônios hipotalâmicos correlaciona-se não com o sexo do indivíduo, mas com a preferência sexual. Assim, homens e mulheres que gostam de mulheres respondem ao feromônio feminino EST (<i>estra – 1, 3, 5 (10), 16-tetrae – 3-nol</i>), um derivado do hormônio estrogênio, produzido no ciclo menstrual, já as mulheres e os homens que se sentem atraídos pelo masculino têm o hipotálamo sensível ao feromônio masculino AND (<i>4,16 – androestadie – 3-nol</i>), que deriva dos hormônios sexuais masculinos, e é encontrado no suor, na pele e nos pelos dos varões. Como era de se esperar, o ADN aumenta a excitação das mulheres e diminui a dos homens quando ambos são heterossexuais.	
Neurociências Comportamentais	Reflete sobre a forma como os sistemas neurais trabalham juntos para produzir comportamentos integrados, qual sistema neural é responsável pelo comportamento específico de cada gênero.	Neurocientistas associam a genética e o comportamento como determinantes da orientação sexual e da identidade de gênero.	Muotri, 2017
		Se todo o comportamento baseia-se na atividade encefálica, deve ser verdade que há uma base biológica para a orientação sexual.	Bear, Connors e Paradiso, 2008
Neurociências Cognitivas	Busca compreender como a capacidade do encéfalo cria a mente (consciência, imaginação e linguagem)	O núcleo próprio da estria terminal é maior em homens do que em mulheres e transexuais mulheres apresentam seu tamanho compatível com o das mulheres. Coletivamente, esses estudos oferecem a intrigante perspectiva de que aspectos complexos do comportamento sexual humano possa em última análise estar ligados a uma diferente organização encefálica.	Bear, Connors e Paradiso, 2008

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como observado no quadro anterior, em cada área de pesquisa neurocientífica é possível destacar embasamentos teóricos que atribuem cientificidade à temática de diversidade sexual e de gênero, cabendo ainda destacar que “o pouco que se sabe sobre o cérebro transgênero vem de pesquisas feitas com ressonância magnética, sugerindo sutis alterações estruturais no córtex e em conexões nervosas” (MUOTRI, 2017, pág. 341).

Curiosamente, embora um parceiro do mesmo sexo seja inadequado para fins reprodutivos, por razões puramente “gametológicas”, há vários argumentos que explicitariam porque a homossexualidade animal, humana ou não, se mantém ao longo da evolução. Na minha opinião, há uma outra alternativa, que obviamente não invalida todos os argumentos já levantados: como manifestação de um sistema altamente complexo – o cérebro – cuja orientação depende do alinhamento de uma série de fatores biológicos, ele simplesmente acontece (HERCULANO-HOUZEL, 2005, p. 52).

As neurociências contribuem para o entendimento da diversidade sexual e de gênero ao desfazer a rígida compreensão da homossexualidade como resultado de uma influência do meio, favorecem a instrumentalização dos/as docentes em minimizar o preconceito e proporcionam o acolhimento de cada pessoa na sua individualidade e inteireza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência em nominar a diversidade sexual e de gênero nos documentos norteadores da educação nacional, reforça o discurso heteronormativo e mantém na educação o caráter excludente e desrespeitoso aos diferentes estilos de masculinidades e feminilidades. A desconstrução das tentativas de uma educação voltada para a equidade elimina as possibilidades de minimizar o caráter discriminatório impetrado às famílias homoafetivas e aos alunos não heterossexuais e não cisgêneros.

A heteronormatividade traz, no seu alicerce, a compreensão de que as pessoas escolhem a sua orientação sexual e sua identidade de gênero, dando o caráter de normalidade apenas à heterossexualidade e à cisgeneridade. A norma social vigente na temática é o legado que a padronização do pensamento nos deixou: as pessoas nascem homens ou mulheres, vestem-se como tal, comportam-se como tal, homens sentem-se atraídos por mulheres e vice-versa.

O que a tradição preconiza está associado à ideia de “opção sexual” e distante do cerne da interdisciplinaridade dos Estudos de Gênero e das contribuições corroboradas pelas Neurociências sobre o tema. As Neurociências trazem, em cada uma de suas áreas de pesquisa, a indicação da inexistência de “opção” e, contrário a isso, uma definição intrauterina da orientação sexual e da identidade de gênero.

Em Bailey, Vasey, Diamond, Breedlove, Vilain e Epprecht (2016, p. 48), o questionamento sobre o nascer não-heterossexual ou o tornar-se, ocorre fora dos contextos acadêmicos, uma vez que o conceito empírico domina sobre o conhecimento científico. A explanação através das Neurociências associadas aos Estudos de Gênero direciona o entendimento de que uma pessoa nasce não-heterossexual e desbanca o desrespeito e o preconceito.

A luta de alguns grupos sociais para omitir o assunto dos atos normativos e propositivos da educação brasileira faz pensar num posicionamento que busca direcionar as pessoas para um pensamento doutrinador que, em Furlani (2011), encontra-se elencado como “abordagens contemporâneas”. Entre oito diferentes, a autora aponta a “abordagem religioso-radical” que parece contribuir no entendimento sobre o fato em tela:

A abordagem religioso-radical caracteriza-se pelo apego às interpretações literais da Bíblia, usando o discurso religioso como uma “incontestável verdade” na determinação das representações acerca da sexualidade “normal”. Presentes em instituições e/ou escolas religiosas, essa educação da vida sexual e afetiva de homens e mulheres costuma ocorrer em encontros grupais ou individuais, em estudos bíblicos ou em pregações coletivas (missas, cultos). (FURLANI, 2011, p.20)

O debate sobre a temática precisa ser incentivado, as políticas públicas implantadas, a busca de argumentos embasados em conhecimentos científicos, a fim de que o senso comum, os interesses político-partidários e os discursos fundamentalistas e preconceituosos não se sobreponham aos direitos daqueles que são marginalizados diante do discurso e das práticas sociais heteronormativas.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/docs/IAE-Brasil>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BAILEY, J. M., VASEY, P. L., DIAMOND, L. M. BREEDLOVE, S. M., VILAINS, E., EPPRECHT, M. **Sexual Orientation, Controversy, and Science**. sagepub.com/journalsPermissions.nav, 2016.

BEAR, Mark. F.; CONNORS, Berry. W.; PARADISO, Michael, A. **Neurociências: Desvendando o Sistema Nervoso**. Trad. Carla Dalmaz. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Millet. v. I, II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DOMINGUES, Maria A. **Desenvolvimento e aprendizagem: o que o cérebro tem a ver com isso?** Canoas: Ulbra, 2007.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. **O Cérebro em Transformação.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. **O Cérebro Homossexual.** *Mente & Cérebro*, Pinheiros, Ano: XIV, n. 165, 2006, pp.46-51, out.

JUNQUEIRA, Rogério D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula R. C. et al. **Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas.** Rio Grande: FURG, 2007, 127.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede.** Salvador: EDUFBA – EDUSC, 2012.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUOTRI, Alysson R. **Espiral: conversas científicas do século XXI.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol.20, n 2, 1995, pp. 71-99, jul./dez.

5. CAPÍTULO V

A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

ID	MM-DD ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
2875	07-06	ART	Noro, Crespi, Nobile	A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA BASE NACIONAL COMUM...	EM AVALIAÇÃO

Submetido na Revista Educação Eletrônica - UFSCAR em 06/07/2018

ISSN: 1982-7199

São Carlos/SP

Brasil: 2018.

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/user>

RESUMO

Este trabalho analisa o movimento para a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), compara a terceira versão elaborada com o texto alterado entregue ao Conselho Nacional de Educação e a participação da Associação Médica Brasileira durante o processo. Os argumentos utilizados preconizam a resistência em nominar a orientação sexual e a identidade de gênero, ponderam sobre a interferência do discurso heteronormativo no acolhimento da diversidade sexual e de gênero na educação, revelam contradição aos atos normativos do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Federal de Medicina e ao posicionamento da Sociedade Brasileira de Pediatria. Através de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, cunho documental e bibliográfico, traz o movimento para a aprovação da BNCC, a ambiguidade no posicionamento de importantes órgãos de representação da medicina sobre o tema e os atos normativos do Conselho Nacional de Educação sobre o uso do nome social. Observa-se que as controvérsias presentes no pronunciamento da Associação Médica Brasileira levantam o apoio incondicional dos setores que negam a diversidade sexual e de gênero nas escolas brasileiras e contrariam a implantação de políticas públicas necessárias para a diminuição da evasão escolar e a ampliação do número de alunos que concluem a Educação Básica na idade certa.

Palavras-chave: BNCC; Diversidade sexual; Diversidade de gênero.

SEXUAL AND GENDER DIVERSITY IN THE NATIONAL CURRICULAR COMMON BASE

ABSTRACT

This paper analyzes the movement for the approval of the National Curricular Common Base (BNCC), compares the third version elaborated with the amended text delivered to the national education council and the participation of the Brazilian medical association during the process. The arguments used advocate resistance in naming sexual orientation and gender identity, pondering the interference of heteronormative discourse in the reception of sexual and gender diversity in education, reveal contradiction to the normative acts of the National Council of Education, Federal Council of Medicine and the positioning of the Brazilian Society of Pediatrics. Through a qualitative research, of an applied nature, documental and bibliographic, it brings the movement for the approval of the BNCC, the ambiguity in the positioning of important organs of representation of the medicine on the subject and the normative acts of the National Council of Education on the use of the social name. It is observed that the controversies present in the pronouncement of the Brazilian Medical Association raise the unconditional support of sectors that deny sexual and gender diversity in Brazilian schools and oppose the implementation of public policies necessary to reduce school dropout and increase the number of students who complete basic education at the right age.

Keywords: BNCC; sexual diversity; gender diversity.

RESUMEN

Este trabajo analiza el movimiento para la aprobación de la Base Nacional Común Curricular (BNCC), compara la tercera versión elaborada con el texto modificado entregado al Consejo Nacional de Educación y la participación de la Asociación Médica Brasileña durante el proceso. Los argumentos utilizados defienden la resistencia en nominar la orientación sexual y la identidad de género, ponderan sobre la interferencia del discurso heteronormativo en la acogida de la diversidad sexual y de género en la educación, revelan contradicción a los actos normativos del Consejo Nacional de Educación del Consejo Federal de Educación, Medicina y el posicionamiento de la Sociedad Brasileña de Pediatría. A través de una investigación cualitativa, de naturaleza aplicada, cuño documental y bibliográfico, trae el movimiento para la aprobación de la Base Nacional Común Curricular, la ambigüedad en el posicionamiento de importantes órganos de representación de la medicina sobre el tema y los actos normativos del Consejo Nacional de Educación sobre el uso del nombre social. Se observa que las controversias presentes en el pronunciamiento de la Asociación Médica Brasileña plantean el apoyo incondicional de los sectores que niegan la diversidad sexual y de género en las escuelas brasileñas y contrarían la implantación de políticas públicas necesarias para la disminución de la evasión escolar y la ampliación del número de los alumnos que concluyen la Educación Básica en la edad correcta.

Palabras clave: BNCC; Diversidad sexual; Diversidad de género.

INTRODUÇÃO

Até 2011, no Brasil, o emprego da palavra gênero era habitual e significativamente utilizada no vocabulário das pessoas, independente do grau de instrução, com diferentes

significados. A abordagem utilizada após as discussões provenientes do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em junho de 2014, remete a um tema que movimenta ações midiáticas, partidárias, religiosas, organizacionais e sociais.

O conceito de gênero foi incorporado aos marcadores sociais, desde os anos oitenta, para discutir expectativas em torno da masculinidade e da feminilidade, como traz Scott (1995):

Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.90).

Discussões acaloradas tomaram a cena principal durante o trâmite da aprovação do PNE. No que diz respeito à explicitação das singularidades voltadas para o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero revelaram legisladores/as distantes do significado de cada uma das expressões e envolvidos/as numa conjuntura político-religiosa focada em pautas moralizadoras.

Segundo Furlani (2011), podemos categorizar oito abordagens contemporâneas sobre educação sexual: biológico-higienista, moral-tradicionista, terapêutica, religioso-radical, dos direitos humanos, dos direitos sexuais, emancipatória e *queer*. A abordagem religioso-radical parece contribuir no entendimento do foco dos discursos que envolvem a temática:

A abordagem religioso-radical caracteriza-se pelo apego às interpretações literais da Bíblia, usando o discurso religioso como uma “incontestável verdade” na determinação das representações acerca da sexualidade “normal”. Presentes em instituições e/ou escolas religiosas, essa educação da vida sexual e afetiva de homens e mulheres costuma ocorrer em encontros grupais ou individuais, em estudos bíblicos ou em pregações coletivas (missas, cultos) (FURLANI, 2011, p.20).

As expressões que passaram a ser consideradas abomináveis, encontram-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997 e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, de 1998. Os Planos de Educação já traziam, na década passada, “questões de gênero” entre os objetivos e metas descritos. Embora o efetivo trabalho tenha avançado pouco, a presença das expressões na elaboração desses documentos elucida a preocupação e a necessidade do fomento a esse conhecimento, no ambiente escolar.

Juntando forças com movimentos internacionais que, desde a década de 1990, objetivam frear possíveis mudanças políticas e sociais que utilizem o conceito de gênero para explicar a importância de políticas de educação que assegurem os direitos humanos e explicitem a diversidade de gênero, alguns Deputados Federais formaram uma frente de combate à aprovação do PNE, considerando as expressões orientação sexual e identidade de gênero como garantias do que nominam de forma eloquente: “ideologia de gênero”.

Em 2014, o confronto marcado pela disputa no Congresso Nacional, aliou as bancadas católica e evangélica, suprimindo do artigo que propunha a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, redigindo o texto final do artigo 2º, inciso III, como: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

O texto do PNE torna pública a retirada do registro escrito das expressões orientação sexual e identidade de gênero, proposto pela Conferência Nacional de Educação (Conae) e impede a elaboração de estratégias para a erradicação da discriminação assegurada no corpo da Lei. O conhecimento científico encoberto, dá lugar à supremacia da chamada “ideologia de gênero” como forma de divulgar o interesse em incutir a suposta intenção de destruir as famílias.

Em 2015, a presença do discurso heteronormativo tomou conta também das Assembleias Legislativas, durante a aprovação dos Planos Estaduais de Educação e das Câmaras de Vereadores, na aprovação dos Planos Municipais de Educação. Tendo logrado êxito na esfera federal, ganhou forças para colocar a sociedade contra os estudos de gênero e as políticas públicas educacionais.

O MEC, através do Conselho Nacional de Educação (CNE) expediu, no primeiro dia de setembro de 2015, uma Nota Pública ressaltando a responsabilidade dos órgãos normativos em nominar a diversidade sexual e de gênero e finaliza o documento:

O Conselho Nacional de Educação reafirma sua orientação, recomendando, inclusive, a seus pares Conselhos Estaduais, Conselho Distrital e Conselhos Municipais que zelem pela explicitação das singularidades mencionadas nos planos de educação elaborados pelos entes federativos e informa que, em razão de inúmeras demandas que lhe foram enviadas e por um dever de ofício, encaminha-se para a elaboração de Diretrizes Nacionais de Educação voltadas para o respeito à diversidade, à orientação sexual e à identidade de gênero.

Em suma, o CNE considera que a ausência ou insuficiência de tratamento das referidas singularidades fazem com que os planos de educação que assim as trataram sejam tidos como incompletos e que, por isso, devem ser objeto de revisão (BRASIL, 2015, P. 2).

Nesse contexto, essa pesquisa, de abordagem qualitativa, natureza aplicada, cunho documental e bibliográfico, lança um olhar sobre o movimento para a aprovação da BNCC, compara a terceira versão do documento elaborada com o texto alterado entregue ao CNE e o difícil posicionamento da educação entre importantes órgãos de representação da medicina que ocupam diferentes espaços públicos, porém, à luz da aplicabilidade da inclusão do nome social nos registros escolares, denotam contradição.

Esse estudo também pontua o pronunciamento e o texto entregue em nome da Associação Médica Brasileira (AMB) em uma das audiências públicas que precedeu a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Analisa a narrativa da “ideologia de gênero”, que qualifica o determinismo biológico e revela temor sobre a possibilidade do meio influenciar crianças e adolescentes a “tornarem-se” transexuais.

Os defensores do determinismo biológico que fazem parte da parcela conservadora da sociedade descaracterizam a urgência da educação brasileira no acolhimento da diversidade sexual e de gênero, revelam desconforto diante da alocação do papel social da mulher e são combatidos pelos autores dedicados aos Estudos de Gênero:

Entretanto, o determinismo biológico perdurou, em muitas dessas vertentes argumentativas, quase que intocável e inquestionável, ou seja, o entendimento de que “a diferença biológica remetia à diferença sexual e esta, por sua vez, ‘justificava’ a desigualdade social (LOURO, 1999, p. 20-21).

As controvérsias presentes no pronunciamento da AMB levantam o apoio incondicional dos setores que negam a diversidade sexual e de gênero, colocam sob dúvida o trabalho dos/as docentes que são chamados de “ideólogos de gênero”, impedem a implantação de políticas públicas necessárias para a diminuição da evasão escolar e a conclusão da Educação Básica na idade certa.

Muitos/as dos/as cientistas sociais e biólogos/as que discutem as limitações das diversas vertentes do determinismo biológico não estão apenas preocupados/as com os “deslizes” propriamente científicos do determinismo, mas com as consequências sociais e políticas que advêm dessas afirmações, como as observadas nas relações hierárquicas de poder que envolvem homens e mulheres (ANDRADE, 2016, p. 66).

A Resolução CNE/CP 2 de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, traz, no seu artigo 22 que o CNE elaborará normas específicas sobre computação, orientação sexual e identidade de gênero, dando voz e entendimento ao significado e importância das expressões.

Na aprovação da BNCC, três conselheiras votaram contrariamente e vale salientar que duas delas trabalharam no Parecer CNE/CP nº 14/2017, que normatiza nacionalmente o uso do nome social na educação básica, homologado em janeiro de 2018. O documento contém oito páginas e dá uma aula sobre os direitos formais da população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (LGBTI).

Em junho de 2018, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a transexualidade da lista de doenças mentais da nova edição da Classificação Internacional de Doenças (CID) e estabeleceu que, até 2022, todos os países procedam as adaptações. Há muitos anos as entidades ligadas ao movimento LGBTI reivindicavam que a transexualidade saísse da sessão das doenças mentais e fosse considerada um comportamento sexual ligado à identidade de gênero. Com a mudança, a OMS mantém a transexualidade na classificação, mas apenas com o objetivo de assegurar que a pessoa obtenha auxílio médico, caso ela sinta a necessidade.

O compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos/as os/as estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito precisa ser referendado nas escolas. Para cada uma das redes de ensino, em todas as instituições escolares, a construção ou adequação de seus currículos reafirmam o compromisso com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: IMPLANTAÇÃO DOS DIREITOS E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A BNCC, aprovada pelo CNE e homologada pelo Ministro da Educação, em dezembro de 2017, apresenta caráter normativo, voltada para a melhoria da qualidade da educação, assegurada pela Lei 13.005/2014, que aprova o PNE. Definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a BNCC deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, bem como balizar as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Brasil.

O anexo da Lei que aprova o PNE, traz as metas e estratégias traçadas para o decênio 2014-2024, cita, na segunda estratégia da meta destinada a universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada:

2.2. pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental” (BRASIL, 2014).

Em cumprimento ao PNE, a Base estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem esperados para os/as estudantes ao longo da escolaridade compreendida, até o momento, pela educação infantil e ensino fundamental, uma vez que a proposta para o Ensino Médio foi retirada do documento elaborado. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica já orientavam para os princípios éticos, políticos e estéticos e deram à Base os propósitos de direcionamento para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Em 2015, no I Seminário Interinstitucional, uma comissão de assessores/as e especialistas iniciou os estudos para elaboração da BNCC. A primeira versão do documento foi disponibilizada para consulta pública e recebeu mais de 12 milhões de contribuições individuais, de organizações e de redes de educação de todo o País, recebeu também pareceres analíticos de especialistas, associações científicas e membros da comunidade acadêmica.

Em maio de 2016, após a sistematização das contribuições, foi publicada a segunda versão, debatida institucionalmente em seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todas as Unidades da Federação. Na metade do mesmo ano, mais de 9 mil professores/as, gestores/as e especialistas abertos/as à participação pública debateram a segunda versão.

A segunda versão da BNCC foi examinada também por especialistas do Brasil e de outros países. Anexados ao relatório Consed/Undime, os pareceres analíticos desses especialistas foram encaminhados ao Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e Reforma do Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 790/2016. (BRASIL, 2016).

Em agosto de 2016 começou a ser redigida a terceira versão. O Comitê Gestor foi o responsável pelas definições e diretrizes que orientaram a revisão da segunda versão e que deu origem à terceira versão. Em abril de 2017, o Ministério da Educação (MEC) entregou ao CNE a BNCC, porém sem as menções à diversidade sexual e de gênero. A justificativa da secretária-executiva, Maria Helena Guimarães, foi de “não ser nem a favor e nem contra a ideologia de gênero”. Em nota, o MEC divulgou que o texto “passou por ajuste finais”, uma vez “que identificaram redundâncias”.

O quadro abaixo compara versão elaborada por especialistas e pela ampla participação social ao longo de mais de dois anos e a versão que o MEC entregou ao CNE, além de identificar os subtítulos da BNCC que sofreram alterações textuais nas menções à diversidade sexual e de gênero e suas respectivas páginas:

Subtítulos da BNCC	Página - Versão da BNCC entregue ao MEC	Página - Versão da BNCC que chegou ao CNE
--------------------	---	---

<p>1) Introdução</p> <p>Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular</p>	<p>10 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com¹ acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.</p>	<p>10 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>
<p>4) A Etapa da Educação Básica</p> <p>O Ensino Fundamental no Contexto da Educação Básica</p>	<p>56 - Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, “intensificando suas relações [dos estudantes] com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios” (BRASIL, 2010).</p>	<p>56 - Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).</p>
<p>Linguagens Arte Ensino Fundamental</p>	<p>161 - (EF15AR22) Experimentar as possibilidades criativas do corpo e da voz, discutindo questões de gênero e corpo.</p>	<p>201 - (EF15AR22) Experimentar possibilidades criativas de movimento e de voz na criação de um personagem teatral, discutindo estereótipos.</p>
	<p>165 - (EF69AR15) Refletir sobre as experiências corporais pessoais e coletivas desenvolvidas em aula ou vivenciadas em outros contextos, de modo a problematizar questões de gênero, corpo e sexualidade.</p>	<p>205 - (EF69AR15) Discutir as experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola e em outros contextos, problematizando estereótipos e preconceitos.</p>
<p>Linguagens Educação Física Ensino Fundamental</p>	<p>181 - Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos, com base na análise dos marcadores sociais de gênero, geração, padrões corporais, etnia, religião.</p>	<p>221 - Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.</p>
	<p>193 - (EF67EF17) Problematizar preconceitos e estereótipos de gênero, sociais e étnico-raciais relacionados ao universo das lutas e demais práticas corporais e estabelecer acordos objetivando a construção de interações referenciadas na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito.</p>	<p>233 - (EF67EF17) Problematizar preconceitos e estereótipos relacionados ao universo das lutas e demais práticas corporais, propondo alternativas para superá-los, com base na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito.</p>

¹ Grifos das autoras para evidenciar as alterações do texto.

Ciências da Natureza Ensino Fundamental	301 - (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero.	347 - (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).
Ciências Humanas Geografia Ensino Fundamental	305 - Cognição e contexto são, assim, categorias elaboradas conjuntamente, em meio a circunstâncias históricas específicas, nas quais a diversidade – cultural, étnica, de gênero, entre tantas outras – deve ganhar especial destaque, com vistas ao acolhimento da diferença.	351 - Cognição e contexto são, assim, categorias elaboradas conjuntamente, em meio a circunstâncias históricas específicas, nas quais a diversidade humana deve ganhar especial destaque, com vistas ao acolhimento da diferença.
	311 - Desse modo, a aprendizagem da Geografia favorece o reconhecimento da diversidade e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos (respeito à diversidade sem preconceitos étnicos, de gênero ou de qualquer outro tipo).	356 - Desse modo, a aprendizagem da Geografia favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos (respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza).
	318 - Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/ necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo.	364 - Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
	339 - (EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, gênero e idade nas regiões brasileiras.	385 - (EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras.
Ciências Humanas História Ensino Fundamental	351 - Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural, as questões de gênero e as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas e africanos. Ressalta-se, também, na formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades.	399 - Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. Ressalta-se, também, na formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades.
	Questões de gênero , o anarquismo e protagonismos femininos.	Anarquismo e protagonismo feminino.
	379 - (EF09HI07) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões de gênero no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.	427 - (EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das

		mudanças de abordagem em relação ao tema.
	381 - (EF09HI27) Avaliar as dinâmicas populacionais e as construções de identidades étnico-raciais e de gênero na história recente.	429 - (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

Quadro 1: Quadro comparativo entre a versão entregue ao MEC e a entregue ao CNE.

As alterações foram comemoradas pela Frente Parlamentar Evangélica que já havia solicitado ao Presidente da República a retirada dos termos relacionados com a temática de gênero da BNCC. O ofício entregue nomina como “absurda a pedagogia que desconsidera a base biológica das crianças e adolescentes”. Na oportunidade, deixaram também documentos que revelam a aversão ao aborto e a legalização das drogas e sobre o uso de espaços íntimos nas escolas, fazendo referência aos banheiros, que devem ser divididos apenas por quem “compartilha a mesma anatomia”.

Ao receber o documento, o CNE iniciou uma sequência de audiências públicas, uma em cada região do Brasil, “com o objetivo de auxiliar os membros do órgão na elaboração de um documento normativo que reflita necessidades, interesses, diversidade e pluralidade do panorama educacional brasileiro” (Brasil, 2017). Os municípios de Manaus, Recife, Florianópolis, São Paulo e Brasília receberam os/as interessados/as, antes da aprovação.

Entre os órgãos de representação social, em agosto de 2017, esteve presente a AMB que inscreveu-se para participar da audiência pública de Brasília, pronunciou-se através da médica Carla Dorgam Aguilera, que entregou o texto intitulado: Contribuições e apelo médico-científico acerca da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular.

O APELO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA PARA A RETIRADA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

O texto apresentado pela AMB, assinado por doze médicos, cita nove vezes a expressão “ideologia de gênero”, o que remete às repetições incessantes dos grupos religiosos conservadores durante a aprovação dos Planos de Educação, para que as palavras gênero, orientação sexual e identidade de gênero não fossem utilizadas.

O documento solicita ao CNE e ao Ministério da Educação a retirada das menções ao termo “gênero” e ao seu uso significando “identidade pessoal” da redação da BNCC e justifica, através de achados das ciências médicas que, o entendimento da AMB, solidamente se contrapõem às hipóteses propostas pela “ideologia de gênero”.

Os/As signatários/as apelam aos órgãos responsáveis na esperança de despertar para a gravidade de aplicar no sistema educacional brasileiro, um conceito não reconhecido no campo das ciências biológicas e humanas. Ao discorrer sobre a importância da educação e a construção da ciência, ressaltam que os “ideólogos de gênero” estão distantes de comprovar suas hipóteses.

Discordam do uso da expressão identidade de gênero devido à forte e profunda relação com a base genética e afirmam a força das influências biológicas sobre o sexo, a identidade de gênero e o comportamento sexual, corroboradas tanto pelas tecnologias modernas quanto pelos princípios tradicionais das ciências biológicas e humanas.

Trazem no subtítulo: Dados Científicos e Argumentação, o contexto já conhecido da “ideologia de gênero” que afirma, entre outros tantos posicionamentos, a indignação de que mulher e homem são construções sociais e culturais, logo não existem e que os seres humanos ao nascer, são “páginas em branco”, cujos dados são preenchidos pela sociedade. Seguem com citações de artigos acadêmicos e científicos que afirmam as diferenças entre o cérebro feminino e o masculino.

Citam Simone de Beauvoir, na célebre frase que já fez parte do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher", como justificativa para a incompreensão e a crueldade de quem crê que a sociedade poderá tornar uma mulher ou homem no que for melhor para ela e afirma que os “ideólogos de gênero” negam a genética e a fisiologia hormonal dos corpos.

Concluem o documento reafirmando os dados que mostram a força da biologia no desenvolvimento da auto identificação com o sexo ao qual cada pessoa pertence e o comportamento diferenciado de acordo com o sexo biológico. As citações são provenientes de diferentes áreas das ciências médicas como a genética, neurociência, fisiologia, anatomia, endocrinologia e embriologia.

O apelo derradeiro traz que “as escolas não são laboratórios e as crianças não são cobaias”. Afirmam que a “ideologia de gênero” não pode ser “ensinada” para crianças e adolescentes pela ausência de certezas e de evidências. Disponibilizam a comunidade médica e científica para questionamentos, para estudar no espaço acadêmico e com a devida ética.

Nos Estados Unidos, a AMB encontra apoio no *American College of Pediatricians* (ACPeds). A presidente da Associação, a médica Michelle Cretella e outros colaboradores publicaram em agosto de 2016 um texto intitulado: Ideologia de Gênero: estudo do *American College of Pediatricians*. No Brasil o texto foi divulgado e publicado pela Gazeta do Povo, pela primeira vez em português.

A ACPeds foi organizada por dissidentes da *American Academy of Pediatrics* (AAP). Os retirantes da AAP estavam descontentes com os rumos ideológicos da tradicional Academia de Pediatria. A ACPeds aponta e detalha a existência da “ideologia de gênero” e cita Kennedy Zucker, como a maior autoridade em questões de gênero e acredita que as crianças pré-adolescentes são mais beneficiadas quando ajudadas a alinhar uma possível inconformidade da identidade de gênero com o sexo biológico.

As agremiações estadunidenses apresentam diferenças consideráveis desde a constituição até os enfoques contrários quanto ao conceito da palavra gênero. Com 64.000 membros, fundada em 1930, a AAP inclui o uso de bloqueadores da puberdade para pessoas transexuais e transgêneras. A ACPeds, fundada em 2002, com 500 membros, nega a reatribuição da palavra gênero e o reconhecimento social das crianças e adolescentes transexuais e transgêneros/as.

O PARECER DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA E O POSICIONAMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Em 2012, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo solicitou esclarecimentos ao Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre a terapia hormonal em adolescentes travestis e transexuais, tendo em vista a informação recebida de que esses adolescentes fazem uso regular de hormônio de forma clandestina e a preocupação no Núcleo com os agravos importantes e permanentes à sua saúde.

O CFM respondeu, através do Parecer 08/2013, onde precisa ser assistido o adolescente com diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) e esclarece que a hormonioterapia deve ser aplicada, preferencialmente, nos primeiros sinais da puberdade. A recomendação de intervenção hormonal o mais precoce possível está ligada a supressão puberal e cita que o TIG no/a adolescente é provável que persista na idade adulta. Menciona a escassez de trabalhos publicados, mas cita um, de 2010, envolvendo 70 adolescentes com TIG e que todos assim permaneceram na idade adulta.

Em junho de 2017, o Departamento Científico da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) publicou o Guia Prático de Atualização sobre Disforia de Gênero (DG), que elucida a alteração da nomenclatura TIG para DG, a partir de 2013. O documento de dezoito páginas detalha o que é a DG ou incongruência de gênero, como se manifesta, como diagnosticar, os cuidados ao longo da vida, entre outros tantos esclarecimentos.

O guia pontua que na 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID10), de 1992, o transexualismo é categorizado como TIG, na 4ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de

Transtornos Mentais DSM-4, de 1994, a nomenclatura utilizada é TIG e que na 5ª edição, (DSM-5), publicado em 2013, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) reconhece as controvérsias relacionadas à sexualidade e cria uma categoria própria denominada DG.

Os/As médicos/as esclarecem o que é a DG ou a incongruência de gênero:

A identidade de gênero é uma categoria da identidade social e refere-se à autoidentificação de um indivíduo como mulher ou homem ou a alguma categoria diferente do masculino ou feminino. Pessoas cujas identidades de gênero não correspondem aos sexos biológicos atribuídos ao nascimento são nomeadas como transgêneros ou transexuais. Trata-se de um fenômeno heterogêneo que pode ganhar diferentes coloridos de acordo com a realidade psíquica, social e cultural de cada um (SBP, 2017, p. 2).

A SBP traz que a identidade de gênero tem início entre os dois e os três anos de idade. Explica que, na maioria das pessoas, o sexo biológico está em conformidade com a identidade de gênero e que, nas pessoas onde existe incongruência nestes dois fatores, o estresse, o sofrimento e o desconforto causados por essa discrepância é chamado de DG.

O documento revela que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2016:

A identidade de gênero se refere à experiência de gênero interna, profunda e pessoal de cada um, podendo ou não corresponder ao sexo de nascimento. A identidade de gênero existe dentro de um espectro, o que significa que compreende feminino, masculino e toda uma gama de variações e até de neutralidade entre ambos (SBP, 2017, p. 2).

O guia explicita e corrobora a situação da educação, afirmando que, embora exista uma maior “abertura” em relação ao tema, o bullying, a rejeição, a violência física, verbal, o ostracismo social afetam seriamente o bem-estar psicológico e muitas vezes causam ansiedade e depressão.

Os pais devem ser incluídos no acompanhamento pela dificuldade em lidar com o diagnóstico e auxiliar na transição de gênero, garantindo que haja amplas possibilidades para explorar sentimentos e comportamentos, por exemplo: apoio no uso de pronomes corretos, na manutenção de um ambiente seguro para a transição (na escola, no grupo de pares) e na comunicação com outras pessoas do cotidiano como também o uso de banheiro de acordo com o gênero identificado (SBP, 2017, p. 14).

A filósofa Judith Butler é citada no corpo do texto como escritora contemporânea que ressalta a sexualidade definida por uma ordem discursiva, que não é dada naturalmente. A citação chama a atenção, tendo em vista a oposição declarada dos movimentos conservadores aos seus pronunciamentos verbais e escritos em vários países.

As informações contidas no material revelam dados muito significativos para a educação, como, por exemplo: 85% das crianças da pré-escola que apresentam suspeita de DG voltaram a ficar satisfeitas com o seu sexo biológico, mas ressalta a possibilidade de uma tendência para

a orientação homossexual, quando a manifestação da DG ocorre na adolescência, a probabilidade é grande de manter-se na vida adulta.

A preocupação dos/as médicos/as que assinam o documento está voltada para a garantia da integridade física e psicológica das crianças e adolescentes e fica evidente em fragmentos como:

Nos (as) adolescentes, a inconformidade com o sexo biológico, evidenciada com as mudanças corporais da puberdade, pode desencadear problemas psicossociais. Dependendo do grau da incongruência e da forma como ela é socialmente acolhida, o quadro pode estar associado a algumas manifestações como ansiedade, depressão, tentativa de suicídio, automutilação e isolamento social. Estudos têm mostrado que tais sintomas podem se constituir como transtornos psiquiátricos maiores, que influenciam negativamente o prognóstico. Daí a importância de identificar o início destas alterações e solicitar o acompanhamento psicológico/psiquiátrico conjunto.

Sabe-se que os transtornos de humor, transtornos de personalidade, uso e abuso de drogas e ansiedade são mais frequentes entre sujeitos com o diagnóstico de disforia de gênero, quando comparados com a população geral. O comportamento suicida também é maior, independentemente da presença de qualquer comorbidade psiquiátrica. O risco, no entanto, aumenta ainda mais quando há associação com depressão, ansiedade, uso indevido de substâncias e fatores sociais como rejeição e discriminação dos pais.

Nesse sentido, deve-se sempre ter em mente que o estigma social associado, nomeado como “estresse das minorias”, repercute negativamente na qualidade de vida e saúde mental dos sujeitos (SBP, 2017, p. 4).

Como último item de esclarecimento, o guia traz o papel do pediatra perante o relato de uma criança ou adolescente que sente estar no corpo errado. Fica evidente o quanto a DG está inundada de preconceitos e o quanto eles afetam e interferem negativamente na vida destas pessoas. Reforça a responsabilidade do profissional em acolher integralmente a diversidade de quem busca auxílio, bem como seus familiares e reforça a garantia dos seus direitos, assim como dos demais cidadãos.

O USO DO NOME SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A APLICABILIDADE DO DIREITO ASSEGURADO

Em janeiro de 2018, foram homologados, o Parecer CNE/CP nº 14/2017, que normatiza nacionalmente o uso do nome social na educação básica e a Resolução CNE/CP nº 1/2018, que define o nome social de travestis e transgêneros nos registros escolares. No histórico encontramos a origem da solicitação que busca o princípio da igualdade jurídica e o reconhecimento social da diversidade sexual, cita dez vezes a expressão identidade de gênero ao longo do texto.

Em oito páginas, o Parecer dá uma aula jurídica sobre os direitos formais das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (LGBTI). Explicita o ato de cada

Unidade Federativa, o órgão expedidor, o ano em que foram exarados, como normatizam o nome social para maiores de 18 anos, para menores de 18 anos e para menores de 16 anos.

Ainda no histórico, o documento esclarece que o CNE convidou pesquisadores, ativistas e diferentes órgãos representativos sobre a temática para encontros e estudos:

O resultado desses encontros demonstra a prática discriminatória pela qual passa a comunidade LGBTI, no âmbito da escola brasileira, em função da onipresença do desrespeito, do preconceito, e da violência. Fatos, aliás, já apontados, dentre outros, pela Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016).

Se o nome social não aplaca todos os problemas de violência e discriminação na educação brasileira, acena, no entanto, para o respeito à diversidade sexual e à promessa de uma educação com menos evasão (BRASIL, 2017 p. 4).

No mérito, entre as inúmeras citações de documentos que asseguram o exercício dos direitos sociais e individuais, os relatores demonstram a necessidade de esclarecer o posicionamento do Pleno do Supremo Tribunal Federal quando, em 2011, foi questionado sobre a validade jurídica da união homoafetiva. O Ministro Celso de Mello, na época, pronunciou-se reforçando que ninguém pode ser privado de seus direitos e nem sofrer quaisquer restrições de ordem jurídica por motivo de sua orientação sexual.

Outro registro significativo que o Parecer traz é a possibilidade do uso do nome social no Enem, a partir de 2015 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), conforme o Edital nº 6, de 15 de maio de 2015. Na prova de 2017, 303 estudantes participaram utilizando o reconhecimento social em consonância com a identidade de gênero.

Na conclusão, o texto cita os PCN, em função de, desde a versão preliminar, em 1995, explicitar a Pluralidade Cultural e a Orientação Sexual como eixos transversais, advinda da visão preocupada com a sexualidade, após o surgimento do HIV/AIDS, na década de 1980. Relata também a expressão “diferentes orientações sexuais”, presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN-2010) e a Resolução do Conselho Federal de Psicologia, de março de 1999: “homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”.

Na conclusão, o Ministério Público do Paraná é citado como pioneiro em assegurar o direito à inclusão do nome social também aos menores de 18 anos e esclarece:

O respeito à diversidade, à dignidade da pessoa humana, aos direitos da criança e do adolescente e aos direitos educacionais, consagrados na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Plano Nacional de Educação advogam a possibilidade do nome social também para os menores de 18 anos, sem prejuízo, portanto, do desenvolvimento de campanhas educativas e outras medidas para combater a violência contra travestis,

transexuais e outras orientações sexuais nas escolas brasileiras (BRASIL, 2017, p.7-8).

O Conselho Pleno votou por unanimidade sobre o uso do nome social para maiores de 18 anos e, através da mediação dos pais, para os menores de 18 anos, por considerar que a restrição ao uso tem provocado graves consequências aos estudantes, aos familiares e à sociedade brasileira. A preocupação do CNE é oriunda dos elevados índices de violência e abandono escolar por todas as possíveis formas de discriminação e pretende, sejam minimizados, com a adoção do nome social e pelo respeito à identidade de gênero.

A já citada Resolução CNE/CP nº 1/2018 regulamenta a consulta dos ativistas LGBTI e dos estudantes que conclamam pela possibilidade do uso do nome social. Em cinco artigos, o CNE prolata a possibilidade do uso do nome social para travestis e transgêneros, nos registros da educação básica e dispõe:

Art. 1º Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares (BRASI, 2017, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos depreendidos nessa pesquisa denotam que a expressão “ideologia de gênero” serve como título do discurso que visa impedir os direitos da população LGBTI e age contrariamente à educação brasileira, que necessita conhecer, reconhecer e aprofundar a temática para a execução de políticas públicas voltadas ao acolhimento de todas as conformações familiares e de todos/as os/as estudantes.

A conscientização da condição inata do sexo biológico precisa chegar também à orientação sexual e à identidade de gênero, para a retirada do véu da “ideologia de gênero”. Essa narrativa é o disfarce de diversos preconceitos, dentre eles: contra as uniões homoafetivas, que nega a discriminação e a violência contra a mulher e a população LGBTI, que crê na orientação homossexual como “opção sexual”, passível de ser ensinada nas escolas, contra a igualdade de gênero nas brincadeiras de meninas e meninos.

O MEC mostra seu total desconhecimento e, na pior das hipóteses, a execrada preocupação em manter os/as deputados/as e senadores da Frente Parlamentar Evangélica como aliados políticos quando altera a BNCC e, poucos dias depois, homologa o uso do nome social nas escolas. A Resolução do uso do nome social não consta na pauta

conservadora pelo desconhecimento da ligação entre a garantia desse direito e a “ideologia de gênero”.

Os termos podem ter sido retirados do PNE, conseqüentemente dos planos estaduais, municipais e da BNCC, mas a consciência e a necessidade incessante do auto-conhecimento jamais deixarão de fazer parte da vida dos indivíduos LGBTI. As dúvidas permanecem latentes ou desveladas entre suas famílias, na escola e na sociedade como um todo, desde a primeira manifestação não-heterossexual e/ou não-cisgênera.

Os direitos e objetivos de aprendizagem estabelecidos na BNCC ficam garantidos e associados à conclusão do ensino fundamental em 9 (nove) anos, prevista no PNE, quando está assegurado aos/às estudantes um ambiente propício e acolhedor que fomente o princípio da equidade e contribua veementemente para uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

O direito constitucional de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola já garante o acolhimento de todos/as. Quando os Acórdãos do Supremo Tribunal Federal, dispõem, no julgamento conjunto, de 2011, o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família e a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, garante às pessoas do mesmo sexo o direito ao casamento civil, corrobora as diferentes conformações familiares provenientes desses relacionamentos.

As pessoas homofóbicas, lesbofóbicas ou transfóbicas, as preconceituosas por desconhecimento, os/as governantes, assim como todos/as os/as interessados/as em desmerecer uma pauta dita como “de esquerda”, sentem, cada um no seu momento, a urgência em aprofundar-se na temática, tanto pela necessidade enquanto gestor público quanto pelo sofrimento gerado pela convivência e pela manutenção de um discurso cada vez mais vazio, numa sociedade que busca e tem a acesso à informação.

Ao tempo em que se efetiva e respeita o uso do nome social, mais distantes precisarão ser mantidos os discursos presentes nas abordagens da educação sexual nominadas por Furlani, (2011, p. 15 e 19) como religioso-radical, descrita anteriormente, a terapêutica: quando busca causas explicativas para as vivências sexuais consideradas “anormais” e a biológica-higienista: “por manter inquestionáveis as premissas do determinismo biológico considera as diferenças entre homens e mulheres decorrentes dos atributos corporais”.

À educação não cabe a interpretação de entidades como a AMB sobre o determinismo biológico. A educação precisa trabalhar com a realidade social, também presente na sala de aula. Todas as pessoas são acolhidas na escola, com ou sem nome social, fazendo uso indiscriminado ou em processo orientado pelos pares da SBP para o bloqueio hormonal e a consequente assunção da expressão do gênero psíquico.

A educação precisa proteger as políticas públicas de acesso e permanência contra os interesses político-partidários, a desinformação e o preconceito. Órgãos como o Ministério Público Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil já se pronunciaram e, paulatinamente, o conhecimento científico aplicável à educação, como o enunciado pela SBP, chega às instituições de ensino.

A escola procede ao acolhimento na medida em que respeita a pessoa transgênera. O respeito pressupõe o entendimento da utilização do banheiro referente a sua expressão de gênero e o emprego solicitado do nome social acompanhado do respectivo pronome pessoal. Em geral, “ela” às pessoas que utilizam indumentária e acessórios femininos, da mesma forma, “ele” para as pessoas com a indumentária e acessórios masculinos, independente do sexo biológico.

A Resolução CNE/CP 2 de 22 de dezembro de 2017 esclarece, no artigo 7º, a parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais, segundo normas complementares estabelecidas pelos órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino como complementação da BNCC, que é referência obrigatória, e endossa, no seu parágrafo único:

Os currículos da Educação Básica, tendo como referência a BNCC, devem ser complementados em cada instituição escolar e em cada rede de ensino, no âmbito de cada sistema de ensino, por uma parte diversificada, as quais não podem ser consideradas como dois blocos distintos justapostos, devendo ser planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado (BRASIL, 2017p. 6).

Despender um olhar acolhedor, compreensivo e dedicado pressupõe o reconhecimento dos aspectos biológicos, culturais, sociais e políticos presentes no vasto espectro das expressões de gênero. As divergências, rupturas e discordâncias técnicas, políticas e científicas não cabem no cenário da permanência do/a estudante na escola e, conseqüentemente, na conclusão de cada etapa, na idade certa.

A distância existente entre o discurso conservador e a aplicabilidade do direito ao uso do nome social pode ser minimizada na elaboração da parte diversificada dos currículos escolares, proporcionando gradativamente à sociedade a conquista de cidadãos conhecedores e merecedores de um coletivo mais justo e equânime, capaz de realmente respeitar a diversidade sexual e de gênero.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F.L. **Biologia e Gênero na Escola:** um diálogo marcado por reducionismo, determinismo e sexismo. Curitiba, PR: Apris, 2016.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 19 jan. 2018

_____. Ministério da Educação. Nota Pública Diversidade Cultural e de Gênero. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=20721-nota-publica-sobre-ideologia-genero-01-09-pdf&category_slug=setem_bro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em 09 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-construcao-da-base>. Acesso em: 21 jan. 2018.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base-em-movimento/noticias>. Acesso em 21 jan. 2018.

_____. Parecer CNE/CP N. 14/2017. Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Resolução CNE/CP 2 de 22 de dezembro de 2017 (2017). Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. Resolução CNE/CP 1/2018 de 19 de janeiro de 2018 (2018). Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 jan. 2018.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula:** Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte, MG: Ed. Autêntica, 2011.

LOURO, G.L.(1999). **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes.

SCOTT, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol.20, nº 2, jul./dez.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Guia Prático de Atualização – Disforia de Gênero. Disponível em: http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/19706c-GP_-_Disforia_de_Genero.pdf. Acesso em: 23 jan. 2018.

6. CAPÍTULO VI

O NOME SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ABORDAGENS SOBRE GÊNERO NA ESCOLA



ATIVO	ARQUIVO
3285	01-06

Submetido na Revista Interfaces da Educação em 06/01/2019

ISSN: 2177-7691

Mato Grosso do Sul/MS

Brasil: 2019.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/author>

RESUMO

Esse trabalho tem por finalidade analisar o impacto do direito ao uso do nome social por transgêneros nos registros escolares. Nesse contexto, apresenta-se uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, cunho documental e bibliográfico que perpassa os atos exarados pelo Conselho Nacional de Educação, as diferenças conceituais da transgeneridade sob a ótica da Associação Americana de Psiquiatria, da Sociedade Brasileira de Pediatria e da Organização Mundial de Saúde e pondera sobre a repercussão e a resistência na aplicação do Programa Escola sem Homofobia, elaborado em 2004. Os resultados apontam para a necessidade de transmutação do conhecimento empírico sobre a diversidade sexual e de gênero através de formação ampla e irrestrita, baseada dos Estudos de Gênero e nas Neurociências, direcionada aos profissionais que atuam nas escolas, como forma de reverberar o conhecimento e minimizar o preconceito que interfere num espaço que precisa ser de hegemonia do acolhimento, da escuta e da equidade.

Palavras-chave: nome social; formação; conhecimento.

THE SOCIAL NAME IN BASIC EDUCATION: GENDER APPROACHES IN THE SCHOOL

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the impact of the right to the use of the social name by transgenders in school records. In this context, we present a qualitative research, of an applied nature, documental and bibliographical character that perpasses the acts written by the National

Council of Education, the conceptual differences of the transgender concept from the perspective of the American Association of Psychiatry, of the Brazilian Society of Pediatrics and of the World Health Organization and discusses the repercussion and resistance in the implementation of the School Without Homophobia Program, prepared in 2004. The results point to the need to transmute empirical knowledge about sexual and gender diversity through broad and unrestricted Gender Studies and Neurosciences, aimed at professionals working in schools, as a way to reverberate knowledge and minimize prejudice that interferes in a space that needs to be hegemony of reception, listening and equity.

Keywords: social name; formation; knowledge.

INTRODUÇÃO

O Brasil carrega índices depreciativos nos marcadores sociais, desrespeita os direitos humanos com atos bárbaros, desconsidera os apontamentos dos documentos norteadores da educação nacional sobre o respeito à diversidade e vem ampliando o número de legisladores/as e asseclas que desconsideram a prevalência da Constituição Federal como única base legal para discussão nos espaços públicos.

A educação precisa enaltecer a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. A temática da diversidade sexual e de gênero revela posicionamentos polêmicos que invariavelmente pretendem ajuizar o que ver, assistir, visitar, aprender e ensinar e os limites do preconceito que o legislativo e a sociedade como um todo carecem exercer para cumprir as prerrogativas urgentes da educação.

Na educação básica, o aprofundamento sobre os sistemas do corpo humano: cardiovascular, endócrino, respiratório, digestório, nervoso, sensorial, endócrino, excretor, urinário, esquelético, muscular, imunológico, linfático ou tegumentar é útil e necessário. Quando o estudo é direcionado para os órgãos do sistema reprodutor/genitor, muito embora sempre seja conteúdo curricular em anos pontuais da formação do/a estudante, no século XXI, também passa a ser questionado.

A forma de abordagem da mídia ao insuflar a opinião pública, o posicionamento de alguns/mas pastores/as, padres, médicos/as e legisladores/as, somados ao desconhecimento sobre a temática e ao preconceito enraizado e propagado, faz pensar sobre a desinformação, o desconhecimento, o preconceito, a homofobia e os interesses político-partidários e reportam a Morin (2000, p. 25) sobre as cegueiras paradigmáticas, quando escreve “os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles”.

O confronto marcado pela disputa no Congresso Nacional, em 2014, generalizou a escrita do artigo 2º, inciso III da Lei 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e revelou a importância da superação das desigualdades educacionais, embora tenha substituído

“com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, por “com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

As estratégias contidas nas metas do PNE propostas na Conferência Nacional de Educação (Conae) tornam pública a retirada do registro escrito das expressões orientação sexual e identidade de gênero e impedem o detalhamento dos procedimentos e prazos a serem aplicados em cada etapa da educação para a efetivação da erradicação da discriminação, assegurada no corpo da Lei. O fato da pressão ter logrado êxito na esfera federal, possibilitou às Assembleias Legislativas e às Câmaras de Vereadores impor como obediência.

A heteronormatividade, entendida como a descrição “a norma é ser heterossexual”, traz o esclarecimento de orientação sexual como “a capacidade de atração emocional, afetiva ou sexual”, passa pelo conceito de cisgênero como o indivíduo “que apresenta consonância entre o sexo biológico e a identidade de gênero”, sendo contrário à palavra transgênero, definida como “sexo biológico diferente da identidade de gênero” (ALGBT, 2016, p. 18, 73 – 75).

O alicerce da heteronormatividade está na compreensão errônea de que as pessoas escolhem a sua orientação sexual e precisam aprender que o “normal é ser heterossexual”. A cisgeneridade, compreendida como a identidade de gênero em sintonia com o sexo biológico, é vista como regra social do legado da padronização do pensamento que homens devem vestir-se e comportar-se com padrões definidos para eles e as mulheres também.

Assim, os códigos sociais de vestuário (dress codes), junto com medidas disciplinares legais relacionadas a desempenho de gênero, restringem enormemente o âmbito de ação individual aumentando a pressão sobre as pessoas para que elas se ajustem aos padrões de aparência e comportamento de gênero (LANZ, 2017 p. 95).

O patamar das discussões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual leva a supor que as pessoas não compreendem que esse conhecimento é intrínseco ao respeito e ao reconhecimento da transgeneridade, iniciado através do uso do nome social. A afronta provocada pela palavra gênero no mesmo ambiente que se pretende assegurar direitos da população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais) é um despropósito que inicia no desconhecimento.

Desde 2006, o Ministério da Saúde garante o uso do nome social nos prontuários de atendimento por meio da Carta dos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2010, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Portaria nº 233, assegura às travestis e transexuais o mesmo direito, no âmbito Federal. Em 2011, o Ministério da Educação (MEC), na Portaria nº 1.612, de 2011, adota procedimento análogo nos seus atos e procedimentos. Após, em 2016, o Decreto Federal nº 8.727, regulamenta o uso do nome

social e o reconhecimento da identidade de gênero em órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM), embora somente em 1990 a Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) tenha publicado a versão 10 da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), sem o termo na lista. Em 2018, chegou a vez da transgeneridade. A identidade de gênero, distinta do sexo biológico designado ao nascer, não se caracteriza mais como transtorno mental, ainda que o CID-11 assegure a presença do termo na classificação para garantir políticas públicas necessárias para algumas pessoas não-cisgêneras.

A garantia dada ao uso do nome social intenciona minimizar todo e qualquer constrangimento ou situação vexatória pela qual passa uma pessoa que se apresenta como homem e tem nome de mulher, ou vice-versa. A incidência de preconceito e discriminação coloca a população LGBTI no topo da pirâmide do desrespeito aos direitos fundamentais. O uso do nome social é um fator significativo de afirmação de gênero que pode auxiliar no acesso e na permanência dessa população na escolarização e, posteriormente ou concomitantemente, no mercado de trabalho.

O presente texto visa analisar o impacto do direito ao uso do nome social pelas pessoas transgêneras nos registros escolares num cenário de aversão à palavra gênero. Busca, também, refletir sobre as divergências conceituais entre o Guia Prático de Atualização sobre Disforia de Gênero, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM V, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 e analisa o conteúdo do Programa Escola sem Homofobia, nominado de “kit gay” pelos deputados da bancada evangélica.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo apresenta-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, cunho documental e bibliográfico que perpassa os atos exarados pelo Conselho Nacional de Educação, em especial sobre a aplicabilidade do Parecer CNE/CP nº14, de 2017 e da Resolução CNE/CP nº 01, de 2018, que tratam do uso do nome social na educação básica, a visão de diferentes setores da medicina, a intencionalidade e a repercussão do Programa Escola sem Homofobia.

A revisão bibliográfica está embasada na análise conceitual de autores como Morin (2001), Herculano-Houzel (2005), Bear, Connors e Paradiso (2008), Bento (2014), Cruz, (2014), Lanz (2014), Borrillo (2015) e Muotri (2017).

RESULTADOS

A implementação e a efetivação de ações voltadas para a garantia de direitos constitui uma política pública. Esse é o caso do “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual elaborado em estreita articulação com o movimento social LGBT e outras forças sociais e políticas”, Brasil (2004, p. 8). No entendimento do governo da época, em meados de 2004, a escola não pode favorecer a produção, reprodução e naturalização da homofobia, tanto em conteúdos disciplinares quanto nas interações cotidianas que ocorrem no seu interior e são extensivas ao ambiente doméstico.

Os esforços envidados na formação docente inicial ou, na ausência dela, na formação continuada sobre a diversidade sexual e de gênero, possibilita o esclarecimento e dá ao professor a oportunidade de refletir sobre suas crenças, valores, discursos e ideologias.

Acredito que na formação, as professoras necessitam ter a oportunidade de problematizar seus discursos, suas crenças, seus valores, suas subjetividades, buscando uma formação que contribua para uma sociedade menos sexista, racista, misogínica e homofóbica, colaborando para ruptura das relações de poder e dominação de culturas negadas (CRUZ, 2014, p. 30).

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de transmutação de conceitos através de formação ampla e irrestrita, iniciando pelo conceito de nome social, como processo para reverberar o conhecimento e minimizar o preconceito que interfere num espaço que precisa ser de hegemonia do acolhimento, da escuta, da equidade, direcionado aos profissionais que atuam nas escolas, através de políticas públicas já elaboradas e divulgadas, porém impossibilitadas de efetivação, como ocorreu com o Programa Escola sem Homofobia, nominado de “kit gay”.

OS ATOS EXARADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A APLICABILIDADE DO USO DO NOME SOCIAL

O Parecer CP/CNE nº 14/2017, normatiza o uso do nome social, votado por unanimidade, também para os menores de 18 anos, através da mediação dos pais, considera que a restrição ao uso, tem provocado graves consequências aos estudantes, aos familiares e à sociedade brasileira. Os elevados índices de violência e abandono escolar por todas as possíveis formas de discriminação fundamentam a preocupação do órgão normativo, que pretende sejam minimizados com o documento.

O citado Parecer traz, no histórico, todo o movimento social para a garantia dos direitos da população LGBTI correlacionado à cronologia da busca por igualdade jurídica e reconhecimento. Organiza um quadro síntese por Unidade Federativa quanto aos atos

normativos, o ano de aprovação, a manifestação na distinção entre maiores de 18 anos, adolescentes entre 16 e 18 anos, menores de 16 anos e traz:

Ao contrário, avolumam-se as estatísticas de violência e abandono da escola em função de *bullying*, assédio, constrangimento, preconceito, além de outras formas de discriminação, que podem ser minimizadas pela adoção do nome social e pelo respeito à identidade de gênero desses estudantes.

O respeito à diversidade, à dignidade da pessoa humana, aos direitos da criança e do adolescente e aos direitos educacionais, consagrados na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Plano Nacional de Educação advogam a possibilidade do nome social também para os menores de 18 anos, sem prejuízo, portanto, do desenvolvimento de campanhas educativas e outras medidas para combater a violência contra travestis, transexuais e outras orientações sexuais nas escolas brasileiras (BRASIL, 2017, p. 7-8).

A Resolução CNE/CP nº 1/2018, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares, homologada em janeiro de 2018, revela a necessidade de fundamentar conceitualmente o quadro profissional das escolas para a garantia do direito adquirido. São quatro artigos que dão sustentação à ementa, tendo em vista que o último apenas cumpre o ofício de afirmar que a entrada em vigor é na data da publicação do ato.

Art. 1º Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares (Brasil, 2018, p.1).

O segundo artigo da Resolução acima institui “a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica”. Ao resguardar esse direito no apontamento escrito, as escolas precisam avaliar e garantir uma convivência respeitosa, acolhedora, que afiance a prática do reconhecimento das identidades de gênero e que (re)conheça cisgêneros, transgêneros e agêneros.

O terceiro e o quarto artigos da Resolução são complementares com relação à explanação dos requisitos para o direito ao uso do nome social conforme a faixa etária, inovam e esclarecem a necessidade dos alunos com menos de 18 (dezoito) anos:

Art. 3º Alunos maiores de 18 (dezoito) anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento sem a necessidade de mediação.

Art. 4º Alunos menores de 18 (dezoito) anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus representantes legais, em conformidade com o disposto no artigo 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2018, p. 2).

Ao considerar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma proposta de currículo já aprovada, que deixa de lado todas as proposições e sugestões de milhares de

profissionais da educação no que tange à diversidade sexual e de gênero, faz pensar que a temática precisará ser referendada na parte diversificada dos currículos, a ser elaborada e normatizada pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.

A Resolução que aprova a BNCC, do CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, traz, no seu artigo 22, que o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborará normas específicas sobre orientação sexual e identidade de gênero, dando voz e entendimento ao significado e importância das expressões, porém protelando uma manifestação urgente pela demanda social de respeito e imprescindível pelo desconhecimento das particularidades e necessidades das pessoas travestis, transexuais e transgêneras.

A organização dos registros escolares respeitando a identidade de gênero pressupõe algumas compreensões como: a predisposição de uma identidade de gênero diferente do sexo biológico antes do nascimento, a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, a realidade da discriminação sofrida pelos/as estudantes LGBTI nas escolas brasileiras, o impacto positivo que o respeito e o reconhecimento através do nome social podem representar em suas vidas, entre outros.

A preocupação com a diversidade sexual e de gênero é concernente aos valores democráticos do Brasil, como país signatário em compromissos nacionais e na assinatura em diversos acordos internacionais de direitos humanos, porém, assegurar o direito ao uso do nome social necessita cuidado para que essa garantia não seja uma forma de burlar, de empulhar um reconhecimento que estará avalizado tão somente ou nem mesmo, nos registros escolares.

Ao normatizar o uso do nome social também para menores de dezoito anos, num contexto de total desconhecimento sobre a matéria, nos reportamos ao que afirma Bento (2014, p. 166), “a votação/aprovação de leis que garantem conquistas para os excluídos (econômicos, dos dissidentes sexuais e de gênero) são feitas a conta-gotas, aos pedaços. E assim se garante que os excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos”.

A aplicabilidade do direito ao uso do nome social está intrinsecamente relacionada ao conhecimento de todas as pessoas que cercam as pessoas transgêneras. Ao disciplinar na ementa da Resolução CNE/CP nº 01/2018 sobre “travestis e transexuais”, o CNE já remonta ao (des)entendimento conceitual das expressões tanto pela ótica da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) quanto pelos Estudos de Gênero.

UMA ANÁLISE CONCEITUAL SOBRE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS/AS

As discussões que precisam partir da ciência e, em certos momentos, em especial nas casas legislativas, são pautadas na compreensão pessoal de extratos da Bíblia Sagrada, merecem dedicação, comprometimento, estudos direcionados aos conceitos outrora postergados e que urgem numa sociedade com artistas agêneros/as, médicos/as homossexuais, jornalistas bissexuais, jogadores/as transexuais, estudantes transgêneros/as, ex-alunas travestis, entre outras tantas possibilidades que a diversidade sexual e de gênero pode proporcionar.

Algumas distinções conceituais dão à identidade não-cisgênera enfoques que merecem atenção e reconhecimento para que o respeito seja efetivado nos espaços escolares e, consequentemente difundido aos demais meios sociais. O DSM V traz sobre o tema:

Disforia de gênero, como termo descritivo geral, refere-se ao descontentamento afetivo/cognitivo de um indivíduo com o gênero designado, embora seja definida mais especificamente quando utilizada como categoria diagnóstica. Transgênero refere-se ao amplo espectro de indivíduos que, de forma transitória ou persistente, se identificam com um gênero diferente do de nascimento. Transexual indica um indivíduo que busca ou que passa por uma transição social de masculino para feminino ou de feminino para masculino, o que, em muitos casos (mas não em todos), envolve também uma transição somática por tratamento hormonal e cirurgia genital (cirurgia de redesignação sexual) (DSM V, 2014, p. 451-452).

A definição do DSM V entra em choque com o conceito das identidades não-cisgêneras da SBP que, em 2017, publicou o Guia Prático de Atualização sobre Disforia de Gênero. O documento, de dezoito páginas, detalha o que é a Disforia de Gênero (DG) ou incongruência de gênero, como se manifesta, como diagnosticar, os cuidados ao longo da vida e, entre outros tantos esclarecimentos, define transgêneros:

Assim como transexual, o termo se refere às pessoas que não se identificam com o gênero atribuído a elas no nascimento. De acordo com os especialistas, é a palavra universal de identificação para pessoas “trans” e também não está necessariamente ligada à cirurgia de redesignação sexual (SBP, 2017, p. 15).

Enquanto o grupo de trabalho da Associação Americana de Psiquiatria que se debruçou sobre Transtornos Sexuais e da Identidade de Gênero, na elaboração do DSM V e o Departamento Científico da SBP esclarece a DG, as escolas precisam esclarecimentos satisfatórios no combate à evasão escolar e pouco contribuem os textos divergentes, também sobre travestis. O DSM V denomina o Transtorno Transvéstico e assim define:

O transtorno transvéstico ocorre em homens (raramente em mulheres) adolescentes e adultos heterossexuais (ou bissexuais) para os quais o comportamento de travestismo (cross-dressing) produz excitação sexual e causa sofrimento e/ou prejuízos sem colocar em discussão seu gênero primário. Ocasionalmente, esse transtorno é acompanhado de disforia de gênero. Um indivíduo com o transtorno transvéstico que também tem disforia de gênero clinicamente significativa pode receber os dois diagnósticos (DSM V, 2014, p. 459).

A SBP cumpre o papel coerente com a realidade e com a necessidade educacional quando traz à tona o conceito de travesti:

É uma expressão de gênero que difere daquela que foi designada à pessoa no nascimento. O indivíduo assume, portanto, um papel de gênero diferente daquele imposto pela sociedade. Na maioria de suas expressões, manifesta-se em pessoas designadas do sexo masculino no nascimento, mas que objetivam a construção do feminino, podendo incluir ou não procedimentos estéticos e cirúrgicos. A categoria travesti é mais antiga que a categoria transexual, por isso é mais utilizada, no entanto, é marcada pelo preconceito, já que o sentido empregado é, em grande parte das vezes, pejorativo (SBP, 2017, p. 15).

As distorções conceituais não ficam apenas nos documentos básicos da saúde já citados, nos Estados Unidos, o *American College of Pediatricians* (ACPeds) publicou, em agosto de 2016, um texto intitulado: *Ideologia de Gênero: estudo do American College of Pediatricians*. No Brasil, o texto foi publicado e divulgado pela *Gazeta do Povo*, pela primeira vez em português.

A ACPeds foi organizada por dissidentes da *American Academy of Pediatrics* (AAP). Os retirantes da AAP estavam descontentes com os rumos ideológicos da tradicional Academia de Pediatria. A ACPeds aponta e detalha no citado texto, a existência da “ideologia de gênero” e retrata os dizeres de Kennedy Zucker, como a maior autoridade em questões de gênero e presidente do grupo de estudos que elaborou o DSM V sobre Transtornos Sexuais e da Identidade de Gênero:

A discussão sobre o tratamento a dar a crianças com DG é sobretudo de natureza ética: ela diz respeito tanto à visão de mundo do médico quanto à ciência. A medicina não ocorre em um vácuo moral; toda ação ou inação terapêutica é fruto de um julgamento moral de alguma espécie que nasce da visão de mundo filosófica do médico. A medicina tampouco ocorre em um vácuo político, e estar do lado errado da política sexual pode encerrar consequências graves para indivíduos que defendem a posição politicamente incorreta.

A título de exemplo, o Dr. Kenneth Zucker, reconhecido há muito tempo como a maior autoridade em questões de gênero em crianças, também é e sempre foi defensor dos direitos dos gays e transgêneros.

Contudo, para a grande consternação dos ativistas adultos em favor dos transgêneros, Zucker acredita que as crianças pré-adolescentes com disforia de gênero são mais beneficiadas quando as ajudamos a alinhar sua identidade de gênero com seu sexo anatômico (CRETELLA, 2016, p. 4).

As instituições estadunidenses citadas apresentam diferenças consideráveis desde a constituição até os enfoques contrários quanto ao conceito da palavra gênero. Com 64.000 membros, fundada em 1930, a AAP inclui o uso de bloqueadores da puberdade para pessoas transexuais e transgêneras. A ACPeds, fundada em 2002, com 500 membros, nega a reatribuição da palavra gênero e o reconhecimento social das crianças e adolescentes transexuais e transgêneros/as.

Em 2017, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT publicou a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016, apresentando análises e resultados, obtidos virtualmente, das experiências em instituições educacionais com 1.016 adolescentes e jovens LGBT brasileiros de 13 a 21 anos, concomitantemente no Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Colômbia. Objetivou reunir subsídios para fundamentar políticas públicas que visam fazer das escolas ambientes mais seguros. Nas respostas, o relatório traz níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas que ocasionam baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão. A pesquisa traz definições assim elencadas:

Transgênero: Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções medicocirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída.

Travesti: Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. No caso de pessoas travestis com identidade de gênero feminina, muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (ALGBT, 2016, p. 32).

Os Estudos de Gênero, como campo de pesquisa interdisciplinar e acadêmica, procuram compreender as relações de gênero como feminino, transgênero e/ou masculino. Apresentam “gênero” como um conceito social, oriundo das ciências humanas. Tiveram início nos Estados Unidos, com o desenvolvimento dos estudos feministas e pós-estruturalistas na década de 1960, a partir das influências de Judith Butler e Michel Foucault.

O entendimento de transgênero abarca, nos Estudos de Gênero, todas as possibilidades das pessoas não-cisgêneras, mais comumente reconhecidas como travestis, transexuais ou transgêneras. Pode remeter também a autodenominações que respeitam o entendimento de cada vivência individual, como: dragqueens/dragkings, bigêneros, pangêneros, pós-gêneros, genderbenders, genderfuckers, neuhalf, travestis fulltime, crossdressers, andróginos, transformistas, crossplayers, eunucos, hijras, kathoey, entre muitas outras nomenclaturas de gênero.

A representação da diversidade de gênero nas denominações acima deve considerar a fundamentação científica. Pesquisas realizadas em áreas relacionadas às Neurociências, como a de um estudo holandês, publicado em 2000, relatado por Herculano-Houzel (2005), indica o

que chama de biologia do cérebro, quando, ao examinar o cérebro de 42 pessoas, entre elas homens e mulheres heterossexuais, homossexuais e transexuais aponta que mais ou menos neurônios em uma determinada estrutura determinam o sentir-se homem ou mulher.

As neurociências, segundo Bear, Connors e Paradiso (2008), podem ser organizadas em ordem ascendente de complexidade com diferentes níveis de análise em: moleculares, celulares, de sistemas, comportamentais e cognitivas. Cada uma delas contribui com embasamentos teóricos de diferentes autores que atribuem cientificidade à temática diversidade sexual e de gênero, contribuem para a despatologização, bem como para a desconstrução da transgeneridade como influência do meio, afinal, “o pouco que se sabe sobre o cérebro transgênero vem de pesquisas feitas com ressonância magnética, sugerindo sutis alterações estruturais no córtex e em conexões nervosas” (MUOTRI, 2017, p. 341).

O PROGRAMA ESCOLA SEM HOMOFOBIA E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NA ESCOLA

Em 2004, o Governo Federal lançou o Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, financiado pelo Ministério da Educação através de recursos aprovados por Emenda Parlamentar da Comissão de Legislação Participativa. O material específico, sugerido no Programa, ficou pronto em 2011, para distribuição nas instituições do país, foi alvo de duras críticas dos setores conservadores da sociedade civil e do Congresso Nacional, que impediram a sua circulação.

O Projeto Escola sem Homofobia visa contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro. Essa contribuição se traduz em subsídios para a incorporação e a institucionalização de programas de enfrentamento à homofobia na escola, os quais pretendemos que façam parte dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino do Brasil. Dessa maneira, o Projeto Escola sem Homofobia vem somar-se aos legítimos esforços do governo em priorizar, pela primeira vez na história do Brasil, a necessidade do enfrentamento à homofobia no ambiente escolar (BRASIL, 2004, p. 9).

No texto introdutório é possível identificar a preocupação dos autores com a diferença entre comunicar e informar e vão buscar “Os sete saberes necessários para a educação do futuro”, de Morin (2001), para afirmar que “é preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido”, exatamente o que tornou o material abominável e uma verdadeira bandeira que, indireta e efetivamente, estimula a homofobia.

Acusado de estimular o “homossexualismo e a promiscuidade”, o Programa foi alcunhado de “Kit gay” e teve sua distribuição suspensa pelo governo. O investimento de mais

de 1,9 milhão de reais foi resgatado parcialmente, quatro anos depois, pela ABGLT que participou da elaboração e decidiu divulgar o material que apresenta o Caderno sem Homofobia, uma série de seis boletins (Boleshs), três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação.

O Caderno sem Homofobia elenca subtítulos de caráter elucidativo, contendo situações problematizadoras sobre a gama de mitos e tabus que escondem o conhecimento sobre o assunto:

Os textos aqui reunidos combinam, ao pensar a educação, o conhecimento, a escola e o currículo a serviço de um projeto de sociedade democrática, justa e igualitária – uma sociedade regida pelo imperativo ético da garantia dos direitos humanos para todas e todos. Assim, também entendemos que é papel de todas e todos que convivem no ambiente escolar assumir o desafio de perceber de que modo a homofobia funciona para manter a discriminação de pessoas que, de alguma maneira, não se conformam às convenções de gênero e de sexualidade (BRASIL, 2004, p.13).

Os três subtítulos referem: Desfazendo a confusão (gênero, diversidade sexual, homofobia e a luta pela cidadania LGBT), Retratos da homofobia na escola (preconceitos e estereótipos, a homofobia na escola: o que dizem algumas pesquisas, a homofobia no currículo escolar, práticas e espaços escolares, para enfrentar a homofobia: rever práticas, espaços e suas intencionalidades e o currículo e a transversalidade: a inclusão dos temas sociais na escola) e A diversidade sexual na escola (caminhos para uma escola sem homofobia, projeto político-pedagógico e diversidade sexual na escola, plano de ação: uma escola sem homofobia).

A metodologia apresentada busca retirar a heterossexualidade da única possibilidade de os sujeitos viverem suas sexualidades. As dinâmicas de trabalho subsidiam práticas pedagógicas para a reflexão e posteriores mudanças. Através de uma situação disparadora, seguida de texto para a discussão do eixo temático, conceitos e considerações críticas que desafiam para o enfrentamento da homofobia no ambiente escolar, apresenta técnicas com dinâmicas de implantação e procedimentos para a organização de atividades práticas, tem como objetivo exercitar a capacidade reflexiva dos/as participantes e nos comentários finais, alguns pontos de reflexão que visam sistematizar o conteúdo discutido.

As dinâmicas incluídas neste Caderno funcionam como sugestões de atividades que poderão ser realizadas com: as/os professoras/es; o conjunto de profissionais que trabalham na escola; estudantes nas salas de aula; familiares; e com a comunidade do entorno da escola. Vale, ainda, salientar que os debates possivelmente suscitados por essas dinâmicas estão impregnados das relações afetivas e de convivência que de forma alguma podem ser desconsiderados pela escola como conteúdos importantes de serem trabalhados, entre eles a cooperação, a solidariedade, o trabalho em grupo, o respeito e a ética (BRASIL, 2004, p. 12).

A aplicabilidade desse material com os/as profissionais da escola antevê o trabalho com os/as estudantes, tendo em vista a importância do conhecimento para credibilidade na temática.

As demonstrações acirradas de pânico diante da aceitação da homossexualidade e da transexualidade esclarece o teor, o grau de aprofundamento e a gravidade da homofobia (lgbtifobia) presentes nos diferentes meios sociais.

O/A docente, bem como qualquer profissional ou cidadão/ã, procede ao acolhimento de uma pessoa transgênera na medida em que a respeita. O respeito pressupõe apoiar a utilização do banheiro concernente a sua identidade de gênero, chamar pelo nome social ou como é solicitado e empregar os respectivo artigos e pronomes. O emprego de “as travestis” exemplifica a utilização coerente dos artigos definidos e deve ser estendida aos artigos indefinidos e demais pronomes em conformidade com a indumentária e acessórios, independente do sexo biológico.

Ao proporcionar momentos de conversa sobre diversidade sexual e de gênero é possível identificar a força da heteronormatividade e da cisnormatividade nos/as que se disponibilizam a dialogar, uma vez que algumas pessoas se negam até mesmo a parar para ouvir sobre o assunto. Os avanços e desafios que a sociedade tem alcançado partem de programas televisivos e vídeos disponíveis na internet e que chegam à escola muitas vezes em questionamentos velados.

A ALGBT ficou com o material, uma vez que foi uma das organizações da sociedade civil que fez parte da elaboração do material que contou com a orientação técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação e com o apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Durante a aprovação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, o material foi incontáveis vezes citado, sempre com a alcunha de “kit gay”, como disseminador da “ideologia de gênero”, expressão que vem dando destaque ao movimento “Escola Sem Partido”, coincidentemente, ou não, iniciado no mesmo ano do programa Brasil sem Homofobia, em 2004, o que nos permite inferir que o duelo não poderia ser instaurado contrariando o combate a homofobia, mas investindo contra o partido que estava no poder para, paralelamente acertar num tema pouco esclarecido e coroadado de muito preconceito na sociedade.

Durante o período eleitoral de 2018 o material foi citado inúmeras vezes num processo acirrado e polarizado sem que a maioria da população soubesse do que se tratava, inclusive com a divulgação de um livro em rede nacional e horário nobre que nunca fez parte do Projeto Escola sem Homofobia e nem mesmo foi distribuído pelo MEC. Em novembro de 2018, após o segundo turno das eleições presidenciais, a Pesquisa IDEIA Big Data/Avaaz foi divulgada e revelou que 83,7% dos eleitores do presidente eleito acreditaram na informação de que seu

opositor, distribuiu o chamado “kit gay” para crianças em escolas, quando era Ministro da Educação.

Dentre os maiores fatores de perturbação citados pelos contrários ao Programa estão a dificuldade de compreender o conceito gênero, ao que o material elucidada:

Desse modo, o conceito de **gênero** também nos ajuda a compreender que essa maneira de organizar a sociedade – dividida nesses dois jeitos de ser: mulher e homem, feminino e masculino – gera preconceito e discriminação em relação aos homens também. Do mesmo modo que a cultura constrói um jeito de ser feminino como sendo a maneira “correta” de ser mulher, constrói também um jeito de ser masculino, isto é, a forma “ideal” de ser homem. Só que existe uma gama imensa de possibilidades de ser mulher e de ser homem que não são nem certas nem erradas: são apenas jeitos diferentes de existir como seres humanos (BRASIL, 2004, p. 20).

O caderno conclui seus textos ressaltando a importância em aliar ensino de qualidade com afetividade e respeito, enfatiza a fundamental contribuição da formação de educadores/as sobre os temas que circundam a diversidade sexual e de gênero. Encerra reiterando a elaboração de planos de ação focados na discriminação contra a diversidade sexual no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recortes históricos demonstram que sempre houve preocupação com o preconceito no ambiente escolar. Os documentos norteadores da educação nacional, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado na Lei 10.172/2001, trouxeram, respectivamente, a “luta aberta contra o preconceito” e “questões de gênero”, citando, inclusive, “transgêneros”.

O CNE, ao elaborar e aprovar atos normativos referentes ao nome social mostra a importância da garantia dos direitos no combate à evasão/exclusão escolar e, indiretamente foca no que realmente deve ser observado no ambiente escolar, a homofobia, ou, esclarecendo, a LGBTIfobia.

Borrillo (2015) apresenta uma definição significativa sobre as reações homofóbicas mais violentas, que podem ser estendidas às demais fobias ligadas à diversidade sexual e de gênero, e que, diferentemente da homossexualidade e da transgeneridade, manifestam-se em pessoas que precisam de atendimento profissional na saúde.

A violência contra homossexuais é apenas a manifestação do ódio de si mesmo ou, melhor dizendo, da parte homossexual de si que o indivíduo teria vontade de eliminar. A homofobia seria uma disfunção psicológica, resultado de um conflito mal resolvido durante a infância e que provocaria uma projeção inconsciente contra pessoas, supostamente, homossexuais (BORRILLO, 2015, p. 97).

A construção da prática do respeito, cidadania e acolhimento frente ao conceito arraigado de cis-heteronormatividade indica o caminho e a urgência em minimizar a evasão e

a exclusão escolar. O nome social é apenas o começo da efetivação da promoção do acesso e da permanência dos/as estudantes travestis, transexuais e transgêneros/as no ambiente escolar. O percurso é longo, pois precisa abdicar dos contrassensos conceituais que interceptaram e geraram defasagem nas discussões sobre o tema, pelo menos desde 2006, quando o Ministério da Saúde passou a garantir o uso do nome social nos seus prontuários.

Através dos conteúdos analisados é possível depreender que os profissionais da escola não podem se furtar a conhecer e reconhecer a diversidade sexual e de gênero como forma de respeito e de acolhimento. As linguagens contempladas pela SBP, pelas Neurociências e pelos Estudos de Gênero conduzem para que esse seja o entendimento que cumpre o pressuposto básico do (re)conhecimento.

Para as dúvidas suscitadas diante do uso do nome social nos registros escolares e tudo o que a garantia desse direito representa, a pesquisa conduz para a urgência da formação dos profissionais da escola sobre transgeneridade, homossexualidade, bissexualidade, intersexualidade e todo o universo oculto que essas discussões pressupõem, para num segundo momento, cada profissional, quando questionado, responder ao que lhe couber, através do conhecimento científico e, posteriormente, a coletividade ter subsídios para executar projetos transdisciplinares, estendidos às comunidades escolares.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/docs/IAE-Brasil>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M., A. **Neurociências**: Desvendando o Sistema Nervoso. Trad. Carla Dalmaz. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2008

BENTO, B. **Nome social para pessoas trans**: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea. v. 4, n. 1 p. 165-182 Jan.–Jun. 2014.

BORRILO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF, 2004.

Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 – Normatização nacional do uso do nome social na educação básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 01/2018, aprovado em 19 de janeiro de 2018 – Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasília, DF: MEC/CNE, 2018.

Congresso em Foco. Respeitamos as Diferenças Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/pesquisa-mostra-que-84-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditam-no-kitgay/?fbclid=IwAR0HQ4ZYpT0ua54KI5RNfzgzITQuNNaRayQ40ZALiYoTRfC3tihxlSeFJks>. Acesso em: 02 dez. 2018.

CRETELLA, Michelle. Ideologia de Gênero: estudo do American College of Pediatricians. 2016. Disponível em: <http://especiais.gazetadopovo.com.br/ideologia-de-genero-estudo-do-american-college-of-pediatricians/> Acesso em: 09 fev. 2018.

CRUZ, L.M. **Discursos cambiantes sobre corpo, gênero e sexualidade no curso de Pedagogia da Uesb**. Jequiê: Uesb, 2014.

DSM V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. American Psychiatric Association. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cldfile/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeducador/2015/DSM%20V.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. **O Cérebro em Transformação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação, mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

MUOTRI, Alysson R. **Espiral**: conversas científicas do século XXI. 1. Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

Sociedade Brasileira de Pediatria. (2017). Guia Prático de Atualização – Disforia de Gênero. Disponível em: http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/19706c-GP_-_Disforia_de_Genero.pdf. Acesso em: 23 jan. 2018.

7. CAPÍTULO VII

OS LIMITES DA INTERFERÊNCIA SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A CONTESTAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE

Currículo sem Fronteiras				
CAPA	SOBRE	PÁGINA DO USUÁRIO	PESQUISA	ATUAL
ANTERIORES	SUBMETER UM ARTIGO			
Capa > Usuário > Autor > Submissões Ativas				
Submissões Ativas				
ATIVO	ARQUIVO			
ID	MM-DD ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO
1128	01-05	ART	Noro, Crespi, Nóbile	OS LIMITES DA INTERFERÊNCIA SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A...

Submetido na Revista Currículo sem Fronteira - em 01/05/2018

ISSN: 1645-1384

Brasil: 2018.

<http://www.curriculosemfronteiras.org/>

RESUMO

Esse trabalho tem por finalidade analisar a interferência social a partir do impacto da divulgação de uma formação sobre gênero e sexualidade aos/às docentes da Educação Infantil no município de Farroupilha/RS. A possibilidade de aprofundamento do referencial teórico sobre diversidade sexual e de gênero deflagrou o interesse dos/as docentes locais e de outros municípios do Rio Grande do Sul. Este artigo traz uma pesquisa mista, de natureza aplicada, cunho documental e bibliográfico ao referendar a importância da formação docente sobre a temática, estudo de caso como procedimento e técnica de análise do discurso para refletir sobre as postagens numa rede social. A partir dos dados obtidos, conclui-se que, embora as discussões sobre diversidade sexual e de gênero conquistem espaços em diferentes cenários, a temática continua sendo controversa ao considerar a multiplicidade de visões, crenças e valores, ser atravessada por embates, permeada de repressões e resistências advindas de erros conceituais revelados nos comentários feitos, interferindo negativamente no espaço escolar que deve ser sítio de conhecimento, acolhimento e equidade.

Palavras-chave: formação docente, contestação; diversidade.

THE LIMITS OF SOCIAL INTERFERENCE IN EDUCATION: THE CONTESTATION OF SEXUAL AND GENDER DIVERSITY IN TEACHER EDUCATION

ABSTRACT

This study aims to analyze social interference from the impact of the dissemination of a teacher's training on gender and sexuality to the teachers who work with children education in the city of Farroupilha/RS. The possibility of deepening the theoretical framework on sexual and gender diversity sparked the interest of local teachers and other municipalities in Rio Grande do Sul. This article presents a mixed research, of an applied nature, documental and bibliographical characteristics, in which the importance teacher training on the subject, case

study as a procedure and technique of discourse analysis to analyze the posts in a social network. From the data obtained, it is concluded that, although the discussions on sexual and gender diversity conquer spaces in different scenarios, the theme remains controversial when considering the multiplicity of visions, beliefs and values, being crossed by clashes, permeated by repressions and resistances arising from conceptual errors revealed in the comments made, interfering negatively in the school space that should be a site of knowledge, reception and equity

Keywords: teacher training, contestation; diversity.

INTRODUÇÃO

O Brasil carrega índices depreciativos nos marcadores sociais, especialmente na evasão e exclusão escolar, desconsiderou os apontamentos dos documentos norteadores da educação nacional sobre gênero e sexualidade, além disso vem ampliando o número de legisladores/as que desconsideram a prevalência da Constituição Federal como alicerce legal das discussões nos espaços públicos.

A educação precisa falar sobre gênero. Ao levar em consideração a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o conhecimento sobre a diversidade sexual e de gênero impõe sua premência. As polêmicas instauradas sobre o que ver, assistir, visitar, aprender e ensinar revelam a falta de limites da interferência social desencadeada por interesses religiosos, político-partidários e pelo preconceito, num descaso incomensurável com a educação para a diversidade.

Devido ao descumprimento dos objetivos e metas relacionados às questões de gênero no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, os diálogos discriminatórios foram consolidados na sociedade durante a década subsequente e proporcionaram batalhas conceituais entre pessoas dos mais variados graus de instrução, classes sociais, posicionamentos, durante a aprovação e implementação do PNE vigente.

A forma de abordagem da mídia ao insuflar a opinião pública, o posicionamento de alguns/mas pastores/as, padres e legisladores/as, somados ao desconhecimento sobre a temática e o preconceito enraizado e propagado, reportam a Miskolci (2007, p. 103), no conceito de pânico morais que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras e Furlani (2009, p. 12), ao retratar as disputas e relações de poder que transformam a diferença “do outro” em desigualdade social.

O município de Farroupilha/RS, com 68.000 habitantes, teve seu Plano Municipal de Educação (PME) aprovado por unanimidade na Câmara de Vereadores, em 2015, e, somente

após um pronunciamento orgulhoso do Prefeito Municipal sobre a relevância dada pelo documento ao respeito à orientação sexual e identidade de gênero desde o ensino fundamental, é que passou a ser objeto de contrariedades e conflitos sociais baseados no desconhecimento.

O PME de Farroupilha/RS prevê, além do já citado respeito à diversidade sexual e de gênero, a preocupação com os estudantes da educação de jovens e adultos (EJA), compreendida pela meta direcionada aos/às estudantes de 18 a 29 anos, através de políticas públicas efetivas à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e, acrescenta-se também pela relevância, os/as Intersexuais (LGBTI).

Após o caos instaurado, um projeto de Lei foi apresentado à Câmara de Vereadores, nos moldes de outros Municípios e Estados, divulgado por diferentes meios de comunicação e de forma eficiente pelas redes sociais, com direito a cartazes, gritaria, violência contra vereadores e chegando ao ápice na invasão de um cidadão aos gritos, no plenário da Casa Legislativa.

A mídia local foi responsável por favorecer o desconhecimento, uma vez que deu ampla e notória divulgação à “ideologia de gênero”, desfavorecendo e desmerecendo o foco do PME no respeito a diversidade indistintamente, na permanência dos/as estudantes na escola, na conclusão de cada etapa na idade certa ou na conclusão através da EJA.

Ao identificar o desrespeito na intenção reforçada de negar direitos à população LGBTI, o caminho mais ágil e profícuo encontra amparo na formação docente continuada como meio de disseminar a visão científica da diversidade sexual e de gênero, através das neurociências, como contraponto à heteronormatividade.

O fato das discussões relacionadas à sexualidade permanecerem numa defasagem de décadas faz com que o conhecimento implore por doses homeopáticas e constantes de conhecimento aprofundado, clamando pela inserção da temática no currículo da formação inicial dos/as docentes que possuem uma missão social no aprimoramento da opinião pública.

A ausência dessa temática na quase totalidade dos cursos de formação de professores e a falta de tradição familiar na sua discussão, se somam aos modelos de disciplinamento, censura e conservadorismo de diversos discursos sociais, quer sejam eles religiosos, midiáticos, jurídicos, médicos, governamentais, escolares (FURLANI, 2009, p. 13).

A primeira formação sobre a temática, em Farroupilha/RS, foi para os/as professores/as da disciplina de Ciências, tendo em vista o aprofundamento dos sistemas que compõem o corpo humano no currículo da formação docente. Os encontros, permeados de outros no Rio Grande do Sul, seguiram com os/as professores/as de Matemática. Após, foi realizado um segundo momento com os/as docentes de Ciências, na sequência, para os/as professores/as da Educação

Infantil, orientadores educacionais, gestores, docentes de Educação Física, Português, Inglês e EJA.

As formações seguiram sem questionamentos até a divulgação em redes sociais, após a formação docente intitulada: Discussões relacionadas a gênero na Educação Infantil. O fato deflagrou uma enxurrada de comentários, desde ataques aos gestores públicos municipais, passando por insultos pessoais à palestrante, aos vereadores que aprovaram o PME, citações bíblicas, vídeos sobre “ideologia de gênero” entre outros.

Em "ciências" como a economia e a biologia, tão voltadas para a polêmica, tão permeáveis a opções filosóficas ou morais, tão prontas em certos casos à utilização política, é legítimo, em primeira instância, supor que uma certa temática seja capaz de ligar e de animar, como um organismo que tem suas necessidades, sua força interna e suas capacidades de sobrevivência, um conjunto de discursos (FOUCAULT, 2008, p. 40).

Este artigo traz uma pesquisa mista, com abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória, de natureza aplicada, procedimento documental, bibliográfico e estudo de caso como modalidade de pesquisa amplamente usada nas ciências biomédicas e sociais (Gil, 2007, p. 54) e técnica de análise do discurso (Pêcheux, 1988) para uma reflexão sobre o significado e os percentuais dos comentários produzidos em diferentes campos.

O texto pontua a defasagem social no conhecimento sobre gênero e sexualidade, o que gera a urgência da educação no aprimoramento do currículo deficitário disponibilizado na graduação docente, visa o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero através da formação continuada.

Diante desse cenário, propõe-se investigar o conteúdo das formações sobre a temática em tela, oferecidas em Farroupilha/RS, os comentários postados em uma rede social oriundos pontualmente da formação direcionada à/aos docentes da Educação Infantil, tendo em vista o movimento no imaginário das pessoas sob a ótica da “ideologia de gênero” que poderia ser aplicada às crianças da faixa etária correspondente e a análise comparativa entre a formação ofertada e a visão de quem comentou na publicação em questão.

ENCONTRO DOCENTE PARA UMA *TRANS-FORMAÇÃO* CONTINUADA

O currículo da formação docente inicial dos cursos de graduação, ou, no caso dos/as professores/as que atendem a Educação Infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, modalidade Normal do Ensino Médio, atualmente em extinção, é desprovido de conteúdos voltados às discussões sobre gênero e sexualidade, exceto nos cursos de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, com severas restrições. Neste contexto, cabe a reflexão:

É preciso ter a coragem para tornar a Escola e a Universidade, locais de crítica latente e de permanente resistência, buscando, através de uma Educação Sexual sistemática, a superação dos estereótipos e de todas as formas de preconceito. É preciso vislumbrar a entrada de um terceiro milênio, com uma postura mais digna e corajosa de defesa pelos direitos humanos e, portanto, politicamente engajada na busca de uma cidadania real, sexualmente plena e feliz (FURLANI, 2009, p.182).

As ponderações relacionadas à diversidade sexual e de gênero tem como pano de fundo teorias de muitas vertentes. Uma construção social precisa de alicerces pautados na discussão filosófica, enseja atender pressupostos teóricos e metodológicos para uma compreensão íntegra de práticas que objetivem a redução da evasão e exclusão escolar e a harmonização entre a idade e a série dos/as estudantes. Para tanto, torna-se imperativo pensar na formação docente.

As discussões sobre infância e gênero praticamente não são contempladas na formação da professora de educação infantil e, quando estes conceitos são discutidos, não são tratados de forma articulada. Um primeiro mapeamento dos cursos de pedagogia mostrou que gênero não se constitui em uma categoria de análise nas disciplinas que compõem os currículos dos cursos de pedagogia, e que não são estabelecidos diálogos e intersecções entre infância, gênero e sexualidade (DRUMOND, 2010, p. 6).

A inexistência de acesso e conhecimento do conceito, das diferentes concepções teóricas de gênero e diversidade sexual como construções históricas, dos movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero e dos desafios ético-políticos que desconsideram os direitos sociais, civis e políticos relacionados à população LGBTI, deflagram a urgência de ações propositivas na formação continuada como forma compensatória da lacuna existente no currículo da formação inicial dos/as docentes.

A utilização da formação docente como veículo para espargir o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero, torna a escola efetivamente inclusiva, uma vez que esse é um espaço de extrema relevância para que se aprenda a respeitar, compreender e elucidar as dúvidas corroboradas pela sociedade. Novas formas de entendimento chegam paulatinamente aos núcleos familiares, nas comunidades escolares e na sociedade como um todo.

Em se tratando da sexualidade e da Educação Sexual, torna-se imperiosa a busca de um referencial que possibilite analisar e teorizar o processo educativo através de uma Teoria Crítica em termos de campo político cultural. Precisamos “ver a Educação, a Pedagogia e o Currículo como campos de luta e conflito simbólico, como arenas contestadas na busca da imposição de significados e de hegemonia cultural” (FURLANI, 2009, p.15).

Ao arrolar os aspectos supracitados percebemos que a formação continuada com a temática de gênero possibilita a oferta aos/às docentes do município de Farroupilha/RS momentos de aprofundamento teórico-científico, baseados nos estudos de gênero e nas

neurociências, a partir de autores que mergulham na visão inclusiva e acolhedora da diversidade sexual e de gênero, que a educação necessita.

Os encontros são pautados nas principais dúvidas que assolam as pessoas que não tiveram acesso aos conceitos relevantes sobre o tema, como os argumentos depreendidos que denotam a expressão “ideologia de gênero” como base de um discurso que visa impedir os direitos da população LGBTI e contrariar os anseios da educação brasileira.

O ambiente que as instituições de ensino carecem precisa estar pautado no acolhimento, no entendimento, no reconhecimento de cada pessoa na sua individualidade e inteireza. Dentre os preconceitos que assolam uma educação inclusiva encontramos o rígido entendimento da homossexualidade como resultado da influência permissiva das pessoas ao seu redor, o que é objetado por Bee&Boid (2011):

Considerados juntos, estudos de exposição a hormônio pré-natal, pesquisas examinando preferências de atividades da primeira infância e estudos comparando os processos de amadurecimento físico em heterossexuais e homossexuais são consistentes com a hipótese de que a homossexualidade é programada no nascimento (BEE&BOID, 2011, p. 131).

Dentre as lacunas detectadas, emergem as reflexões sobre as diferenças entre: sexo e gênero, orientação sexual e identidade de gênero, orientação sexual e educação sexual, identidade de gênero e igualdade de gênero, bem como os documentos já exarados sobre a temática que reiteram a importância do conhecimento científico no ambiente escolar.

Na sequência, pequenos vídeos, imagens, infográficos e slides de autores/as que fundamentam as neurociências trazem à tona a homossexualidade, a transgeneridade e a intersexualidade, analisadas a partir da interação de fatores genéticos e hormonais no desenvolvimento embrionário, como condição humana do nascimento, conforme reitera Herculano-Houzel (2005):

Para desespero daqueles que acham que podem “consertar” as preferências dos filhos (e geralmente para consolo das partes mais interessadas), toda a neurociência aponta para uma determinação biológica (genética e hormonal) da preferência sexual, e precoce, ainda no útero. Que padres e políticos esperneiem à vontade, mas não há qualquer evidência de que o ambiente social influencie a preferência sexual humana. Ou seja: vem de fábrica, assim como as características sexuais primárias, ambas determinadas por biologia pura (HERCULANO-HOUZEL, 2005, p. 28).

O conhecimento científico apresentado na formação chancela o fim do senso comum, do conhecimento empírico validado pelos interesses político-partidários, pelos discursos fundamentalistas e preconceituosos que estimulam as práticas sociais heteronormativas, comprovadamente excludentes.

A DESCRIÇÃO DA POSTAGEM E ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS

O convite para a formação docente foi divulgado apenas em grupos do WhatsApp específicos de profissionais que atuam em turmas de Educação Infantil em escolas públicas e privadas do município de Farroupilha/RS. Intitulado “Discussões relacionadas a gênero na Educação Infantil”, o encontro conquistou, nas primeiras 24 horas, 30 pessoas inscritas e em duas semanas,72.

A formação ocorreu em agosto de 2017, num sábado pela manhã, sem a cobrança de valor de inscrição, a partir da solicitação de uma escola de Educação Infantil que trabalhou as diversidades: social, cultural, religiosa, inclusão, dentre outras, porém percebeu a urgência em aprofundar conhecimentos na diversidade sexual e de gênero com seus/uas docentes.

A Secretaria Municipal de Educação atendeu à solicitação e permitiu que fosse estendido o convite para as demais escolas públicas e privadas do município. A receptividade ficou demonstrada nas 72 pessoas de 25 instituições de ensino inscritas e nas 68 presentes na palestra.

A postagem da imagem do convite para a palestra chegou às redes sociais e a uma rádio local somente depois da formação já ter ocorrido. Na segunda-feira seguinte ao sábado da formação, a palestrante foi procurada por essa rádio para dar esclarecimentos quanto ao que foi apresentado aos /às docentes e os motivos que levaram à formação.

Em resposta às questões, a conferencista esclareceu sobre a importância de atender à solicitação da escola para sanar as dúvidas, desmistificar a temática através do conhecimento científico, explicar sobre as formações precedentes aos/às docentes de ciências e de matemática da rede pública municipal e a outros de diferentes municípios do Rio Grande do Sul.

A postagem da entrevista da citada rádio foi publicada no Facebook, onde 66 pessoas usaram as reações da plataforma para registrar seu posicionamento, dentre as formas de expressão, encontram-se 83,3% que aprovaram a entrevista e 16,7% que demonstraram aversão ao assunto. Vinte e cinco pessoas prolataram trinta e dois comentários na publicação. Destacam-se algumas falas dos participantes, nomeados como Indivíduos (I):

“Na notícia vemos que partiu da escola a vontade de sanar dúvidas que as crianças tinham em relação a essas questões de gênero. -mas escola tem obrigação de passar matemática e português as crianças, e é obrigação da família falar sobre -. Bom se as escolas buscaram essa informação quer dizer que alguém não está fazendo o trabalho direito (os pais). Para aqueles que criticam a discussão de gênero nas escolas, garanto que maioria nunca comentou sobre o assunto com os filhos, mas já já deve ter feito alguma zoação com aquela pessoa 'diferente'. E não, discussão de gênero não tem nada de partidário e nem cunho político” (I.1.FACEBOOK, 2017).

“Então fala pro teu filho (se tu tiver), que ele pode beijar o coleguinha dele, que é normal, que não da nada. Tem coragem de fazer” (I.2. FACEBOOK, 2017)?

“Crianças não perguntam sobre gênero. Não se interessam por isso. Essas questões são forçadas na criança. Criança tem que brincar, não beijar coleguinhas. Sexualizar crianças é crime. Precisamos preservar a inocência das crianças e não degenerá-las. Nota-se que o comentário do sujeito é típico de quem nem filhos tem, mas se acha no direito de invadir a educação dos filhos dos outros. Sexualidade é assunto da família. Parem de se meter e vão fazer o trabalho da escola que é instruir. Pais vocês podem processar a escola e os professores que aplicarem esse tipo de assunto com seus filhos” (I.4. FACEBOOK, 2017).

“Ainda com essa palhaçada, mas vão ensinar o que realmente as crianças precisam aprender, ocupem elas com sabedoria e não com assuntos tolos que não levam a nada, querer forçar e enfiar goela abaixo das crianças e dos pais não vai dar certo” (I.20. FACEBOOK, 2017).

Dentre as pessoas que comentaram 52% são homens, 48% são mulheres e 84% pronunciaram-se condenando à ocorrência da formação. Os 32 comentários publicados na postagem da rádio no Facebook foram organizados em seis categorias, conforme o quadro 1:

Quadro 1 – Entendimento dos comentários contrários à formação docente

Entendimento dos comentários contrários à formação docente	%
Compreendem que a formação é para ensinar as crianças sobre sexualidade	65%
Acreditam que a formação é “ideologia de gênero”	45%
Compreendem que a homossexualidade pode ser ensinada	30%
Atacam alguém ou algum órgão do Executivo Municipal	20%
Entendem que a formação é uma pauta partidária	5%

Elab.: NORO, D. (2018). Produzido a partir da análise dos trinta e dois comentários na postagem.

Os indivíduos que posicionaram-se contra a formação ofertada, não restringiram-se à página da rádio no Facebook. Em outro grupo específico foram muito além do que o desconhecimento impede de compreender sobre gênero, sexualidade e inclusão escolar, porém, após uma ação judicial de interpelação aos/às protagonistas dos comentários mais raivosos e agressivos, a postagem foi excluída. Bourdieu (2007) escreve sobre a Ordem Moral e a Ordem Política:

O ressentimento encontra-se, evidentemente, na origem das tomadas de posição reacionárias ou revolucionárias-conservadoras dos pequeno-burgueses em declínio que, preocupados em manter a ordem por toda parte, tanto na moral doméstica quanto na sociedade, investem na indignação moral contra a degradação dos costumes toda a sua revolta contra a degradação de sua posição social, além de obsediar, frequentemente, o rigorismo jacobino e a revolta meritocrática dos pequeno-burgueses em ascensão, convencidos de terem o direito de pedir contas a uma ordem social que não recompensou suficientemente seus méritos: simples avesso da pretensão, disposição característica dos grupos condenados a ocupar subjetivamente uma posição que não lhes é reconhecida objetivamente, ele tem a ver com todos aqueles que condenam a ordem estabelecida na exata medida em que esta, por um lado, não lhes atribui o reconhecimento que, por sua própria revolta, eles lhe atribuem, e, por outro, não sabe reconhecer neles os valores reconhecidos oficialmente por ela. Daí, segue-se que o conservadorismo iluminado, sempre pronto a aceitar ou, até

mesmo, a empreender mudanças em todos os domínios que não atinjam os fundamentos da ordem social, é beneficiado, de direita e de esquerda, pelos contrastes de que tem necessidade para se dotar das aparências de uma vanguarda (BOURDIEU, 2007, p. 409 e 410).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando apresentar o conteúdo abordado em uma formação sobre gênero e sexualidade para docentes da Educação Infantil no município de Farroupilha/RS, o presente artigo trouxe à tona a ousadia da interferência social na educação. Com o apoio da mídia local, após a divulgação de um momento dedicado ao conhecimento científico, os comentários oriundos de uma concepção conspiratória marcaram a tentativa de cercear a discussão sobre a temática.

Ao aprofundar o referencial teórico que visa pautar os principais equívocos e dúvidas que preenchem o espaço escolar, os núcleos de conteúdos desenvolvidos foram agrupados para minimizar as lacunas da formação docente inicial sobre a temática, a partir do conhecimento das neurociências e dos conceitos dos estudos de gênero que significativamente podem colaborar com o sucesso escolar.

Os achados analisados permitem perceber, não apenas a visão a partir dos comentários postados, como também, identificar que as pessoas favoráveis ao momento de formação tão somente curtiram ou reagiram positivamente à publicação, uma vez que esse registro não tem como ser contraposto, diferente de quem escreveu favoravelmente e foi imediatamente combatido/a.

A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 2013, p.37).

Pode-se notar que, quando contrapostas, as pessoas que compreendem como negativa a oferta de formação docente respondem agressivamente na tessitura dos comentários contra àquelas favoráveis, o que remete novamente à Bourdieu (2007) ao pronunciar-se sobre o modo de produção da opinião:

De fato, nem todas as respostas exprimem opiniões; além disso, a possibilidade de que as respostas de determinado grupo sejam apenas não-respostas dissimuladas, concessões de complacência à problemática imposta ou discursos éticos ingenuamente recebidos como "opiniões pessoais" varia, sem dúvida, como as possibilidades de não-resposta que as caracterizam (BOURDIEU, 2007, p. 391).

O entendimento dos comentários reporta ao desconhecimento quando infere que a formação é para ensinar as crianças sobre sexualidade, que a homossexualidade pode ser ensinada, ao preconceito quando afirma, mesmo sem compreender, que a oferta de formação responde a uma conspiração maior, denominada “ideologia de gênero”, ao interesse político-partidário quando insufla a opinião pública contra os agentes do executivo municipal como se criminosos fossem.

É imperioso para algumas pessoas que a temática permaneça polêmica, que desconsidere a multiplicidade de visões, que seja atravessada por embates, permeada de repressões e resistências advindas de erros conceituais e da incitação aos pânicos morais (Miskolci, 2007), revelado nos comentários feitos, que não apenas impeça o conhecimento de se difundir interferindo negativamente no espaço escolar, mas que criminalize quem queira falar sobre o assunto ou mesmo apoie quem fala.

A partir dos dados obtidos, conclui-se que as discussões sobre diversidade sexual e de gênero precisam conquistar cada vez mais espaços nos cenários propícios de lutas e resistência na escola, considerando sempre a análise social, cultural e política embasada no conhecimento crítico.

Enseja-se que o caráter mobilizador e articulador das formações docentes continuadas ampliem os debates sociais e garantam a expansão do currículo da formação docente inicial e dos/as estudantes no tema diversidade sexual e de gênero como política pública, assegurando que a escola seja um sítio de conhecimento, acolhimento e equidade, capaz de minimizar a evasão e a exclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BEE, H. BOYD, D. **A Criança em Desenvolvimento**. 12 ed. São Paulo: Artmed, 2011.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

DRUMOND, V. **É de menina, ou de menino? Gênero e sexualidade na formação da professora de educação infantil**. 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6696307-E-de-menina-ou-de--menino-genero-e-sexualidade-na-formacao-da-professora-de-educacao-infantil.html>>. Acesso em: 14abr. 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HERCULANO-HOUZEL, S. **O Cérebro em Transformação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MISKOLCI, R. **Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay**. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, Cadernos Pagu (Campinas), Campinas, v. 28, p. 101-128, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: UNICAMP, 1988.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

SILVA, T. T. **Sociologia da Educação e Pedagogia Crítica em Tempos Pós-Modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

8. CAPÍTULO VIII

FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE: CONHECIMENTO, RELEVÂNCIA E CAMINHOS



Aceito no XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - ENPEC.
25 a 28 de junho de 2019 – Natal/RN
(Qualis A1)

FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE: CONHECIMENTO, RELEVÂNCIA E CAMINHOS

RESUMO

O presente trabalho analisa o conhecimento prévio e a relevância de uma formação docente continuada sobre gênero e sexualidade, ministrada para professores de quartos e quintos anos do ensino fundamental da rede municipal de Farroupilha/RS. Como procedimento metodológico optou-se pela revisão bibliográfica e questionário misto, aplicado antes e depois da formação. Os resultados apontam para o crescimento do número de docentes que compreenderam a importância do conhecimento sobre a temática após a formação, indicam a necessidade da desconstrução da heteronormatividade através do discernimento entre sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero como forma de reverberar o conhecimento, trilhar caminhos para minimizar o preconceito que interfere na escola como espaço de acolhimento, escuta, inclusão e equidade.

Palavras-chave: gênero, sexualidade, formação docente continuada

EDUCATIONAL TRAINING ON GENDER AND SEXUALITY: KNOWLEDGE, RELEVANCE AND WAYS

ABSTRACT

The present work analyzes the prior knowledge and the relevance of a continuing educational training on gender and sexuality, given to teachers of fourth and fifth grade to the municipal network of education of Farroupilha/RS. As a methodological procedure we opted for bibliographical review and mixed questionnaire, applied before and after training. The results show the increase in the number of teachers who understood the importance of knowledge on the subject after the training, indicate the need to deconstruct the heteronormativity through the discrimination between biological sex, sexual orientation, gender identity and gender

expression as a way of reverberating the knowledge, to walk ways to minimize the prejudice that interferes in the school as space of reception, listening, inclusion and equity.

Keywords: gender, sexuality, continued teaching training

INTRODUÇÃO

O âmbito das discussões sobre gênero e sexualidade engloba referências que estabelecem relações intrínsecas com as formas de comportamentos sociais: estilos de vida, gestos, práticas culturais, religiosidades, rituais, ética, crenças, tabus, valores morais, discursos sobre educação, saúde, entre outros.

A palavra “gênero”, quando apresentada como um conceito social, oriundo das ciências humanas, remonta ao desenvolvimento dos estudos feministas e pós-estruturalistas, nos Estados Unidos, na década de 1960. No Brasil, a partir da década de 1970, surgem os movimentos de mulheres feministas, a exemplo de outros países, mas é no final dos anos oitenta e nos anos noventa que os movimentos vão apresentar novos formatos de atuação e inserção na sociedade.

Nos anos noventa, os debates teóricos dos movimentos sociais e de mulheres começam a ser institucionalizados e “com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p. 75).

Sexualidade e gênero precisam ser vistos como dimensões distintas que compõem a identidade de cada ser humano, visam organizar a vida pessoal e coletiva e, como categorias de análise, façam parte dos espaços públicos, onde as discussões favoreçam o conhecimento, reconhecimento e pautem o respeito à diversidade.

A sexualidade, abordada pelo ângulo do conhecimento científico, traz “o discurso de sexualidade que não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações inter-individuais, etc...” (FOUCAULT, 1984, p. 149) e passou a ter uma conotação pejorativa, problemática e imoral, quando pensada fora da função da reprodução, em especial, a partir do século XIX.

Em compensação, foi nessa época, sem dúvida, que se puseram a funcionar novas superfícies de aparecimento: a arte com sua normatividade própria, a sexualidade (seus desvios em relação a proibições habituais tornam-se pela primeira vez objeto de demarcação, de descrição e de análise para o discurso psiquiátrico), [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 46)

O pensamento e conseqüentemente o debate sobre gênero e sexualidade advém de achados empíricos, que são repassados de geração em geração, sem o devido contraponto científico e reforçam a sociedade heteronormativa. A heteronormatividade pode ser esclarecida

pela “ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou - mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto - para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida” (MISKOLCI, 2012, p.1).

O Ministério Público Federal, através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, pronunciou-se, em 2017, sobre a proibição das discussões das questões de gênero e orientação sexual nas escolas. A Nota Técnica publicada traz no seu alicerce todas as implicações do entendimento da possível escolha da orientação sexual e do caráter de normalidade apenas à heterossexualidade no ambiente educacional.

No caso, o silenciamento imposto implica na impossibilidade de se abordar o gravíssimo problema das violências diárias, cometidas nas escolas contra todas as crianças e adolescentes que não se comportam segundo os padrões heteronormativos de masculinidade e feminilidade (BRASIL, 2017, p. 29).

A formação docente inicial, nos diferentes cursos de licenciatura, não contempla a diversidade sexual e de gênero, pressuposto necessário para o respeito à população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT). A possibilidade de acesso à temática passa pela oferta de formação continuada, para uma necessária mudança de atitudes, valores, postura diante da comunidade escolar e se expande para os demais núcleos sociais num esforço conjunto para superar o preconceito arraigado.

Os currículos dos cursos de formação inicial das universidades e faculdades para professores/as (graduação) precisam ter conteúdos específicos sobre o respeito à diversidade sexual, para que estejam preparados/as para acolher efetivamente os/as estudantes LGBT e agir diante dos problemas que surgem nas escolas (ABGLT, 2016, p. 69).

A formação docente continuada, como agente facilitador de discussões que versam sobre conceitos e controvérsias da aceitação e compreensão da homossexualidade busca a superação da intolerância à diversidade através do conhecimento científico sobre a orientação sexual e a identidade de gênero, necessários “num momento em que as pessoas não-heterossexuais vêm ganhando espaço em direitos e também frente a opinião pública” (BAILEY et al., 2016).

Neste contexto, o presente estudo analisa o conhecimento prévio e a relevância de uma formação docente continuada sobre gênero e sexualidade, ministrada para professores de quartos e quintos anos do ensino fundamental da rede municipal de Farroupilha/RS. Considera a revisão bibliográfica e um questionário misto aplicado aos professores, como pré e pós-teste.

O município de Farroupilha/RS, com 68.000 habitantes, elencou, em 2016, nos objetivos e metas do Plano Municipal de Educação (PME), “questões de gênero” e deflagrou o descumprimento quando, em 2015, após a aprovação do subsequente PME, um grupo de pessoas sentiu-se incomodado com a presença de estratégias que propõem o aprofundamento da temática com alunos de 18 a 29 anos e

preconizam o respeito à orientação sexual e a identidade de gênero nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

MÉTODO

Este trabalho apresenta características de uma pesquisa qualitativa, efetivada através de revisão bibliográfica e aplicação de questionário. Segundo GIL (1999), na pesquisa qualitativa, “a análise já pode iniciar durante o processo de coleta”. A natureza é aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, ao passo que “envolve verdades e interesses locais”, conforme GERHARDT E SILVEIRA (2009). O procedimento aplicado aponta para pesquisa de levantamento, justificado por FONSECA (2002) “este tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos”.

A formação docente ocorreu em julho de 2018 e contou com 35 professores das turmas de quartos e quintos anos da rede municipal de Farroupilha/RS. Iniciou com um questionário distribuído contendo a identificação, quatro questões fechadas e uma aberta, constituindo o pré-teste. Após a formação continuada foram aplicadas apenas as questões direcionadas à temática, compreendendo o pós-teste. As questões foram analisadas e apontaram o conhecimento prévio, a relevância de uma exposição de três horas sobre gênero e sexualidade e os possíveis caminhos para favorecer a inclusão e a permanência dos/as estudantes na escola.

As questões foram elaboradas com o intuito de analisar o conhecimento prévio à formação sobre o aprofundamento teórico-científico, baseado nos estudos de gênero e nas neurociências, a partir de autores que estudam a diversidade sexual e de gênero, na definição de heteronormatividade, relação entre a violência de gênero e preconceito com a evasão escolar. Esta parte, somada com a nova aplicação do mesmo questionário compôs a parte qualitativa e quantitativa dos dados da pesquisa.

Reflexões sobre as diferenças entre: sexo biológico e gênero, orientação sexual e identidade de gênero, orientação sexual e educação sexual, identidade de gênero e igualdade de gênero, bem como o esclarecimento sobre a intersexualidade como possibilidade latente do sexo biológico reiteram a importância do conhecimento científico no ambiente escolar e compuseram a formação.

Na sequência, pequenos vídeos, imagens, infográficos e slides de autores/as que fundamentam as neurociências e abordam a homossexualidade, a transgeneridade e a intersexualidade foram analisadas a partir da interação de fatores genéticos e hormonais no desenvolvimento embrionário, como condição humana do nascimento.

RESULTADOS

O perfil dos/as docentes está disposto nos quatro primeiros gráficos. Os/As docentes apresentam dedicação exclusiva ao ensino público, sendo que 77,14% lecionam somente nos anos iniciais, 14,3% trabalham nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, 5,7% além destes, também com o Ensino Médio e apenas 2,9% exclusivamente com anos finais.

Quanto à formação inicial, tem-se uma professora com a graduação em andamento, 21 pedagogos/as, sete especialistas e uma mestra, conforme dados em porcentagem, expressos no Gráfico 1:

■ Superior em andamento ■ Superior completo ■ Especialização ■ Mestrado

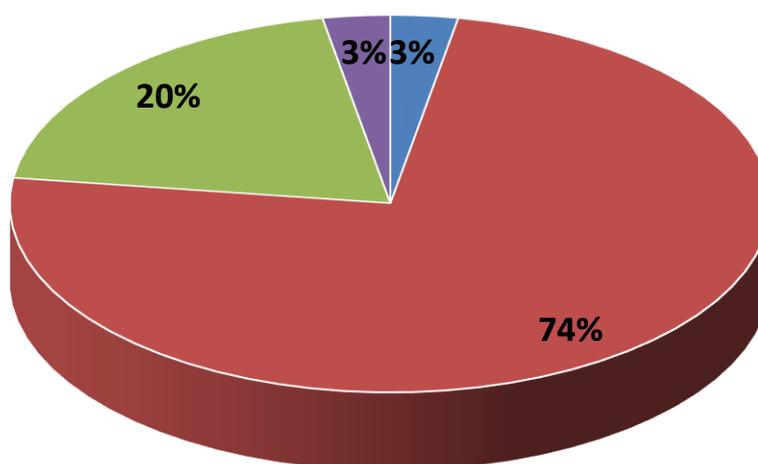


Gráfico 1: Percentual de docentes por formação inicial. Farroupilha, 2018.

A idade dos/as professores/as participantes da pesquisa mostra que 71,4% dos profissionais estão entre os 30 e os 49 anos, 11,4% tem entre 20 e 29 anos e 17,2% tem mais de 50 anos.

■ 20 a 29 anos ■ 30 a 49 anos ■ mais de 50 anos

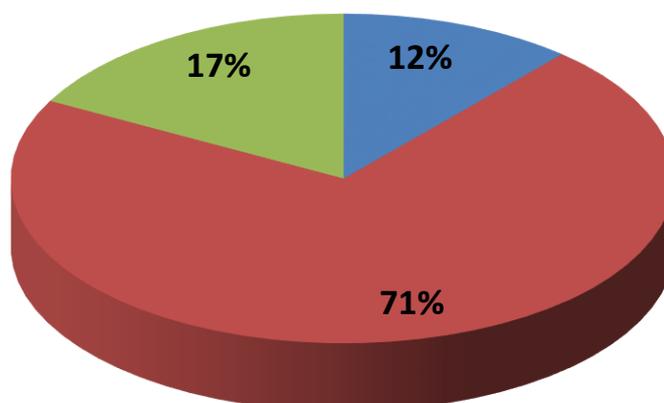


Gráfico 2: Percentual de docentes por idade. Farroupilha, 2018.

O tempo de atuação dos/as participantes no magistério aponta que 71,14% têm mais de 11 anos de experiência docente, 14,2% entre seis e dez anos e 14,2% tem de um a cinco anos.

■ 1 a 5 anos ■ 6 a 10 anos ■ 11 anos ou mais

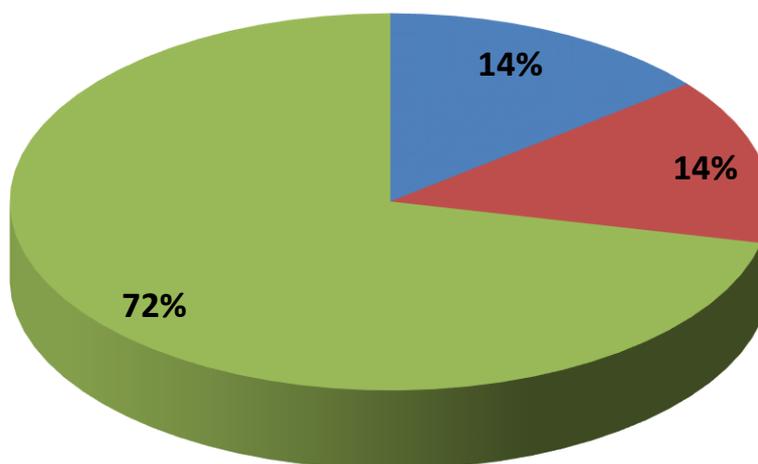


Gráfico 3: Percentual de docentes por anos de experiência docente. Farroupilha, 2018.

Quanto à participação em curso de extensão que tenha abordado a temática diversidade sexual e de gênero, 17% dos/as participantes afirmaram ter frequentado e 83%, não, conforme o Gráfico 4:

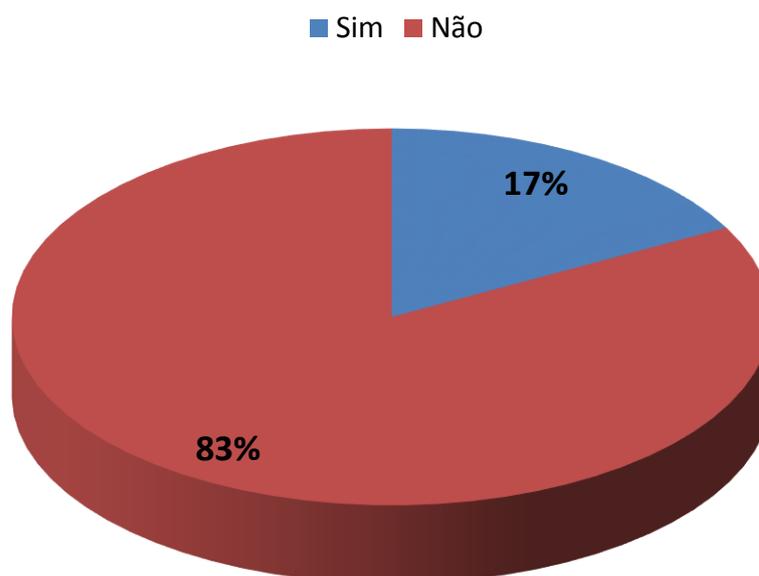


Gráfico 4: Percentual de docentes que participou de algum curso de extensão sobre gênero e sexualidade. Farroupilha, 2018.

As questões elencadas no quadro abaixo foram aplicadas como pré e pós-teste e objetivaram verificar o conhecimento pontual sobre heteronormatividade, além da relevância da temática para os/as docentes:

Questão	Questões Fechadas aplicadas como pré e pós-teste	Possíveis respostas
1	A temática diversidade sexual e de gênero deve ser abordada na formação continuada de professores promovida pela Secretaria Municipal de Educação (Seduc) de Farroupilha.	<input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Não tenho opinião
2	O conhecimento sobre a heteronormatividade diante dos estudos de gênero e das neurociências pode impactar a prática docente em sala de aula.	<input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Não tenho opinião
3	Violência de gênero e preconceito contra orientação sexual podem ser causa de evasão escolar, bullying e/ou discriminação na escola.	<input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Não tenho opinião
4	Na sua opinião, a compreensão por parte do docente de temas como orientação sexual e identidade de gênero pode auxiliar na diminuição de evasão escolar, bullying, violência e discriminação no ambiente escolar?	<input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Não tenho opinião
Questão aberta aplicada como pré e pós-teste		
5	O que você compreende por heteronormatividade?	

Quadro 1: Questões apresentadas antes e depois da formação continuada.

A tabulação dos questionamentos foi organizada nos gráficos subsequentes com o percentual de pessoas que concordaram com a afirmação, isto é, reconhecem a importância e a relevância do conhecimento docente sobre a temática. Da mesma forma, foram consideradas as pessoas que discordaram e as que não tinham opinião sobre a afirmação feita. Em cada um dos indicadores foram comparados os resultados do pré-teste, antes da formação, com o pós-teste, após a formação.

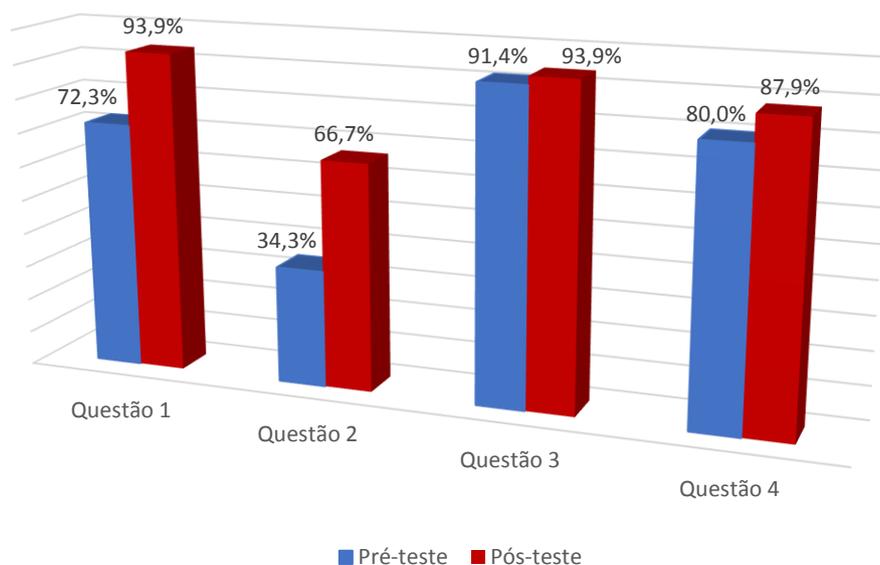


Gráfico 5: Percentual de docentes que concordaram com as afirmações – questões de 1 a 4. Farroupilha, 2018.

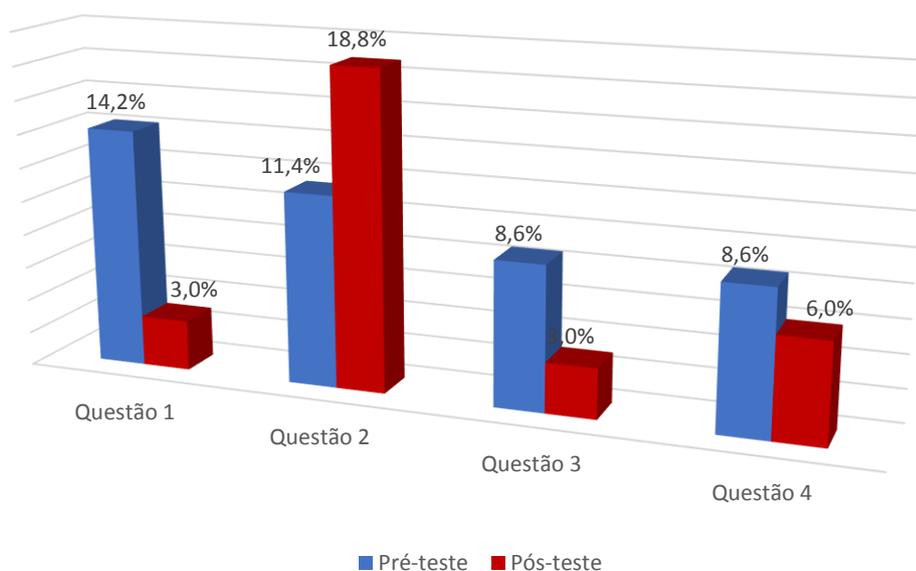


Gráfico 6: Percentual de docentes que discordaram da afirmação – questões de 1 a 4. Farroupilha, 2018.

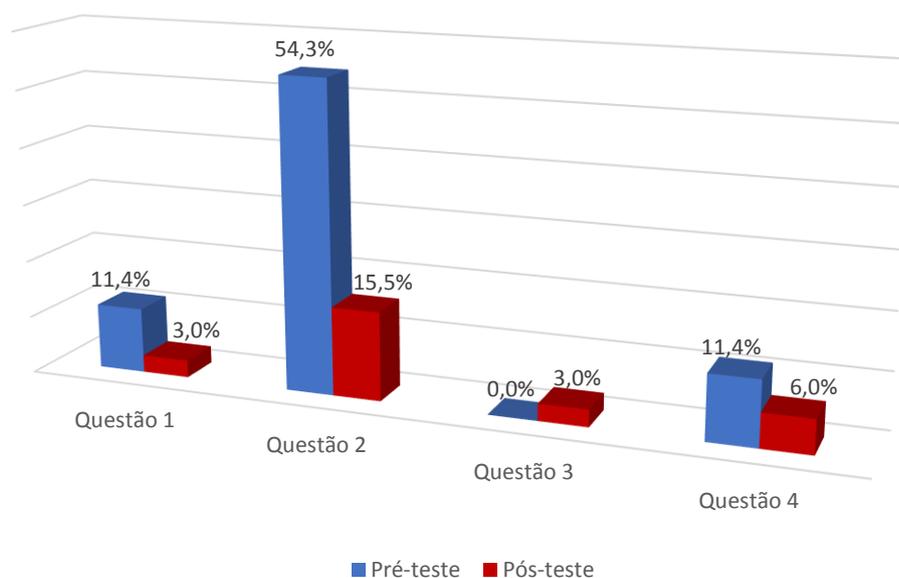


Gráfico 7: Percentual de docentes que não tinham opinião – questões de 1 a 4. Farroupilha, 2018.

Antes da formação, um fator que chamou a atenção na análise dos questionários é que apenas 5,6% compreendiam o significado da palavra heteronormatividade, 23,1% erraram a resposta e 71,4% afirmaram não saber o significado da mesma ou não preencheram a resposta. Seguem as respostas de algumas pessoas para a pergunta: O que você compreende por heteronormatividade?

P1. Situações referentes a orientação sexual e o sexo da pessoa, algumas vezes difere.

P2. Que cada ser é considerado normal no seu corpo que nasceu, independente de sua orientação sexual.

P3. “Normalidade” ou que se julga “normal” nas questões de estudos de gênero.

P4. Não conheço este termo, mas acredito que se refira à questão contrária à identidade de gênero.

Após a formação, 33,3% acertaram, 39,4% erraram a resposta e 27,3% ainda não sabiam ou não preencheram. Algumas das respostas chamaram a atenção:

P5. É que ser heterossexual é normal, segundo a sociedade a qual estamos inseridos.

P6. É a aceitação da heterossexualidade como a regra na sociedade, é o normal. E atualmente isso deve ser revisto e aceito quando falamos sobre a sexualidade humana.

P7. O que é considerado “normal”, ou seja, ser hetero.

P8. É acreditar que o normal são somente aquelas que se autodenominam heterossexuais.

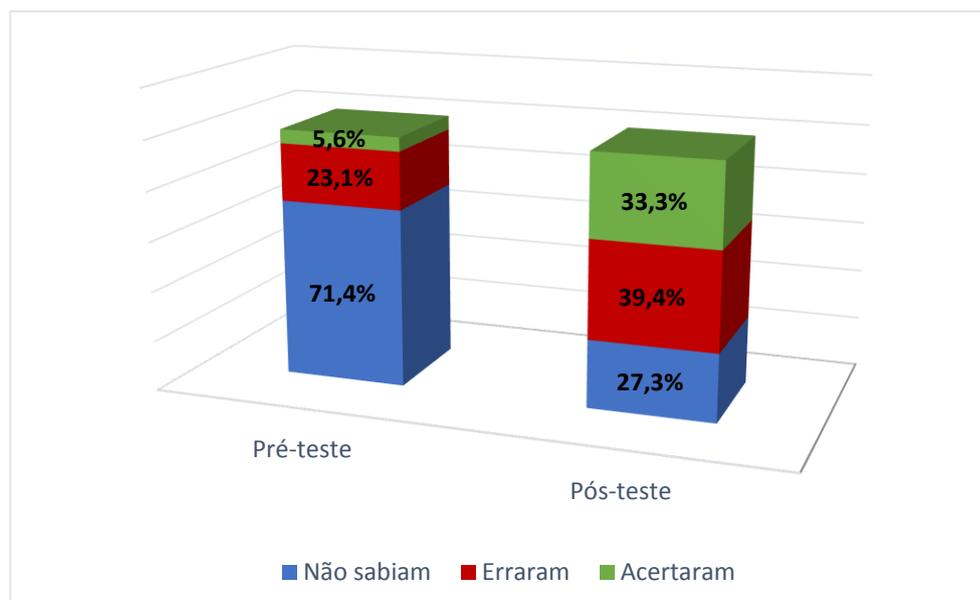


Gráfico 8: Percentual de docentes diante da pergunta aberta sobre a heteronormatividade. Farroupilha, 2018.

A análise dos resultados da questão aberta permite inferir que a palavra heteronormatividade não fazia parte do vocabulário da maioria dos/as docentes, até a formação, o que permitiu uma tentativa de resposta no pós-teste. A dificuldade pode estar relacionada ao fato de 83% deles/as nunca ter frequentado um curso sobre o assunto, associado à formação inicial com ausência de abordagens sobre diversidade sexual e de gênero. A necessidade de mais tempo para esclarecer o tema e diminuir a resistência sobre a matéria, também ficou evidenciada na hora de redigir uma resposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, ao verificar o conhecimento prévio sobre gênero e sexualidade, revela a distância entre os/as docentes e a temática, fruto da visão social implantada e da lacuna na formação inicial, embora a maioria dos/as perguntados/as concorde que a violência de gênero e o preconceito contra a orientação sexual podem ser causa de evasão escolar, bullying e/ou discriminação na escola.

A formação docente continuada visa agregar conceitos que possam chegar à comunidade escolar. É necessário o esforço conjunto para superar os obstáculos que dizem respeito às questões pessoais arraigadas numa sociedade que precisa conhecer, reconhecer e valorizar as diferenças.

A superação da intolerância à diversidade sexual e de gênero necessita de conhecimento que se processa através da formação docente em todos os níveis de escolaridade como agente facilitador de discussões que versam sobre conceitos e controvérsias, mas sobretudo do

aprofundamento em direitos humanos e ensino de ciências em torno das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

As respostas obtidas na questão aberta sobre a heteronormatividade possibilitam afirmar que o desconhecimento por parte dos docentes sobre a temática é significativo, embora tenham apresentado dificuldade em sustentar uma resposta dentro de suposições sobre um assunto tão presente e não difundido na sociedade, revelando a importância de mais horas de formação.

A construção da prática do respeito, cidadania e acolhimento frente ao conceito impetrado de uma sociedade que reconhece apenas a heterossexualidade como orientação sexual e a cisgeneridade como identidade de gênero indica a urgência em minimizar a evasão e exclusão escolar das pessoas LGBT. O percurso é longo, uma vez que precisa abdicar dos contrassensos conceituais que interceptam e geram uma defasagem de muitos anos nas discussões sobre o tema.

O reconhecimento sobre a importância de respeitar é unânime na fala do grupo decente, mas a compreensão de que para respeitar é necessário conhecer e reconhecer a forma correta de reportar-se às pessoas com orientação sexual não-heterossexual e identidade de gênero não-cisgênera surge pelo conhecimento, oriundo de leituras, estudos, discussões, formações e debates, indicando caminhos para minimizar o preconceito.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BAILEY, J. Michael; VASEY, Paul. L.; DIAMOND, Lisa; BREEDLOVE, Sthefen Marc; VILAIN, Eric; EPPRECHT, Marc. Sexual Orientation, Controversy, and Science. **Psychological Science in the Public Interest Cornell University**. USA, v. 17, n.2, p.45-101, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301639075_Sexual_Orientation_Controversy_and_Science. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. MPF/PFDC. Nota Técnica nº 02 de 15 de março de 2017. “Notificação extrajudicial” voltada a proibir a discussão sobre questões de gênero e orientação sexual nas escolas. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12363/12363_10.PDF. Acesso em: 05 ago. 2017.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. **Método de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. cap. 16, p. 243-76: sobre as história da sexualidade.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol.20, n 2, 1995, pp. 71-99, jul./dez.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A fala só é bonita quando ela nasce de uma longa e silenciosa escuta. É na escuta que o amor começa. E é na não-escuta que ele termina.”

Rubem Alves

O tamanho do saber de cada um implica nas dimensões do seu preconceito e, minimizá-lo, exige escuta. Esta tese surge da não-escuta que distancia corações e se processa colocando luz no conhecimento para proporcionar acolhimento. As citações de Albert Einstein, na introdução e de Rubem Alves, acima, remontam à importância de uma fala longa e silenciosa para que as pessoas reconheçam a diversidade sexual e de gênero e ela, efetivamente, exista. Traz as principais dúvidas e pré-conceitos formatados no âmago da sociedade, especialmente, em Farroupilha/RS. Reflete sobre a temática para possibilitar a permanência dos/as estudantes LGBTI na escola e a conclusão escolar dos/as mesmos/as na idade certa.

O Brasil tem visto e vivido manifestações de disseminação da intolerância, proselitismo religioso e político-partidário que objetiva eliminar a possibilidade de evitar qualquer avanço que conduza ao acolhimento e ao respeito a não-heterossexuais e não-cisgêneros/as. Conviver e viver numa sociedade efetivamente democrática e necessariamente laica está intrinsecamente relacionado ao cerceamento das manifestações homofóbicas, ao respeito à diversidade, o que assegura a presença do/a estudante na escola e enaltece os direitos humanos na educação brasileira.

O respeito à orientação sexual e à identidade de gênero precisa posicionamentos governamentais, sociais e pessoais que garantam a disseminação do conhecimento. O reconhecimento, a aceitação e o acolhimento das pessoas formam um fio inextricável com respeito ao vestir, à atração sexual e afetiva, a como apreciam ser chamadas, se expressam ou se autodenominam. O respeito não impõe regras à convivência social, é um direito inalienável.

Este estudo objetivou propor formação docente pautada nas contribuições dos estudos de gênero e das neurociências para a desconstrução da heteronormatividade, tendo em vista o contexto nacional que tenta cercear o conhecimento das diferentes concepções teóricas sobre gênero e sexualidade ignorando os conhecimentos acadêmicos, as construções históricas dos movimentos sociais e dos desafios ético-políticos relacionados à população LGBTI.

O entendimento da orientação sexual e da identidade de gênero, através dos estudos das neurociências, visa corroborar os estudos de gênero para desfazer a rígida compreensão da homossexualidade como “opção afetiva ou sexual”, determinada por influência social, pela cor das roupas, pelos brinquedos utilizados, proporcionando a instrumentalização docente para

minimizar o preconceito e favorecer ao acolhimento de cada participante da comunidade escolar.

A possibilidade de dirimir dúvidas no ambiente escolar com materiais como o Programa Escola Sem Homofobia, tão bem fundamentado pelos estudos de gênero, foi depreciado e achincalhado pela insistência nas expressões, capazes de se tornar verdade, “ideologia de gênero” e “kit gay”, responsáveis por “confundir a cabeça das crianças”, “defender que Deus nunca erra”, a homossexualidade é “antinatural”, tornar possível “menino virar menina e vice-versa”, entre outras sandices que convencem a quem se interessa pela abordagem fundamentalista.

A análise do primeiro capítulo sobre a resistência dos/as legisladores/as em nominar a diversidade advinda de preconceito, desconhecimento e interesses político-partidários, mesmo apontando para a inconstitucionalidade, uma vez que viola a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, revela que o PL dissecado desconsidera a evasão e a exclusão escolar e procura justificar o texto com o abandono aos conceitos de diferentes fontes bibliográficas e enaltecendo a LGBTIfobia.

Ao debruçar-se sobre o entendimento prévio dos/as docentes da disciplina de Ciências sobre gênero e sexualidade é possível arguir sobre a dificuldade em compreender a não-heterossexualidade sob a ótica do conhecimento científico e sobre a importância da formação docente continuada como facilitadora na compreensão da temática devido à sua ausência nos currículos escolares e acadêmicos.

Ao apender sobre a exclusão no espaço escolar e dedicar um olhar sobre o respeito e o reconhecimento à diversidade sexual e de gênero, a pesquisa encaminha suas conclusões inferindo sobre o quão inconcebível é a exclusão escolar por preconceito e intolerância em uma sociedade que afirma o respeito às pessoas, embora tenha dificuldades em reconhecer questões básicas relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero.

Explorar as contribuições das neurociências para a compreensão da diversidade sexual e de gênero aponta para a importância da associação entre campos de estudos interdisciplinares que credibilizam e asseguram o avanço das políticas públicas educacionais sobre o tema com argumentos embasados em conhecimentos científicos, a fim de que o senso comum, os interesses político-partidários e os discursos fundamentalistas, oriundos das práticas sociais heteronormativas, esclareçam as controvérsias geradas e cedam espaço à prática do respeito.

A ausência de preocupação com a diversidade sexual e de gênero na BNCC traz a contradição das normativas do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Federal de Medicina e do posicionamento da Sociedade Brasileira de Pediatria frente à Associação Médica

Brasileira. A parte diversificada dos currículos escolares aparece como uma possibilidade gradativa de proporcionar à sociedade a conquista de cidadãos conhecedores e merecedores de um coletivo mais justo e equânime, capaz de realmente respeitar a diversidade sexual e de gênero.

Quanto ao uso do nome social na educação básica, a pesquisa específica aponta para a necessidade de formação ampla e irrestrita para assegurar o direito nos registros escolares, direcionada aos profissionais que atuam nas escolas, em especial sobre a transgeneridade, como forma de reverberar o conhecimento e minimizar o preconceito que interfere num espaço que precisa ser de hegemonia do acolhimento, da escuta e da equidade.

A interferência social na educação clama por limites na contestação da diversidade sexual e de gênero. No sétimo capítulo, o artigo direcionado aos comentários posteriores a uma formação pontual sobre gênero e sexualidade para docentes da Educação Infantil, no município de Farroupilha/RS, considera a multiplicidade de visões, crenças e valores, atravessada por embates, permeada de repressões e resistências advindas de erros conceituais. A formação docente continuada entra no cenário como ferramenta mobilizadora e articuladora, capaz de ampliar os debates sociais e garantir que a escola seja um sítio de conhecimento, capaz de minimizar a evasão e a exclusão escolar.

Quanto à formação docente sobre gênero e sexualidade, ministrada para professores de quartos e quintos anos do ensino fundamental da rede municipal, de Farroupilha/RS, sobre o conhecimento prévio e a relevância da temática, o texto traz a necessidade da desconstrução da heteronormatividade através do discernimento entre sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero como forma de reverberar o conhecimento, trilhar caminhos para minimizar o preconceito que interfere na escola.

Na trajetória dos estudos, foi possível, somados/as à amostragem da pesquisa, totalizar 1.200 docentes participantes de formação continuada, palestras e apresentações, em treze municípios de quatro estados brasileiros. Na serra gaúcha, foram 1.038 professores/as, destacando 334, em Farroupilha/RS, e 447, em Caxias do Sul/RS. Na formação inicial atendeu-se à solicitação da Universidade de Caxias do Sul, para um curso de extensão universitária que contou com 20 participantes e para 15 acadêmicos/as de Pedagogia do Centro de Ensino Superior de Farroupilha.

O aprofundamento na temática possibilita um mergulho em exemplos de contribuições das neurociências sobre a diversidade sexual e de gênero, muito embora os participantes fiquem impactados com a insipiência do conhecimento pessoal que permite conflitos conceituais impostos, até mesmo sobre sexo biológico. As dúvidas seguem pelo (des) entendimento da

distinção entre orientação sexual e identidade de gênero e as certezas se esvaem por completo ao pensar sobre as diferentes possibilidades da intersexualidade e o imbróglio desta com a transgeneridade.

No decorrer das formações desenvolveu-se uma oficina didática, denominada jogo da diversidade (anexo 3), capaz de proporcionar aos compartes, após conhecer a simbologia referente às diferentes possibilidades de identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico, receber o desenho de um boneco/a e uma possível expressão de gênero para posterior organização corporal e identitária aportando a identidade de gênero no cérebro, a orientação sexual no coração e o sexo biológico na posição da genitália.

Na análise final da tese é possível perquirir que o conhecimento sobre gênero e sexualidade encanta e inebria as pessoas que participam das formações (anexo 4) e que a proximidade com conceitos e aprofundamentos das neurociências impactam, asseguram e conferem aos estudos de gênero a certeza das afirmações necessárias para a incompatibilidade entre conhecimento e heteronormatividade.

Executar as formações faz sentir uma satisfação inenarrável oriunda do efeito conferido aos participante pelas mudanças aparentadas desde a leitura facial, que seguem pelos diálogos paralelos e desembocam nas afirmações e questionamentos sigilosos do intervalo, ações reveladoras das surpresas que impactam a todos/as e a cada um/a.

10. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Francisco Leal de. **Biologia e Gênero na Escola**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.
- BAILEY, J. M. et al. Sexual Orientation, Controversy, and Science. 2016. Disponível em: sagepub.com/journalsPermissions.nav. Acesso em: 10 nov. 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Milliet. v. I, II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 – Normatização nacional do uso do nome social na educação básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 nov. 2018.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 01/2018, aprovado em 19 de janeiro de 2018 – Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasília, DF: MEC/CNE, 2018.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 2 de 22 de dezembro de 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 jan. 2018.
- _____. MPF/PFDC. Nota Técnica nº 02 de 15 de março de 2017. “Notificação extrajudicial” voltada a proibir a discussão sobre questões de gênero e orientação sexual nas escolas. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12363/12363_10.PDF. Acesso em: 05 ago. 2017.
- CABRAL, Mauro. **Pensar la intersexualidad, hoy**. In: Maffia, Diana. (org.) Sexualidade migrantes – Gênero e Transgêneros. Buenos Aires, Feminaria Editora, 2003.
- DELIZOICOV D., ANGOTTI J.A., PERNAMBUCO M.M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 4ª Ed. 2011.
- FARROUPILHA. Lei 4.125. de 10 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.farroupilha.rs.gov.br/novo/wp-content/uploads/2014/01/Plano-Municipal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>, acesso em 30 de julho de 2016. FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: Relações de gênero,**

orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. **O Cérebro em Transformação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

LIMA, Elvira Souza. **Neurociência e Currículo**. São Paulo: Editora Inter Alia, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____, Guacira Lopes. **O corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria *queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, **Cadernos Pagu** (Campinas), Campinas, v. 28, p. 101-128, 2007.

PINO, Nádía Perez. **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/08.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. v.1S, n.2, jul./dez. 1990.

11. ANEXOS

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE BANCO DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOQUÍMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE
ASSOCIAÇÃO ENTRE UFRGS/UFSM/FURG

Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados

1. Identificação da pesquisa

Título da pesquisa: “O conhecimento prévio dos/as docentes regentes da disciplina de Ciências das escolas da Rede Pública Municipal de Farroupilha/RS sobre diversidade sexual e de gênero”.

Professora Orientadora: Profa. Dra. Márcia Finimundi Nobile

Pesquisadora: Profa. Ma. Deisi Noro

Caro(a) participante, você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da presente pesquisa. A sua participação é muito importante pois irá colaborar para coleta de dados sobre o conhecimento prévio dos/as docentes regentes de Anos Iniciais – 4^{os} e 5^{os} anos sobre diversidade sexual das escolas da Rede Pública Municipal de Farroupilha/RS.

Os dados colhidos serão analisados e poderão ser utilizados em publicações futuras nas áreas da Educação em Ciências. A coleta de dados se dará através da aplicação de um questionário de múltipla escolha aos(às) professores(as) participantes.

2. Declaração da pesquisadora

A pesquisadora declara que,

a) Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo;

- b) A pesquisadora responsável estabeleceu salvaguardas seguras para a confidencialidade dos dados de pesquisa;
- c) Os dados obtidos na pesquisa serão usados exclusivamente para a finalidade prevista no protocolo;
- d) Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto vinculado.
- e) Devido à impossibilidade de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os sujeitos, assinaremos esse Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados, para a salvaguarda de seus direitos.

3. Declaração dos participantes

Nós, participantes da referida pesquisa, declaramos que concordamos em participar desse estudo. O termo de consentimento livre e esclarecido foi lido e esclarecido para o grupo.

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOQUÍMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE
ASSOCIAÇÃO ENTRE UFRGS/UFSCM/FURG

Este questionário é um instrumento de coleta de informações que serão utilizadas como base de dados em uma tese de Doutorado desenvolvida junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **O presente instrumento objetiva averiguar o conhecimento prévio dos docentes regentes da disciplina de Ciências sobre diversidade sexual das escolas da Rede Pública Municipal de Farroupilha/RS**

Sua participação é muito importante e poderá contribuir para os debates sobre **a formação continuada de professores da área de Ciências do Ensino Fundamental – anos finais, na temática de Gênero e Sexualidade.**

1. Idade: _____

2. Formação: _____

3. Exerce docência em:

Instituição pública Instituição privada Ambas

4. Nível de ensino que exerce docência:

Ensino Fundamental I Ensino Fundamental II Ensino Médio

5. Anos de experiência docente na sua área de formação:

1 a 5 anos 6 a 10 anos 11 anos ou mais

6. Você já frequentou algum curso de extensão que abordasse a temática diversidade sexual e de gênero?

Sim Não

7. A temática diversidade sexual e de gênero deve ser abordada na formação continuada de professores promovida pela Secretaria Municipal de Educação (Seduc) de Farroupilha.

Concordo Discordo Não tenho opinião

8. O conhecimento sobre a heteronormatividade diante dos estudos de gênero e das neurociências pode impactar a prática docente em sala de aula.

Concordo Discordo Não tenho opinião

9. O que você compreende por heteronormatividade?

10. Violência de gênero e preconceito contra orientação sexual podem ser causa de evasão escolar, bullying e/ou discriminação na escola.

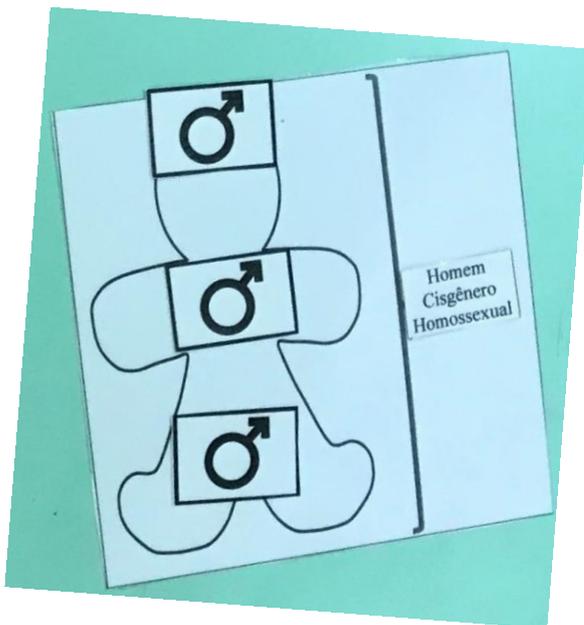
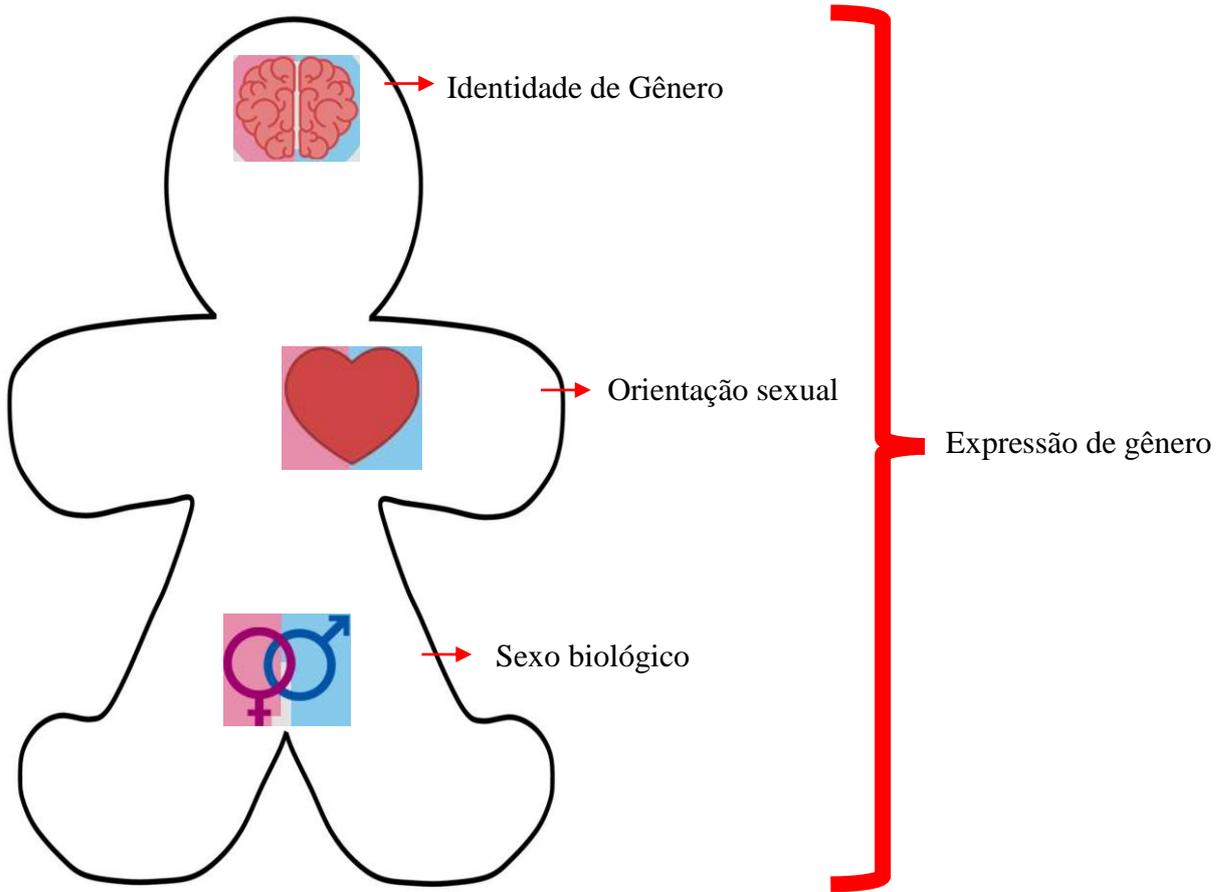
Concordo Discordo Não tenho opinião

11. Na sua opinião, a compreensão por parte do docente de temas como orientação sexual e identidade de gênero pode auxiliar na diminuição de evasão escolar, bullying, violência e discriminação no ambiente escolar?

Sim Não Não tenho opinião

Em caso de resposta afirmativa ou negativa, favor justificar:

ANEXO 3 - JOGO DA DIVERSIDADE



ANEXO 4 - ABRANGÊNCIA DAS FORMAÇÕES

